



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Renata Soraia de Paula

O elo (des)construído:
Trajetórias de jovens trabalhadores acidentados no contexto do mundo
do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS

Mestrado em Serviço Social

São Paulo
2019



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Renata Soraia de Paula

O elo (des)construído:
Trajetórias de jovens trabalhadores acidentados no contexto do mundo
do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS

Dissertação apresentada ao Programa de
Serviço Social da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, para obtenção do título
de mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Lúcia Martinelli.

São Paulo
2019

Banca Examinadora

*Dedico este trabalho à memória do meu pai Alcides
e às cinco crianças da minha vida:
Isa e Theo (sobrinhos), MariaTeresa,
Vicente e Francisco (afilhado).*

Agradeço imensamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro, com a bolsa parcial, o qual possibilitou a realização deste mestrado.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de um trabalho construído coletivamente, portanto, compartilho os meus sinceros agradecimentos às pessoas e às instituições que apoiaram este desafiador projeto acadêmico:

Aos jovens trabalhadores por compartilharem suas histórias de vida para o estudo, bem como aos trabalhadores atendidos no Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) da Agência da Previdência Social (APS) do Município de Guarulhos (SP), pelo prazer e aprendizado em orientá-los em seus projetos profissionais e de vida;

À querida professora Maria Lúcia Martinelli, pelas orientações precisas e esclarecedoras que me guiaram durante toda a trajetória acadêmica, sempre com muita maestria, dedicação e carinho;

Às professoras Edvânia de Souza (UNESP Franca-SP) e Raquel Raichelis (PUC-SP), as quais participaram da banca de qualificação, pelas orientações bem direcionadas, que contribuíram muito para a construção da pesquisa e por terem aceitado o convite para a banca examinadora de defesa;

Aos professores Ademir Alves, Rosângela Paz e a secretária Andreia (PUC-SP), por todo apoio à minha participação no mestrado na França;

A todos/as pesquisadores/as do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP, pela convivência e troca de experiências essenciais para a nossa formação;

Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pela autorização para o afastamento remunerado das atividades do exercício profissional para participar do mestrado dupla diplomação entre a PUC-SP e a Universidade Grenoble Alpes, durante o período de setembro/2018 a março/2019 na França;

Aos servidores do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINSPREV), em especial, o advogado Cassio Lavoratto, pelo encaminhamento do pedido de reconsideração ao Ministro de Estado do INSS, o qual foi necessário, pois a Diretoria de Saúde do Trabalhador (DIRSAT) negou a licença, mas somente quem tinha o poder de decisão era o ministro, que autorizou o afastamento para a realização do mestrado na França;

À gerente executiva Caroline Amery e à equipe da Seção Operacional de Gestão de Pessoas (SOGP) da Gerência Executiva (GEX) de Guarulhos: Ronaldo, Mariana, Cristiane, Carla, Fernanda e Renata, por todo trabalho e apoio para a concretização da licença para afastamento do País;

Aos servidores do Serviço de Reabilitação Profissional e do Serviço Social da GEX Guarulhos. À equipe de Reabilitação da APS Guarulhos: Socorro, Regina, Célia, André, Hiroshi, Fátima, Diana, em especial, às amigas Karen Silva, Karen Sato, Maria Helena, Thais, Marluce e Luciana, pois acompanharam mais de perto todo o processo com muito carinho, solidariedade e reflexões sobre o trabalho nos dois serviços no atual contexto da Previdência Social que contribuíram muito para as análises da pesquisa;

As assistentes sociais Thais Gimenez e Andréa Domingues, pelas contribuições acadêmicas sobre o Serviço Social e o Serviço de Reabilitação Profissional da APS Guarulhos;

Ao servidor Fábio Arruda, pela elaboração dos gráficos do perfil socioprofissional dos jovens trabalhadores;

Ao assistente social Thiago Loreto do CEREST e do Núcleo CRESS, de Guarulhos, pela parceria e discussões sobre saúde do trabalhador;

A todos os professores, alunos e funcionários do Master 2 em Avaliação e Gestão de Políticas Sociais (Ciências Sociais) da Faculdade de Economia/ Universidade Grenoble Alpes - França, em especial, aos professores Valérie Fargeon e Bruno Lamotte, pela competência e gentileza nas orientações acadêmicas. Aos professores de francês: Philippe, Patricia e Véronique, pela dedicação e solidariedade com os alunos estrangeiros;

À querida amiga Najila, companheira de vida e de luta, pela participação na construção do item 2.2 do capítulo 2, a partir do recorte de dois artigos conjuntos sobre a precarização do trabalho na Seguridade Social Brasileira;

A todos familiares, namorado e amigos/as, pela torcida, apoio e carinho, nos momentos alegres e difíceis desta caminhada, agradeço imensamente cada um de vocês, com muito amor: Teresinha (mãe), Aline (irmã), Diego (cunhado), Douglas (namorado) e às queridas amigas Najila, Elisa, Rosana, Fabiane, Cidinha e Izolda, companheiros/as de todas as horas, bem como aos/às amigos/as: Cassia, Ricardo, Martha, Lilian, Jimmy, Serginho, Mirian, Margareth, Luiza, Irma, Julia, Roseli, Tania, Matilde, Bárbara, Tatiana, Thais, Camila, Paula e Débora.

(...) E é como tais, como membros dessa
humanidade “*una e indivisível*”, como
seres *humanos* no sentido
mais pleno da expressão,
que eu, como muitos
outros no continente, vos saudamos por
vossos progressos em todos os campos e
vos auguramos um rápido êxito.
é que todo passo adiante em vossa marcha
servirá à nossa causa comum, a causa *da humanidade*!
(ENGELS, 2010, p.39 Grifos do autor)

RESUMO

Esta dissertação apresenta a análise das trajetórias profissionais de jovens trabalhadores acidentados no trabalho do Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) da Agência da Previdência Social (APS) do Município de Guarulhos (São Paulo), contextualizando esse serviço previdenciário em seus fundamentos histórico-políticos, teórico-metodológicos e práticos, considerando ainda as reflexões sobre a precarização estrutural no mundo do trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo e suas repercussões para as políticas sociais, particularmente, para a Previdência Social brasileira. O estudo partiu do pressuposto de que a reabilitação profissional tem relação direta com os fenômenos recentes do mundo do trabalho, os quais foram determinantes para a compreensão das particularidades dos jovens, sobretudo as condições de trabalho, as relações sociais (trabalho-saúde, família, comunidade etc.), as dificuldades e seus esforços de reinserção no mercado de trabalho. Para tanto, foi realizada revisão de literatura bibliográfica, pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, inclusive, em bancos de dados atualizados para levantamentos estatísticos, os quais subsidiaram a pesquisa qualitativa através de entrevistas narrativas com dois jovens trabalhadores participantes do programa de reabilitação profissional. Enfim, a pesquisa evidenciou que: a) as condições precárias e a organização do trabalho impostas aos trabalhadores, corroboram a ocorrência dos acidentes de trabalho; b) a lógica da precarização das relações de trabalho na contemporaneidade reflete na (re)construção das trajetórias profissionais dos jovens trabalhadores; c) diante das dificuldades de readaptação profissional nas empresas às quais os jovens estão vinculados bem como da situação do mercado de trabalho, sobretudo para a juventude, (altos índices de desemprego, de informalidade e de relações de trabalho precárias), tornam-se imprescindíveis ações concretas e permanentes do Estado (Ministério Público, Ministério do Trabalho e órgãos afins), dos sindicatos e da sociedade civil em geral para a ampliação da fiscalização nas empresas, de modo que, de fato, ocorra a contratação via “lei de cotas” de trabalhadores reabilitados e com deficiência; d) o debate sobre o serviço de reabilitação profissional, com centralidade nas políticas sociais voltadas ao segmento juvenil, vislumbra possibilidades de ações intersetoriais e educativas de proteção integral aos trabalhadores reabilitados e com deficiência.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Previdência Social. Reabilitação Profissional. Acidente de Trabalho. Jovens Trabalhadores.

ABSTRACT

This essay presents an analysis of the professional paths of young employees, who have been involved in an accident at work and are registered in the Professional Rehabilitation Program (Programa de Reabilitação Profissional) of Brazilian Social Security Institute (Instituto Nacional de Seguro Social – INSS / Agência da Previdência Social - APS) in Guarulhos city of São Paulo.

Hereby, the social security services is been contextualized in its historical-political, theoretical-methodological and practical foundations, still including some reflections about the structural weakening of the labor market while in the dynamics of capitalism and its impacts on the social policies, particularly, to the Brazilian Social Security.

The study assumes that the professional rehabilitation has a direct connection to the recent phenomenon of labor market, and this has determined the understanding about the young employee's particularities, mainly, the work conditions, social relationships (work-health, family, community etc.), difficulties and efforts for a job replacement.

For this, a bibliographic review and a documentary research in primary and secondary data sources took place, including access to updated statistical data. Alongside, to support the qualitative research, interviews were held with two young participants of the professional rehabilitation program.

At last, the research showed that: a) the precarious conditions and the work setup imposed to the employees endorse the occurrence of accidents at work; b) the idea of weakening the labor relations in the modern world impacts on the (re) construction of young employees professional paths; c) due to the difficulties of professional rehabilitation inside the companies where young employees are inserted, as well as, the situation of the labor market, mainly during youth (high unemployment level, informal jobs, and poor labor relations), it is crucial that the State (Public Ministry, Ministry of Employment and related organs) including labor unions and civil society take concrete and permanent actions to widen the inspection on the companies, therefore, the quotas law can be implemented, assuring replacement for employees under rehabilitation or with disabilities; d) discussions about the professional rehabilitation service, based on social policies to youth segment, foresee possibilities of multisector and educative actions for the effective protection of employees under rehabilitation and with disabilities.

Keywords: Weakening of the labor market. Social Security. Professional Rehabilitation. Accident at work. Young employees.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Guarulhos: Movimentação por Faixa Etária (2018)	52
Tabela 2 - BERP (BRASIL)	108
Tabela 3 - BERP (GUARULHO/SP)	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Renda Mensal do Benefício	41
Figura 2 – Diagnósticos.....	41
Figura 3 – Empresas de Vínculo	42
Figura 4 – Ramo de Atividade	43
Figura 5 – Guarulhos - Setor IBGE	44
Figura 6 – Ocupação	45
Figura 7 – Escolaridade	46
Figura 8 – Tempo empresa até o AT.....	55
Figura 9 – Precários Inflexíveis (Portugal)	77

LISTA DE SIGLAS

AEAT	Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho
AEPS	Anuário Estatístico de Previdência Social
AGEFIPH	Associação para Gestão do Fundo para Integração de Pessoas com Deficiência
ANC	Assembléia Nacional Constituinte
APS	Agência da Previdência Social
AT	Acidentes de Trabalho
BERP	Boletim Estatístico de Reabilitação Profissional
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAP EMPLOI	Agência de serviço público de emprego para os trabalhadores com deficiência
CAPs	Caixa de Aposentadoria e Pensão
CARSAT	Fundo de Seguro de Saúde e pelos Seguros e Fundos da Pensão e Saúde Ocupacional
CAT	Comunicado de Acidente de Trabalho
CAT/MP	Comissão de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCAs	Centros para Crianças e Adolescentes
CDAPH	Comissões Departamentais para a Autonomia da Pessoas com Deficiência
CEREST	Centro de Referência de Saúde do Trabalhador
CEUs	Centros de Educação Unificados
CFDT	Confederação Francesa de Trabalho Democrático
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CID	Código Internacional de Doenças
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CJs	Centros para Juventude
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMI	Atestado Médico Inicial
CNAMTS	Fundo Nacional de Seguro de Doença para Trabalhadores Assalariados
COG	Acordo de Gestão

CPAM	Fundos de Seguro de Saúde Primário
CRPs	Centros de Reabilitação Profissional
DAT	Declaração de Acidente de Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DGT	Diretoria Geral do Trabalho
EDF-GDF	Eletricidade da França
ETEC	Escola Técnica Estadual
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNPAT	Fundo Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência Social
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INRS	Instituto Nacional de Pesquisa e Segurança para Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MP	Doenças Profissionais
MDPH	Casas Departamentais para Pessoas com Deficiência
NCRs	Núcleos de Reabilitação Profissional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDITH	Programas Departamentais para a Integração de Trabalhadores com Deficiência
PEA	População Economicamente Ativa

PÔLE EMPLOI	Agência de serviço público de emprego para os trabalhadores
PNSST	Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PNST	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RATP	Gestão Autônoma de Transporte Parisiense
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMV	Renda Mensal Vitalícia
RQTH	Reconhecimento da Qualidade dos Trabalhadores com Deficiência
RSI	Regime Social dos Independentes
SAT	Seguro de Acidente de Trabalho
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SINSPREV	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo
SNCF	Companhia Nacional de Ferrovias Francesas
SST	Saúde e Segurança no Trabalho
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Caminho Metodológico	30
1. QUEM SÃO OS JOVENS TRABALHADORES?	36
1.1 Apresentação das trajetórias	36
1.2 Perfil socioprofissional e da acidentalidade	39
1.3 Que mundo do trabalho é esse?.....	46
1.3.1 Desemprego, mercado de trabalho e juventude: o que pensar?.....	49
1.3.2 Condições e organização do trabalho: para quem?	55
1.3.3 Trabalho e saúde: relação ainda possível?	62
1.3.4 Educação, cultura e sociabilidade: alternativas possíveis?.....	67
1.3.5 Movimentos de jovens trabalhadores (precários): saídas possíveis?	72
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	74
2. REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	78
2.1 As transformações e a precarização estrutural do trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo	78
2.2 A precarização do trabalho nas políticas sociais do Brasil	84
2.3 As dimensões da precarização do trabalho no âmbito da Previdência Social brasileira	89
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	93
3. SERVIÇO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS	94
3.1 Reabilitação profissional e Previdência Social: contexto histórico-político	94
3.2 Reabilitação profissional e saúde do trabalhador: fundamentos teórico- metodológicos e práticos	100
3.3 Reabilitação profissional da APS do Município de Guarulhos (SP): um breve cenário	107
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	110
4. SEGURIDADE SOCIAL FRANCESA: UMA APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA DO BRASIL	111
4.1 A organização da seguridade social	111
4.2 O ramo de acidentes de trabalho (AT) e de doenças profissionais (MP)	112
4.3 A inserção profissional de trabalhadores com deficiência na França	115
4.3.1 CAP Emploi de Isère	119
4.3.2 Comitê Regional CGT Auvergne-Rhône-Alpes	121

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
BIBLIOGRAFIA	126
APÊNDICE	132

INTRODUÇÃO

O leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral (MARX, 1978, p. 128).

A presente pesquisa surgiu do conjunto de reflexões a partir da atuação profissional como Assistente Social, especialmente como responsável pela orientação socioprofissional na Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)¹ da Agência da Previdência Social (APS) do Município de Guarulhos (SP), desde julho de 2013. Dentre tantas expressões da Questão Social² com as quais me deparo no cotidiano profissional, as que mais me instigam são as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores mais jovens, afastados por acidente de trabalho, para se reinserirem no mercado. São dificuldades que exigem repensar suas trajetórias profissionais e projetos de vida, levando-os a novas escolhas profissionais e educacionais que viabilizem tal reinserção no mundo do trabalho.

De fato, uma contingência da vida, em decorrência de acidentes de trabalho no decorrer da trajetória profissional desses trabalhadores, desencadeia graves implicações para o retorno à vida profissional e pessoal. Tais jovens, logo nos primeiros acompanhamentos de orientação socioprofissional, apresentam diversos limites psicossociais, como: sofrimento, isolamento social, insegurança de retornar para a empresa onde sofreu o acidente, medo de demissão, desemprego, dentre outros tantos fatores.

O trabalho no âmbito da Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) é formado por uma equipe multiprofissional no âmbito da saúde do trabalhador, composta por profissionais de referência como: assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e médicos. Nesse serviço previdenciário, o perito médico é o responsável por analisar a estabilidade da incapacidade laborativa e definir as restrições médicas do trabalhador segurado para

¹ **Instituto Nacional de Seguro Social**, órgão executor da política de Previdência Social, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, como parte integrante da **Seguridade Social Brasileira**, instituída pela **Constituição Brasileira de 1988**, que compõe as políticas sociais de **Saúde** que têm o dever da universalidade do atendimento, reconhece a Política de **Assistência Social**, como política não contributiva para quem dela necessitar e a **Previdência Social** somente para os segurados que contribuem para o **regime próprio** que são os servidores públicos estatutários e **regime geral** que são os trabalhadores públicos e privados do mercado formal de trabalho.

² De modo simplificado, entende-se por Questão Social no Serviço Social, a matéria-prima desta profissão em suas mais variadas formas e expressões na realidade social brasileira.

o desempenho de atividades profissionais que sejam compatíveis com suas limitações físicas e/ou psíquicas, em decorrência de patologias diversas ou sequelas de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho ou de outra natureza.

Após essa avaliação médica, o trabalhador é encaminhado para uma avaliação socioprofissional pelo profissional de referência, para análise da situação empregatícia ou de desemprego, nível de escolaridade, levantamento de experiências, habilidades e aptidões e posterior negociação com as empresas de vínculo ou parceiras, para reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Em seguida, se o trabalhador estiver elegível para o programa, inicia-se a primeira etapa de orientação e acompanhamento, de mediação com a empresa de vínculo para o segurado realizar treinamento em função compatível e, se aprovado, retornar readaptado nessa outra função. Caso a empresa não disponibilize vaga para a readaptação profissional ou em situação de desemprego, o trabalhador segue para a segunda etapa do programa: elaboração de planejamento profissional e conclui através de treinamento em empresas parceiras ou, se necessário, participa de formação profissional através de cursos profissionalizantes ou técnicos de caráter público oferecidos pelo município ou através de convênios para compra de cursos de escolas profissionalizantes pelo próprio INSS.

Conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 203 e a Lei 8.213/1991 artigo 89, o serviço de reabilitação profissional

É assistência (re)educativa e (re)adaptação profissional que visa proporcionar aos beneficiários incapacitados, parcial ou totalmente para o trabalho, os meios indicados para proporcionar o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem.

O trabalhador ou segurado em Programa de Reabilitação Profissional faz acompanhamento com o responsável pela orientação profissional, cuja finalidade, de acordo com o Manual Técnico da Reabilitação Profissional, está explicitada a seguir:

A orientação e acompanhamento do programa profissional consiste na condução do reabilitando para a escolha consciente de uma nova função/atividade a ser exercida no mercado de trabalho e deve considerar os seguintes elementos básicos: conhecimento de seu potencial laborativo; requisitos necessários aos exercícios das profissões e oportunidades oferecidas no mercado de trabalho. O planejamento e a preparação profissional devem ser realizados mediante recursos disponíveis na comunidade, como: cursos,

treinamentos e outros (BRASIL, 2011, p. 14).

O trabalhador segurado, afastado do trabalho pela Previdência Social, recebe um benefício mensal enquanto mantida a incapacidade para o trabalho. Como esses trabalhadores normalmente têm sequelas definitivas e possuem restrições médicas para exercerem determinadas funções, têm a garantia, pela lei 8.213/91 artigo 93, que determina a inclusão e contratação de pessoas com deficiência e reabilitadas, através de cotas obrigatórias (2% a 5%), de serem contratados em empresas públicas e privadas.

Os trabalhadores segurados da Previdência Social em situação de acidente acessam o auxílio-doença acidentário e têm a garantia de alguns direitos trabalhistas, como a estabilidade de um ano no emprego, após a cessação do benefício, e o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do período de afastamento.

Segundo dados do Ministério da Previdência Social (2013), para acessar o direito ao benefício, os trabalhadores precisam comprovar, por meio de perícia médica, a incapacidade para o trabalho e o tempo necessário de contribuição, na qualidade de segurado, por no mínimo 12 meses de carência da data de filiação, à Previdência Social. Nos casos de acidente de qualquer natureza ou de doença ocupacional, o segurado não tem carência, só precisa ter filiação ao sistema previdenciário.

A experiência nesse serviço previdenciário é bastante desafiadora, porque pressupõe a necessidade de um trabalho em equipe multiprofissional no âmbito da saúde do trabalhador, envolvendo todos os profissionais da saúde. O desafio de um trabalho interdisciplinar nesse serviço, apesar de necessário, é de difícil execução, porque todos os profissionais exercem a mesma função de orientador socioprofissional, com exceção do médico perito, diluindo os saberes específicos no processo de trabalho da Reabilitação Profissional.

O Serviço de Reabilitação Profissional a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, através de mudanças nas legislações e implementação do Programa Reabilita, alterou drasticamente a dinâmica das atividades profissionais dos trabalhadores. Por esse motivo, é importante que a presente pesquisa pontue quais as mudanças mais significativas no mundo do trabalho e na esfera da Previdência

Social, que influenciaram a implantação do atual processo de trabalho na Reabilitação Profissional do INSS.

Vale ressaltar que o Município de Guarulhos é o maior da região metropolitana de São Paulo, a maior cidade não capital e a 13ª maior do Brasil, com aproximadamente 1,3 milhão de habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e está localizada nas proximidades das regiões leste e norte da capital paulista. A cidade abrange um grande e complexo polo industrial em diversos ramos de atividades, sendo os principais: metalurgia, química e farmacêutica, construção civil, transportes, alimentícia, têxtil e autopeças.

Segundo dados da fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o primeiro ramo de atividade de maior empregabilidade é o setor de serviços (privados e públicos) com 45,84% da População Economicamente Ativa (PEA), em segundo está a indústria com 33,21% da PEA e em terceiro está o comércio com 20,95% da PEA. O município de Guarulhos também é conhecido internacionalmente, por conta do único aeroporto internacional de São Paulo.

De acordo como o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT), a estatística municipal de acidentes de trabalho, registrados por meio de Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), sem CAT registrado e incluindo os motivos (acidentes típicos e de trajeto, doenças do trabalho), totalizam 5.321 em 2016 e 5.281 em 2017 no município de Guarulhos e a quantidade total de acidentes de trabalho no Brasil e Grandes Regiões totalizam 585.626 em 2016 e 549.405 em 2017. Observando os números do anuário, Guarulhos é a segunda cidade do Brasil com o maior número de acidentes de trabalho, perdendo apenas para a capital paulista, São Paulo, a primeira colocada.

Cabe enfatizar que a escolha por esse objeto de estudo, principalmente a opção pelo recorte da juventude trabalhadora, também tem relação com experiências profissionais anteriores. Atuei durante sete anos como assistente social nas funções de educadora e coordenadora do Programa Nacional de Inclusão de Jovens nas Prefeituras Municipais de Osasco e de São Paulo. Penso que resgatar esse conhecimento adquirido do trabalho com a juventude entre 15 a 29 anos será importante no desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que o estudo nesse campo de atuação tem relação direta com as temáticas atuais do mundo do trabalho, as quais

serão determinantes para compreender as particularidades dos jovens trabalhadores, sobretudo nas suas relações sociais de trabalho e de saúde, bem como analisar as dificuldades desses jovens e seus esforços de reinserção no mundo do trabalho, no contexto da Reabilitação Profissional do INSS. Logo, a centralidade na categoria trabalho será determinante para a reflexão sobre as demais categorias de análise da pesquisa, cujas determinações repercutem na essência do trabalhador.

Para tanto, a primeira pergunta que norteará todo o estudo: quem são e o que pensam esses jovens trabalhadores sobre as condições de trabalho e de vida, antes e depois do acidente? Servirá de base para compreendermos as reais dificuldades na busca de novas profissões e posterior reinserção no mercado de trabalho, observando os desafios e as particularidades no contexto da Reabilitação Profissional.

Então, penso que o questionamento central que direciona a pesquisa ora apresentada é: como as relações sociais de trabalho e de saúde, no atual contexto de precarização social do trabalho, impactam diretamente nas trajetórias e nas futuras escolhas profissionais dos jovens acidentados no trabalho em Programa de Reabilitação Profissional?

Para conhecermos quem são esses jovens, é fundamental pensarmos suas particularidades como trabalhadores no atual contexto do mundo do trabalho, a fim de compreendê-los a partir das relações sociais dos jovens na família, na escola, na comunidade etc. Hoje a falta de empregos entre os jovens é maior do que a percebida para os adultos e é uma tendência mesmo para aqueles jovens com maior nível de escolarização e com formação superior. Tal compreensão é indispensável, pois essas relações têm influências diretas em suas trajetórias, novas escolhas profissionais e projetos de vida.

Logo, a primeira hipótese do estudo é de que o atual contexto de precarização social no mundo do trabalho está intrinsecamente ligado às relações sociais, em particular à relação trabalho-saúde, tendo sérias implicações nas trajetórias profissionais desses jovens, no contexto da Reabilitação Profissional do INSS.

Outra hipótese observada, a partir dos acompanhamentos de orientação socioprofissional, é que os acidentes de trabalho com esse segmento de jovens

trabalhadores ocorrem, expressivamente, num curto tempo de experiência profissional nas empresas. Assim, percebe-se que as condições degradantes e a própria organização do trabalho, impostas aos trabalhadores, contribuem para a ocorrência desse grave fenômeno do mundo do trabalho.

O estudo focalizado nas condições de trabalho e nas relações sociais dos jovens trabalhadores em processo de reabilitação profissional poderá servir de base, entre outras pesquisas similares, para que tais jovens, conscientizando-se desse processo, vislumbrem novas possibilidades de escolhas profissionais e projetos de vida.

Ademais, espera-se que o conhecimento adquirido através da pesquisa evidencie a necessidade de ações interdisciplinares e intersetoriais em Reabilitação Profissional/Previdência Social e outras Políticas Sociais, como Trabalho, Educação, Saúde, Cultura etc.

Nas últimas duas décadas do século XX até os dias atuais, desencadeou-se um processo de desmonte do serviço de reabilitação profissional, em decorrência da contrarreforma³ do Estado e das transformações atuais do mundo do trabalho, no tocante ao desemprego estrutural, precarização do trabalho, terceirização, informalidade, aumento de doenças ocupacionais e de acidentes de trabalho e, principalmente, porque o sistema previdenciário sempre foi alvo prioritário de ataque aos direitos dos trabalhadores, em cenários de crises políticas e econômicas frequentes na sociedade capitalista brasileira.

Esse processo que ocorre no interior da reabilitação profissional é reflexo de mudanças mais amplas no mundo do trabalho, com o fenômeno mundial conhecido como reestruturação produtiva, que, de maneira simplificada, são mudanças nas linhas de produção das empresas, na racionalização dos métodos e dos processos de trabalho. No Brasil, os primeiros sinais foram na década de 1980, no setor automobilístico.

Primeiramente, nas décadas de 1970 e 1980, a reestruturação produtiva ocorreu nos países de capitalismo avançado, como Inglaterra e Estados Unidos, mas aos poucos expandiu-se para os países de capitalismo periférico. Em 1995, no Brasil, o Estado adere às políticas neoliberais, sob o governo Fernando Henrique

³ O termo “contrarreforma” é extraído de Behring (2008). A autora se contrapõe ao termo “reforma”, considerado de uso ideológico pelos neoliberais. A pesquisadora se recusa a caracterizar como reforma processos regressivos na conjuntura atual, as quais implicam as perdas de direitos sociais.

Cardoso (FHC).

Diante da expansão da ordem capitalista em seu processo neoliberal, temos um aprofundamento da Questão Social, marcado por uma crise econômica mundial que provocou transformações no mundo do trabalho, mediante reestruturação produtiva. Em consequência, tem-se o processo de Reforma do Estado, que teve como principais objetivos a redução dos gastos públicos e a retração de sua intervenção nas políticas públicas. No Brasil enquanto ocorria o processo de redemocratização e as conquistas formais dos direitos sociais, ao mesmo tempo, vivenciava-se a reestruturação produtiva do capital.

Assim, nos propomos a compreender o trabalho nesse determinado tempo histórico, ou seja, na dinâmica viva da sociedade, considerando todas as dimensões - históricas, econômicas, políticas e sociais.

Atualmente, as condições precárias de trabalho vivenciadas pela classe trabalhadora têm rebatimentos concretos na reprodução da vida social. Assim, no modo de produção capitalista, convivemos com demissões em massa, longas jornadas de trabalho, intensificação do trabalho, trabalho intermitente e, sobretudo, desemprego estrutural em grande escala.

Na análise de Antunes (2009), o atual contexto do mundo do trabalho pode ser assim descrito:

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2009, p. 17).

Observamos que o fenômeno de desconcentração ou desterritorialização do espaço físico produtivo é muito comum no território industrial do município de

Guarulhos. De maneira simplificada, esse fenômeno força grandes empresas a encerrarem as atividades produtivas e mudarem para outra cidade, muitas vezes por conta dos altos impostos cobrados no território industrial de origem, causando sérias implicações para a vida profissional dos funcionários segurados da Previdência Social. Assim, quando as empresas pretendem readaptá-los num outro posto de trabalho em outra cidade, o trabalhador tem que mudar toda sua dinâmica de vida, afetando toda a estrutura da vida familiar, para adaptar-se ao novo posto de trabalho e, em muitas situações, são forçados à perda de direitos trabalhistas e ao desemprego.

Também observamos, no cotidiano profissional, que muitas empresas de vínculo não possuem outros postos de trabalho para a readaptação profissional dos segurados, uma vez que são de pequeno porte (menos de 100 funcionários) e não são obrigadas a reservarem vagas de cotas para pessoas com deficiência, além de muitas estarem em situação de falência. Então, muitos trabalhadores em programa de reabilitação profissional encontram-se em situação de desemprego.

As pesquisas de mestrado e doutorado da socióloga Mara Takahashi (2000) e da médica do trabalho Maria Maeno (2001), bem como as pesquisas em organismos nacionais e internacionais evidenciam que o modo de produção capitalista, sobretudo a organização de trabalho e os fenômenos da terceirização, da precarização das condições de trabalho e da flexibilização das relações de trabalho, são responsáveis diretos pelo elevado índice de acidentes do trabalho e/ou adoecimento entre os trabalhadores. De modo que, a condição degradante de trabalho a que o trabalhador se submete na sociedade capitalista é responsável ou corresponsável pelo histórico de morbidades e mortalidade decorrentes da relação capital e trabalho.

Segundo o AEAT de 2017, registrados segundo grupos de idade e sexo no Brasil, os jovens de até 19 anos que sofreram acidentes (típico, trajeto e doenças do trabalho) representam 8.458 casos do sexo masculino e 3.046 casos do sexo feminino. O grupo de jovens de 20 a 24 anos, na mesma situação, representa 52.295 casos do sexo masculino e 19.015 casos do sexo feminino, e o grupo de 25 a 29 anos representa 57.900 casos do sexo masculino e 26.572 casos do sexo feminino.

Portanto, o perfil estudado, comparando os dados entre os demais grupos até

70 anos e mais, está em terceiro lugar na faixa-etária de 25 a 29 anos e quarto lugar na faixa-etária de 20 a 24 anos. Em primeiro lugar está o grupo de 30 a 34 anos com 58.554 casos do sexo masculino e 30.559 casos do sexo feminino e, em segundo, o grupo de 35 a 39 anos com 54.680 casos do sexo masculino e 30.806 casos do sexo feminino.

De acordo com Lourenço⁴ (2015), os registros no sistema previdenciário, ou seja, de trabalhadores com registro formal pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), estão incompletos, visto que um exército de trabalhadores informais é vítima de acidentes de trabalho e não são computados. Assim, os agravos à saúde dos trabalhadores são muito mais alarmantes, diante do fenômeno da subnotificação dos acidentes de trabalho.

Nas últimas décadas, muitos pesquisadores, ao estudarem a realidade do trabalho, constataram que as profundas transformações no mundo do trabalho culminam no fenômeno mundial do desemprego estrutural que atinge milhões de trabalhadores, com índices alarmantes, especialmente aqueles demonstrados pelo desemprego juvenil. Em síntese, tais índices prejudicam ainda mais os jovens trabalhadores acidentados, em processo de reinserção no mercado de trabalho.

Na análise de Alves e Antunes (2004), na atualidade, a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado. Ela também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante, mas vem presenciando um processo multiforme, com diversas tendências presentes no mundo do trabalho, dentre elas:

[...] a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 339).

Para Graça Druck, socióloga brasileira e reconhecida estudiosa da temática, a questão-chave da precarização social do trabalho é a vontade suprema do capital de retirar todos os limites possíveis para a exploração do trabalho/trabalhador, atualmente sem processos de regulação social e política pelo Estado capitalista, de

⁴ Edivânia Lourenço. Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 456, 2015.

forma que vai contribuir para a exclusão de muitos trabalhadores do sistema produtivo e econômico, além dos agravos à saúde dos trabalhadores. Por isso, a autora considera, que essa é a fase do capitalismo neoliberal mais perversa para as condições de trabalho, de saúde e de vida da classe trabalhadora.

Enfim, o sistema capitalista mundial vive uma instabilidade estrutural há muitas décadas, especialmente, por conta da financeirização da riqueza capitalista associada à mundialização do capital. A crise financeira mais recente, a partir de 2008, é explicada pelos especialistas como uma crise estrutural de valorização da queda de taxa média de lucros e por isso o capital colocou a precarização estrutural do trabalho como elemento central, cuja finalidade é o aumento da taxa média de lucros. Logo, para atingir esse fim, as grandes corporações globais necessitam do aumento da superexploração da força de trabalho pelo capital.

Desse modo, entende-se que a precarização estrutural do trabalho e a flexibilização das relações de trabalho são estratégias essenciais para a dominação do capital. Portanto, para a compreensão de tal fenômeno, é fundamental entendermos a teoria da superexploração da força de trabalho. Nesse processo, o fenômeno da intensificação da precarização do trabalho foi a estratégia fundamental para a extração da mais-valia absoluta e relativa na formação do valor (capital-dinheiro), através do crescimento da exploração da força de trabalho.

Na análise de Iamamoto (2001), a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade.

A constituição social da essência humana, indissociável da noção de indivíduo social, é claramente expressa nas *Teses sobre Feuerbach*, onde consta que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (Marx, 1977a:119). Ela é, portanto, concebida como “excentrada” em relação aos indivíduos isolados, mas não em relação ao homem social, centro das objetivações materiais e espirituais resultantes do trabalho. Compreende no seu conjunto desde as forças produtivas materiais até a arte e a filosofia, ou a totalidade da práxis humana (COUTINHO, 1974, p. 12 apud IAMAMOTO, 2012, p. 38-39).

Por ora, para a compreensão das relações sociais, especialmente as relações de trabalho e de saúde dos jovens trabalhadores, é necessário atentar-se tanto para

as mutações e contradições do contexto do mundo do trabalho na contemporaneidade, quanto para as particularidades desses trabalhadores na dinâmica das suas relações sociais (família, amigos, trabalho, escola e comunidade), considerando a dimensão histórico-social do processo de reprodução das relações sociais.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as particularidades dos jovens trabalhadores acidentados do trabalho, no contexto do mundo do trabalho e da reabilitação profissional do INSS/ APS do município de Guarulhos (SP), e vinculou-se aos seguintes objetivos específicos:

- Mapear o perfil dos jovens trabalhadores na faixa-etária entre 18 e 29 anos, afastados por acidente do trabalho em programa de reabilitação profissional, considerando a realidade de Guarulhos (SP);
- Compreender as particularidades dos jovens trabalhadores antes e depois do acidente de trabalho, na dinâmica das condições de trabalho e das relações sociais, especialmente, da relação trabalho-saúde;
- Refletir sobre as transformações e a precarização estrutural do trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo e suas repercussões na esfera da Previdência Social;
- Situar os fundamentos histórico-políticos, teórico-metodológicos e práticos do serviço de reabilitação profissional do INSS, dialogando com o campo da saúde do trabalhador e outras políticas sociais.

Esta dissertação organiza-se em quatro capítulos, além da introdução e das considerações parciais e finais.

O primeiro capítulo, *Quem são os jovens trabalhadores?* Apresenta o perfil socioprofissional e da acidentalidade da juventude trabalhadora da APS do Município de Guarulhos (SP) e a análise das particularidades dos jovens trabalhadores a partir de suas trajetórias profissionais, dialogando com categorias analíticas e temáticas relacionadas ao mundo do trabalho e às políticas sociais voltadas ao segmento juvenil: desemprego e mercado de trabalho; condições e organização do trabalho; relação trabalho-saúde; educação, cultura e sociabilidade; movimentos de jovens trabalhadores (precários).

O segundo capítulo, *Reflexões sobre a precarização no mundo do trabalho*, conceitua a categoria trabalho e as transformações do mundo do trabalho com

centralidade no fenômeno da precarização estrutural do trabalho no cenário do capitalismo contemporâneo, bem como as repercussões da precarização do trabalho no âmbito das políticas sociais do Brasil, especialmente, da Previdência Social.

O terceiro capítulo, *Serviço de reabilitação profissional do INSS*, apresenta um panorama histórico-político deste serviço na Previdência Social, bem como as dimensões teórico-metodológicas e práticas do trabalho em equipe multiprofissional e de orientação socioprofissional, destacando as atividades vitais no processo de trabalho da reabilitação. Por fim, expõe um breve cenário do programa de reabilitação profissional da APS de Guarulhos.

O quarto capítulo, por sua vez, discorre sobre a experiência de estágio de observação e pesquisa sobre a seguridade social francesa, com destaque ao campo saúde no trabalho e à inserção profissional dos trabalhadores com deficiência na França. Cabe destacar que este capítulo entra como adendo à presente pesquisa, pela participação no mestrado dupla diplomação entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Grenoble Alpes, na França, no período de setembro de 2018 a março de 2019, para obtenção de dupla titulação em Serviço Social e em Avaliação e Gestão de Políticas Sociais, respectivamente.

Caminho Metodológico

Marx retoma a concepção de que, explicar a realidade é não só descobrir os nexos que a constituem, mas ajudar essa realidade a se constituir (IANNI, 1986, p. 01).

O traçado metodológico que norteou a análise da pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, sistematizado pelo filósofo Karl Marx. A originalidade de seu método se deu na medida em que propôs o caminho inverso de análise, para que as categorias de análise da realidade deixassem de ser categorias abstratas com resultados simples, como no método historicamente seguido pelos economistas do século XVII. Conforme proposto por Marx (1978), parte-se sempre do real, que representa a manifestação do fenômeno, extraíndo deste as múltiplas determinações, chega-se à categoria de totalidade, e essa análise da totalidade, que é complexa, precisa retornar para esse mesmo real, de forma que, agora não mais considerada caótica, como no início da análise. Enfim, só se chega nessa totalidade

de determinações, partindo dessa ideia de particularidade. Nas palavras de Marx (1978, p. 116):

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo, enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo em concreto pensado.

Na forma teórica, as categorias estudadas foram pensadas como pressuposição, ou seja, não foram pensadas como verdades absolutas, mas sim como verdades relativas. Portanto, podem ser revisitadas sempre que necessário, levando sempre em consideração o determinado tempo histórico em que foram estudadas, ou melhor, devem ser sempre historicizadas.

Desse modo, as categorias da pesquisa foram compreendidas primeiramente em suas particularidades, para entendermos a universalidade, uma vez que para Marx (1978), o universal só se realiza no particular. Exemplo disso são as categorias trabalho e precarização estrutural no mundo do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, as quais assumem formas e características muito mais complexas, tanto nas relações de produção e reprodução social como nas relações sociais de trabalho e principalmente nas formas de ser da classe trabalhadora.

Cabe lembrar que o objetivo geral da presente pesquisa é analisar as particularidades dos jovens trabalhadores acidentados no contexto do mundo do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS/ APS do município de Guarulhos (SP).

De acordo com Minayo (2013), a pesquisa é a atividade básica da ciência em sua indagação sobre e construção da realidade. Embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula-se ao pensamento em ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema de vida.

A seguir, para que todos os objetivos propostos fossem alcançados, adotamos a seguinte construção teórico-metodológica:

1. Pesquisa teórica e documental

Inicialmente, para dar conta de refletir sobre as categorias da pesquisa, utilizamos o método de investigação teórica através de pesquisas no âmbito da filosofia, da sociologia do trabalho, da saúde do trabalhador, da previdência social e da reabilitação profissional, com ênfase na reflexão dialética, de forma que a explicação e a realidade foram se constituindo à medida que fomos avançando nas análises do fenômeno social aqui estudado.

Para a pesquisa documental, também utilizamos a coleta de dados de fontes primárias e secundárias através da consulta dos prontuários de atendimentos de todos os jovens trabalhadores afastados por acidente de trabalho, na faixa etária entre 18 e 29 anos, em programa de reabilitação profissional da APS do Município de Guarulhos (SP). Tal ação foi importante para o mapeamento do perfil do público-alvo da pesquisa, bem como para apresentarmos alguns dados quantitativos relevantes às determinações relativas aos acidentes de trabalho, ao mercado de trabalho e ao desemprego juvenil, cuja finalidade é subsidiar a análise qualitativa da pesquisa. Para tanto, apresentamos algumas fontes que serão consultadas:

- Anuário Estatístico da Previdência Social
- Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho
- Observatório Social de Políticas Públicas – Previdência Social
- Sistemas informatizados e prontuários dos trabalhadores do Serviço de Reabilitação Profissional
- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)
- Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO)
- Ministério da Previdência Social
- Ministério Público do Trabalho
- Ministério do Trabalho
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)
- Organização Internacional do Trabalho (OIT)

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)

2. Pesquisa qualitativa

A escolha da pesquisa qualitativa será com ênfase na fonte oral para compreensão da realidade dos sujeitos, pois nos permite entendê-la a partir da narrativa que o sujeito tem de sua própria história de vida e de trabalho. Assim, nessa metodologia a realidade é conhecida a partir dos significados atribuídos pelo próprio sujeito, mas que serão desvendados na relação pesquisadora/sujeito, sem pressuposições em relação aos significados. Na verdade, esse é o principal motivo de trabalharmos na perspectiva da narrativa oral, inclusive, como campo fértil de construções sócio-históricas e políticas.

Segundo Portelli (1997), a história oral é diferente, porque nos conta menos sobre eventos e mais sobre significados. Isso não quer dizer que não tenha validade sobre os fatos, uma vez que pode alcançar áreas inexploradas da vida cotidiana. “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31).

Nas palavras de Martinelli (1999), apontamos três considerações essenciais sobre a pesquisa qualitativa:

a primeira é quanto ao seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais; **a segunda** é quanto a dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; e **a terceira** é que exatamente por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementariedade, não da exclusão (MARTINELLI, 1999, p. 28-29. Grifos da autora).

Nessa perspectiva, aplicando ao referencial teórico-metodológico as técnicas da pesquisa qualitativa, ocorre uma intrínseca relação entre mundo real e sujeito, sujeito e objeto, objetivo e subjetivo, na busca da construção de um conhecimento

científico coletivo, participante, que apreenda a totalidade na relação com o singular e o particular.

Em síntese, a articulação entre os dados quantitativos e a pesquisa qualitativa nesse estudo foi de complementariedade, com ênfase na análise dos dados de acordo com o método dialético de análise. Na verdade, o levantamento quantitativo subsidiou a pesquisa qualitativa, no sentido de amplitude do conhecimento do objeto da pesquisa.

Para finalizar, a análise do conteúdo dos dados coletados por meio da técnica qualitativa da história oral temática foi direcionada por categorias de análise, as quais possibilitaram a compreensão dos objetivos propostos na pesquisa, sobretudo das dimensões objetiva e subjetiva dos sujeitos sociais.

3. Abordagens, instrumentos e análise dos dados da pesquisa de campo

Com ênfase na pesquisa qualitativa, foram entrevistados, baseado na história oral temática, dois jovens trabalhadores na faixa etária entre 18 e 29 anos, em Programa de Reabilitação Profissional da APS do Município de Guarulhos (SP), pois entendemos que, no campo da história oral, a história de um pode representar a história de muitos. Nesse momento da pesquisa de campo foram utilizados um roteiro de entrevista elaborado previamente e o registro através de aparelho fonográfico.

Importante salientar que a pesquisa de campo foi realizada após autorização dos participantes através do Termo de Consentimento Livre (TCLE)⁵ e do INSS, apoiada no Código de Ética do Serviço Social de 1993 e nas diretrizes do Comitê de Ética da PUC-SP e do Conselho Nacional de Saúde, configuradas na Resolução 466/12, de 12 de dezembro de 2012.

Após as entrevistas foram transcritos os registros fonográficos. Em seguida, foram realizadas a organização, sistematização dos dados e análise dos resultados, e então finalizada a dissertação de mestrado para posterior apreciação pública.

4. Local da pesquisa de campo

O local de desenvolvimento da pesquisa de campo foi a subsede do Sindicato

⁵ O documento está disponível no Apêndice A desta dissertação.

dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINSPREV-SP), localizada em Guarulhos (SP).

1. QUEM SÃO OS JOVENS TRABALHADORES?

*Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não foge da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada
(GONZAGUINHA, 1980).*

1.1 Apresentação das trajetórias

Nesse primeiro momento, vamos apresentar um resumo das trajetórias dos dois principais personagens da pesquisa, preservando suas identidades, portanto, usaremos pseudônimos. Suas histórias de vida serão como fios condutores para as análises teóricas, num desafiador exercício dialético entre as narrativas orais dos jovens trabalhadores sobre o triste episódio dos acidentes de trabalho, que interromperam suas trajetórias profissionais, os fenômenos do mundo do trabalho na contemporaneidade e os desafios das políticas sociais, buscando, através da reflexão científica, uma forma de inserir o sujeito na história e historicizar o objeto da investigação. Assim como nos ensina o historiador britânico Edward P. Thompson: não se faz história, sem experiência e sem cultura.

Mauro, solteiro, 28 anos

Mauro nasceu em 1990, no Município de Guarulhos (SP), e ainda vive nessa cidade em residência própria com a família: o pai, trabalhador autônomo, a mãe, dona de casa e os dois irmãos adolescentes, estudantes. Seu primeiro emprego foi com 18 anos como prensista numa empresa de embalagens, onde trabalhou por quase 4 anos. Em seguida, trabalhou numa empresa de fabricação de borracha, como operador de máquina, mas como não gostava e não tinha expectativa de mudar de profissão, logo pediu para ser mandado embora.

Nesse momento, comprou uma motocicleta e resolveu trabalhar como motoboy, primeiro trabalhou para um restaurante, depois para uma agência de motoboys, ambos empregos informais, e, por último, trabalhou registrado numa

empresa pequena, onde ocorreu o acidente, à qual está vinculado até hoje. Para o jovem, trabalhar como motoboy é bom em partes, sempre gostou de andar de moto, porque não se sente preso numa firma e trabalha vendo a paisagem. Por outro lado, é uma profissão de muito risco de acidentes e de muita exposição a intempéries.

O jovem optou por trabalhar nessa área, influenciado pelo pai, que também trabalha com transportes (carro e caminhão). Recentemente, como o motor do caminhão fundiu, o pai precisou vendê-lo mais barato e agora trabalha como “uber”.

Em 2014, Mauro estava com 24 anos e sofreu o acidente de trabalho, um acidente grave de motocicleta, porque estava numa velocidade alta quando um carro, ao fazer uma conversão errada, o jogou contra uma mureta. Passou por várias cirurgias e internações, mas relata que teve sorte com os médicos do hospital público do Ipiranga, porque suas cirurgias foram bem-sucedidas, possibilitando uma boa recuperação, apesar de lenta e de ter ficado com sequelas acentuadas na perna e no braço esquerdos. Desde então, encontra-se afastado pelo INSS, ficou um bom tempo em perícia médica e depois foi encaminhado para a reabilitação profissional.

Antes de iniciar o acompanhamento no programa de reabilitação, concluiu o Ensino Médio e iniciou um curso técnico de radiologia, o qual precisou parar por um tempo, devido a problemas financeiros, mas recentemente retomou o curso. Durante o programa de reabilitação, a empresa não disponibilizou vaga em outra função para a readaptação do trabalhador, que foi orientado sobre os cursos gratuitos (públicos ou com bolsa de estudos integral) e, rapidamente, fez a inscrição no processo seletivo para o curso técnico de administração na Escola Técnica Estadual (ETEC) Guarulhos e no concurso público para atendente Sistema Único de Saúde (SUS) na Prefeitura de Guarulhos.

Mauro, durante toda a entrevista, fez uma boa reflexão sobre o trabalho de motoboy e deixou claro que, mesmo superando bem o episódio do acidente, não pretende continuar nessa profissão, também porque ficou com sequelas físicas. O jovem está estudando e assim que concluir o curso pela reabilitação, gostaria de começar logo outra carreira profissional num trabalho registrado.

César, solteiro, 24 anos

César nasceu em 1994, no Município de Guarulhos (SP), e vive nessa mesma cidade em residência própria com a família: a mãe, empregada doméstica, e

o irmão, auxiliar de produção. O jovem, na adolescência, jogava futebol e tinha como objetivo ser jogador profissional, mas as suas condições de vida impossibilitaram a realização desse sonho e, na sua opinião, o Brasil é um país difícil, que limita até os sonhos dos jovens de conquistar algumas coisas, decidiu abandonar o futebol, continuou estudando, concluiu o Ensino Médio e tinha outro plano profissional de trabalhar com manutenção de computadores (hardware), mas, para isso, precisava trabalhar para pagar o curso e também ajudar nas despesas de casa.

Nessa época, César estava com 19 anos, foi em busca do primeiro emprego e conseguiu o cargo de ajudante de produção numa empresa de grande porte na região de Guarulhos. Estava há cinco meses trabalhando na linha de produção, fez treinamento de uma semana e já começou a operar a máquina, para ser promovido para operador de máquina, pois, segundo ele, destacou-se porque era muito esforçado e dedicado ao trabalho.

Operava a máquina para a fabricação de carcaças de pneu, o acidente ocorreu após concluída a carcaça, por volta de 11:30h. A máquina estava com problema e a lona, parte inferior da máquina, enroscou e puxou o seu braço direito. Esse processo de trabalho exigia produtividade, movimentos repetitivos com os dois braços, carregamento de peso e uma jornada de trabalho de 8 horas de segunda-feira a sexta-feira e sábados alternados.

Segundo o trabalhador, ele já havia detectado o problema da máquina, mandou ordens de serviço para o mecânico, mas não foi feita a manutenção. Além disso, se houvesse um sistema de segurança através de sensor, esse acidente não teria acontecido. Hoje, o jovem tem uma seqüela de lesão do plexo braquial direito e do úmero direito (membro superior direito inoperante), só consegue movimentar a mão direita com dificuldade.

César está em acompanhamento na reabilitação profissional há aproximadamente 4 anos. No início do programa apresentava muita fragilidade emocional, devido ao trauma do acidente, foi encaminhado para a reabilitação física e psicossocial no CEREST Guarulhos, mas, naquele momento, não aderiu aos tratamentos. Também não se sentia preparado para retornar à empresa, a qual respondeu o ofício do INSS negando a readaptação em outro posto de trabalho.

Na segunda etapa do programa, fase de levantamento de habilidades, áreas de interesse e análise de cursos, optou por um curso profissionalizante presencial

oferecido pela Secretaria do Trabalho, mas não deu certo, pois sentia muitas dores no braço durante o trajeto em transporte público. Assim, refletindo com a orientadora profissional, optou por retomar seus projetos profissionais na área de manutenção de computadores e já realizou alguns cursos de curta duração na modalidade Ensino a Distância (EAD), com boa adaptação e bom desenvolvimento. Atualmente, motivado por novos projetos profissionais e de vida, despertou interesse por curso técnico de farmácia, paralelamente, faz curso presencial de teologia, com previsão de término para dezembro de 2019, e pensa em iniciar o curso superior de teologia.

Nas palavras de César:

Então a minha rotina de vida é essa, minha perspectiva era outra, só que conforme o tempo foi passando, devido às necessidades eu tive que mudar. Tomar outro rumo, seguir outro caminho e a vida foi me levando a isso, mas a gente continua na luta. A vida é uma guerrilha então a gente vai guerreando, que não pode desistir que não pode parar(...) (César).

César aparenta ser um jovem muito forte e focado, apesar de expressar as marcas do sofrimento e a difícil aceitação do acidente, pois tinha sonhos e planos que as contingências da vida não permitiram realizar. Hoje busca, através do seu esforço e de sua luta, outros caminhos para reconstruir a sua vida.

1.2 Perfil socioprofissional e da acidentalidade

Mediante o extenso mercado de trabalho do Município de Guarulhos, conforme algumas características já apresentadas na introdução, o Serviço de Reabilitação Profissional da APS de Guarulhos, nacionalmente, está entre os três maiores do INSS.

Atualmente, estão em acompanhamento no programa profissional⁶ aproximadamente 1.400 trabalhadores, sendo que 1.050, 75%, estão afastados por doenças de qualquer natureza e 350, 25%, por acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho. Cabe registrar que acidente é aquele que ocorre durante o exercício do trabalho, na forma de lei, provocando lesão corporal ou perturbação

⁶ Consulta, realizada em 05 de junho de 2019, ao Boletim Estatístico de Reabilitação Profissional (BERP), 2019.

funcional levando à perda ou redução da capacidade laborativa (permanente ou temporária).

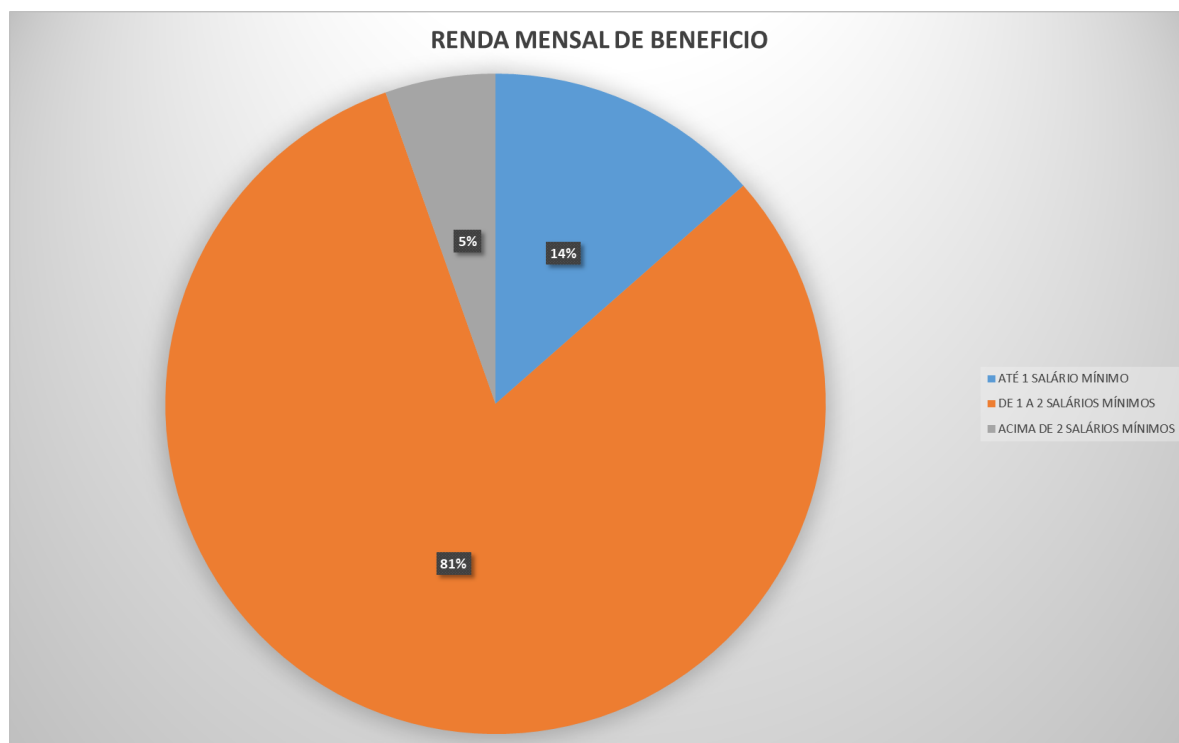
Para acompanhamento desse contingente de trabalhadores segurados, contamos com uma equipe multiprofissional de 8 profissionais de referência (4 assistentes sociais, 2 psicólogas, 1 fisioterapeuta e 1 terapeuta ocupacional), ou seja, esses profissionais acompanham em média 175 trabalhadores. Com relação aos peritos médicos, como recentemente passamos por mudanças de gestão, não temos mais médicos específicos no atendimento de reabilitação profissional. Atualmente, os mesmos peritos médicos atendem os dois serviços: perícia médica e reabilitação profissional.

O perfil socioprofissional de todos os jovens trabalhadores afastados por acidente de trabalho, na faixa-etária de 18 a 29 anos em programa de reabilitação profissional, é composto por 37 jovens, sendo 35 do sexo masculino e apenas 2 do sexo feminino. Com relação ao estado civil, 25 jovens declaram-se solteiros e 12 jovens declaram-se casados.

Neste estudo, o acidente típico de trabalho, considerado quando acontece no local e no horário de trabalho, representou 73% e o acidente de trajeto, que ocorre no percurso residência-trabalho-residência, representou 27% dos afastamentos entre os jovens trabalhadores.

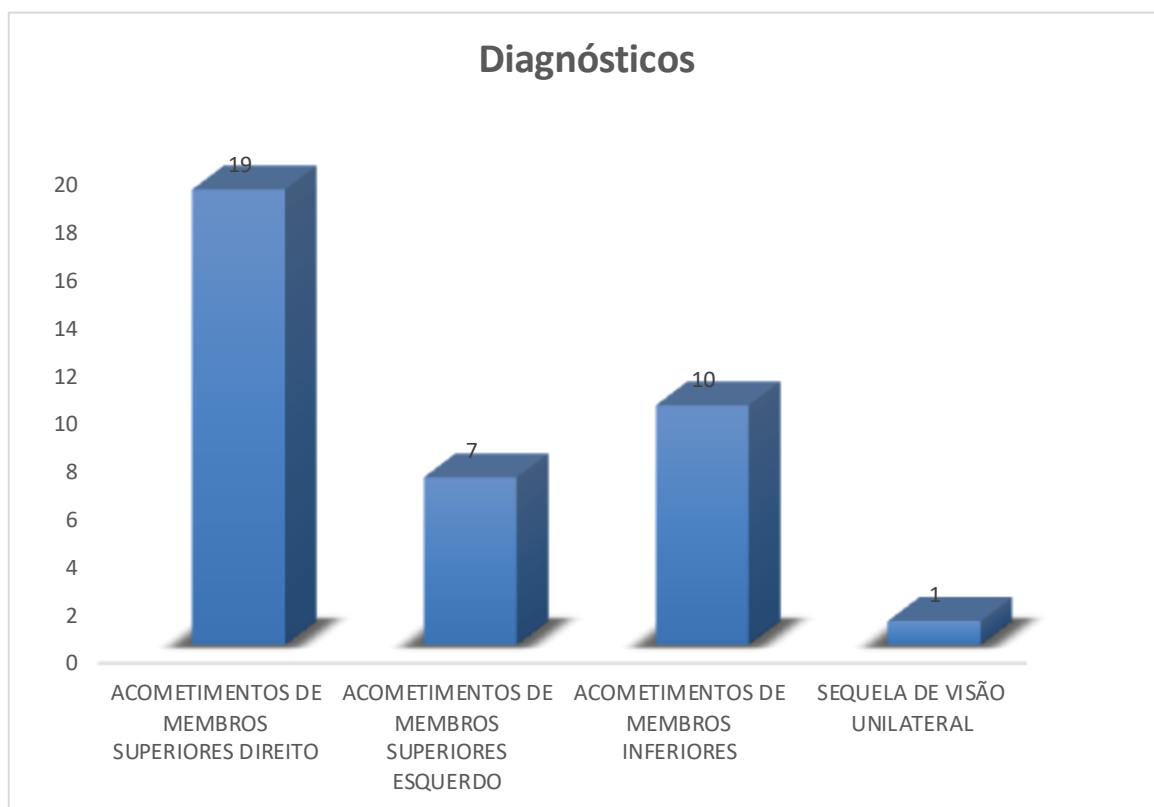
As doenças relacionadas ao trabalho são reconhecidas quando o histórico da doença está relacionado à atividade profissional e compõem o universo de afastamentos por acidentes de trabalho, mas nesta modalidade, não houve nenhum afastamento na faixa-etária pesquisada.

Figura 1 – Renda Mensal do Benefício



Fonte: Prontuários dos segurados em Programa de Reabilitação Profissional da APS de Guarulhos

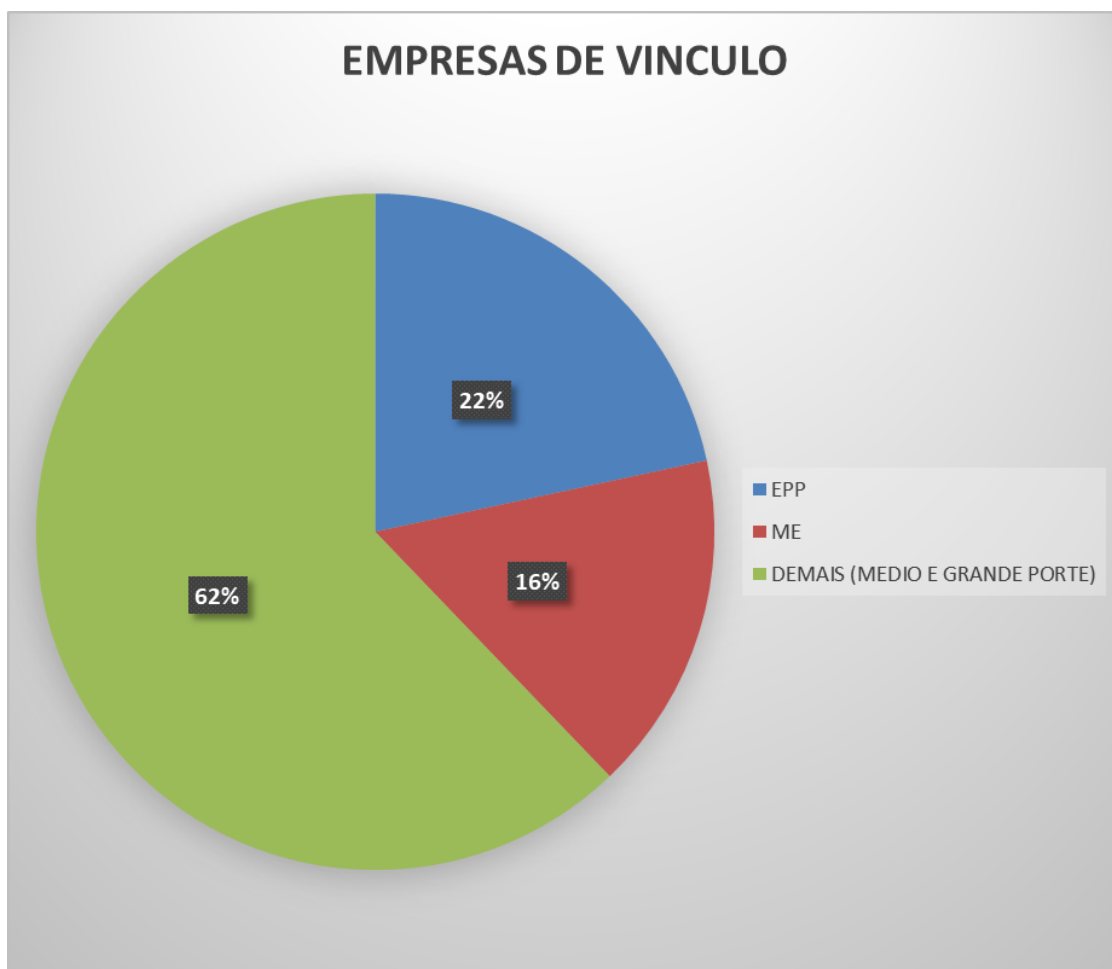
Figura 2 – Diagnósticos



Fonte: Prontuários dos segurados em Programa de Reabilitação Profissional da APS de Guarulhos

No gráfico acima, referente aos diagnósticos, consideramos como acometimentos, todas as sequelas de lesões, de fraturas, de esmagamentos e de amputações. Os casos de sequelas de amputações totalizam 9 casos entre os jovens, que aguardam a compra de próteses pelo INSS, pois somente poderão retornar ao trabalho após seu recebimento.

Figura 3 – Empresas de Vínculo



Fonte: Prontuários dos segurados em Programa de Reabilitação Profissional da APS de Guarulhos

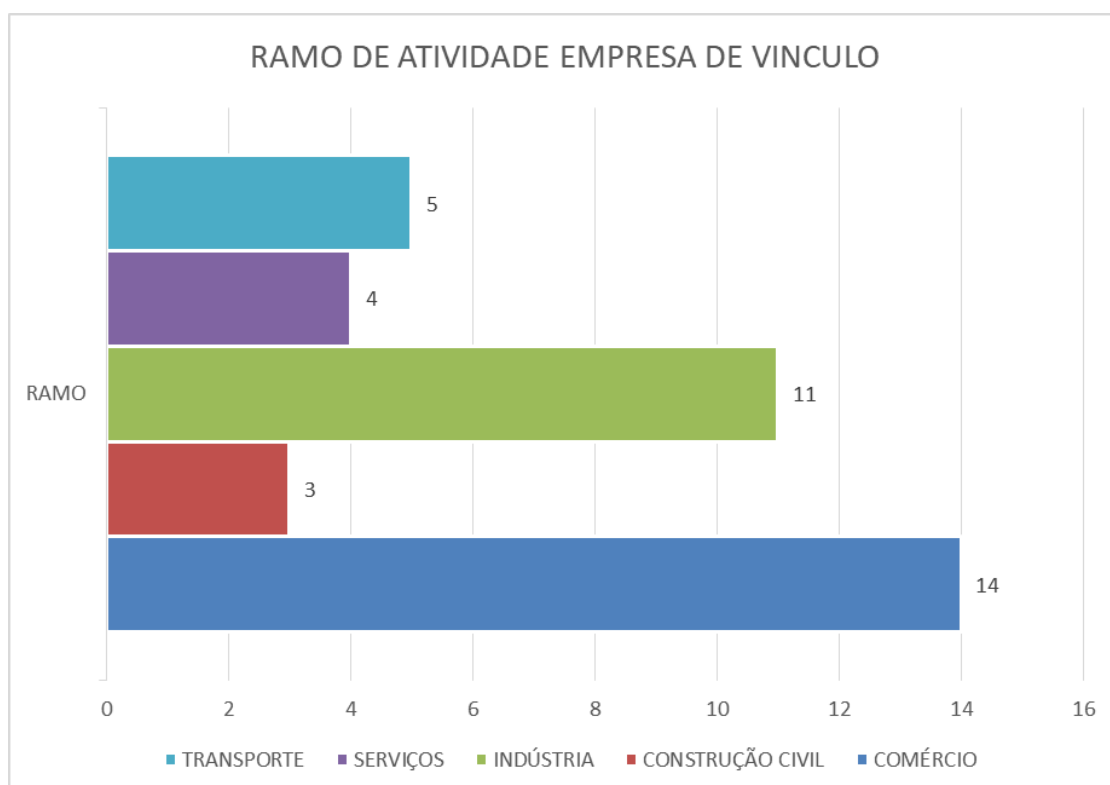
De acordo com o gráfico da Figura 3, destaca-se, que 62% dos jovens trabalhadores estão vinculados a empresas de médio e grande porte, 22% a empresas de pequeno porte e 16% a microempresas⁷.

Cabe ressaltar que somente as empresas de médio e grande porte têm obrigatoriedade de cumprimento das cotas para pessoas com deficiência, portanto,

⁷ Consultas ao site da Receita Federal. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>>. Acesso em: mai. 2019.

do total de 37 empresas pesquisadas, 23 empresas têm a responsabilidade de preenchimento das cotas, conforme a Lei 8.213/91 artigo 93, que determina: 2% de cotas de 100 a 200 empregados e 3% de cotas de 201 a 500 empregados (empresas de médio porte); 4% de cotas de 501 a 1.000 empregados e 5% de cotas a partir de 1.001 empregados (empresas de grande porte). A lei garante ainda que a dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado somente poderá ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência ou beneficiário reabilitado da Previdência Social.

Figura 4 – Ramo de Atividade



Fonte: Prontuários dos segurados em Programa de Reabilitação Profissional da APS de Guarulhos

De acordo com o gráfico acima, nos ramos de atividade⁸ que mais acidentaram os jovens trabalhadores: o setor de “comércio” está em primeiro lugar com 39%; o setor da “indústria” em segundo com 30%; em terceiro lugar, o setor de transportes, que pode somar-se ao setor de “serviços” com aproximadamente 24%; por último, o setor de “construção civil” com aproximadamente 6%.

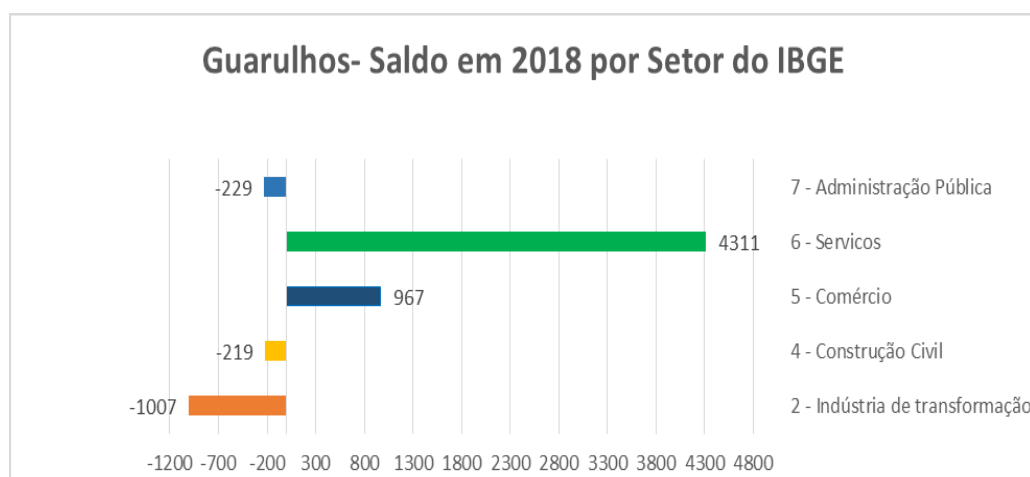
Cabe registrar que para esse levantamento, consultamos a base de dados

⁸ Consultas ao site da Receita Federal. Disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>>. Acesso em: mai. 2019.

da Receita Federal e consideramos o ramo de atividade econômica principal, mas muitas empresas têm outras atividades econômicas secundárias, podendo ser, por exemplo, do ramo de comércio e também de serviços, dentre outros.

Segundo o Observatório do Trabalho de Guarulhos⁹, o ano de 2018, segundo a classificação de setor do IBGE, o setor de **serviços** destacou-se com o saldo positivo de 4.311 vínculos formais. A **indústria de transformação** e a **construção civil** reduziram 1.007 e 219 postos de trabalho formal, respectivamente; e o **comércio**, apesar do ajuste em dezembro, teve um incremento de 967 postos formais nos últimos 12 meses.

Figura 5 – Guarulhos (Setor IBGE)



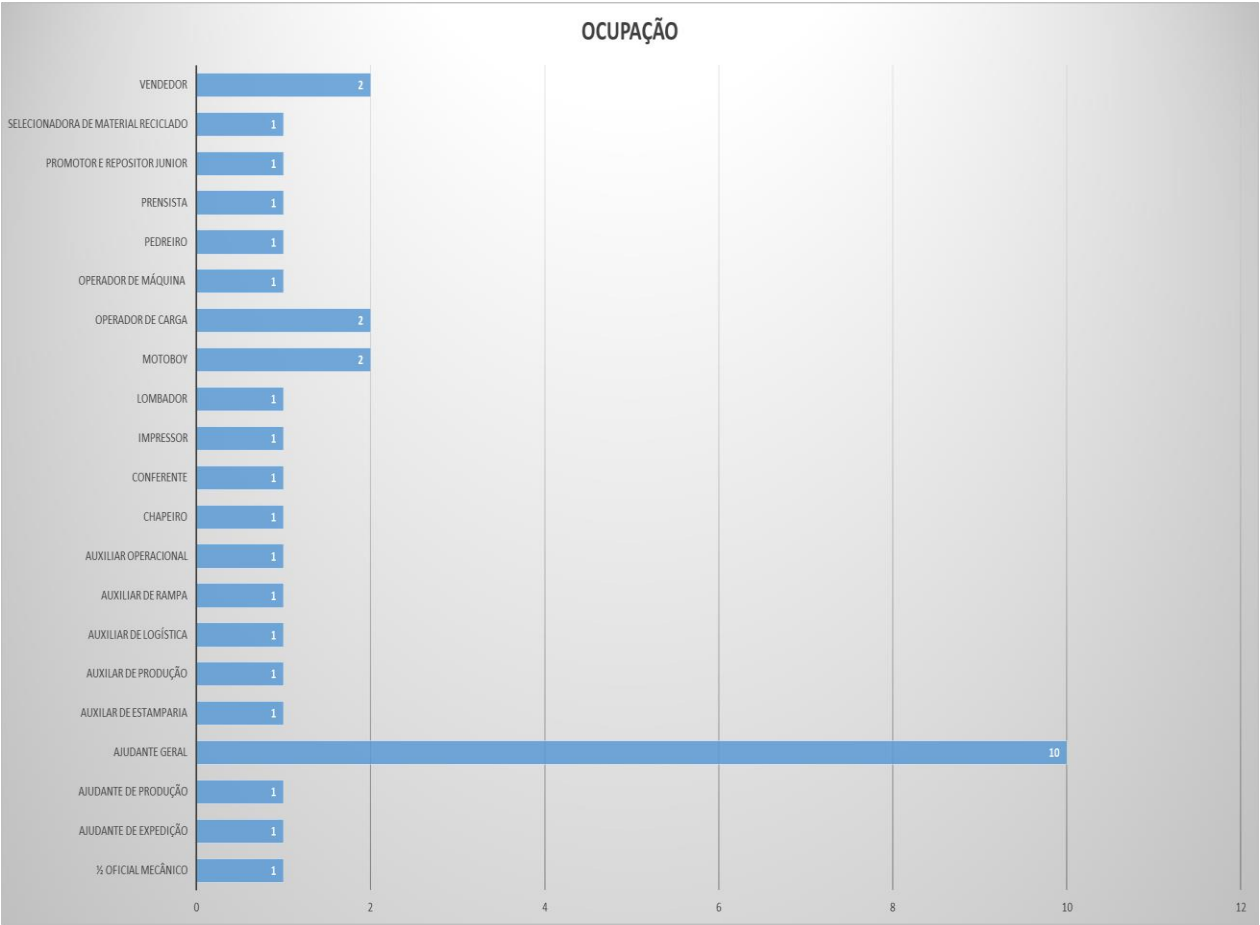
Fonte: IBGE.

Ainda no mesmo observatório¹⁰, segundo a ótica das seções da Classificação Nacional da Atividade Econômica 2.0 do IBGE, as seções transporte, armazenagem e correio, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, saúde humana e serviços sociais, e atividades administrativas e serviços complementares apresentaram os maiores saldos em 2018. O destaque negativo ficou por conta da seção indústrias de transformação.

⁹ Relatório Conjuntural do Mercado de Trabalho, Ano II, nº XIII fevereiro 2019, p. 5.

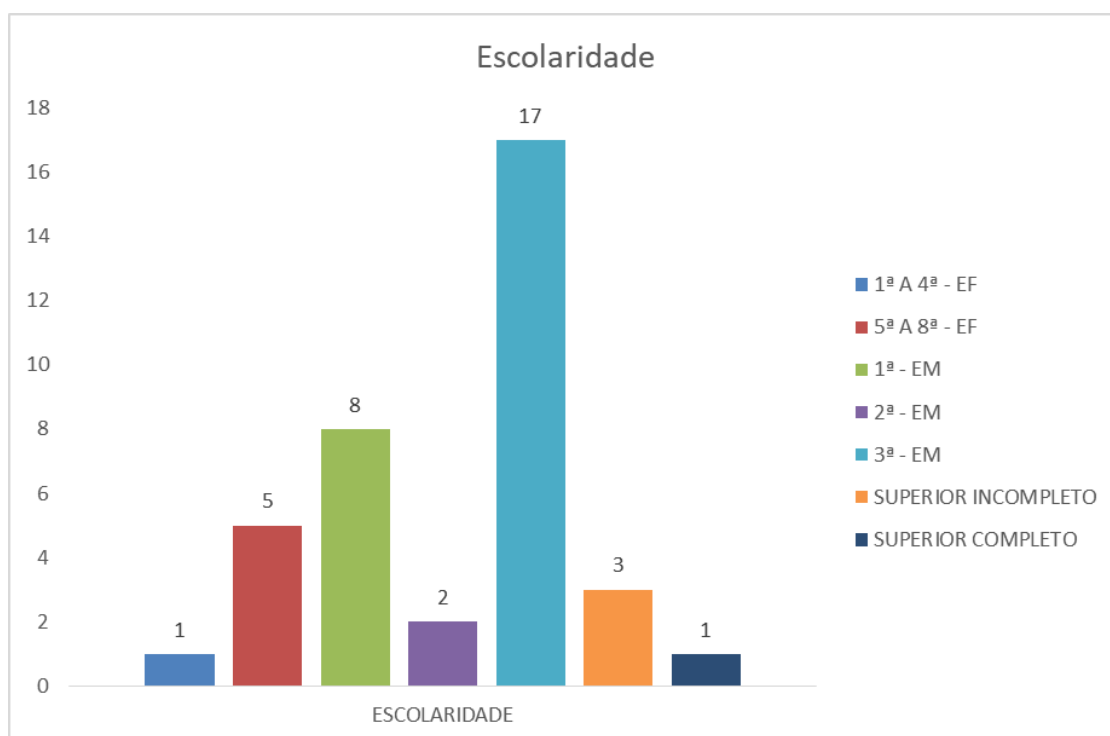
¹⁰ Relatório Conjuntural do Mercado de Trabalho, Ano II, nº XIII fevereiro 2019, p. 6.

Figura 6 – Ocupação



Fonte: Prontuários dos segurados em Programa de Reabilitação Profissional da APS de Guarulhos

Figura 7 – Escolaridade



Fonte: Prontuários dos segurados em Programa de Reabilitação Profissional da APS de Guarulhos

Por último, a partir dos levantamentos realizados pelos orientadores socioprofissionais, dentre os cursos técnicos de interesse dos jovens trabalhadores, destacam-se: informática, logística, segurança do trabalho, radiologia e eletricista de automóveis.

1.3 Que mundo do trabalho é esse?

Esta análise terá centralidade na precarização do mundo do trabalho e das políticas sociais, em particular, da política previdenciária, bem como suas repercussões sociais nas formas de ser e de pensar desses jovens trabalhadores lesionados e mutilados nos ambientes de trabalho. Trata-se, ainda, de uma problematização subdivididas por categorias de análises, a fim de refletirmos sobre as particularidades do segmento juvenil, a partir do e em diálogo com o campo da sociologia do trabalho e com algumas temáticas da pesquisa nacional sobre o perfil

da juventude brasileira, parte do Projeto Juventude¹¹, realizado pelo Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo.

Culturalmente, observamos que as possibilidades de escolhas educacionais e profissionais sempre foram limitadas para uma parcela expressiva dos jovens brasileiros, principalmente, pelas necessidades impostas às suas origens sociais. Ao ouvir as narrativas dos jovens trabalhadores, evidenciam-se as marcas e as rupturas oriundas da desigualdade social e da condição de vulnerabilidade a que foram e continuam sendo submetidos ao longo de suas trajetórias de vida.

Essa vulnerabilidade é tanto mais intensa: a) quanto maior seja a precariedade das condições de vida; b) quanto menos estabelecido estiver, no contexto nacional examinado, o respeito aos direitos humanos fundamentais e à cidadania (SELIGMANN SILVA, 2011, p. 136).

Essa condição de classe social fica explícita logo no relato inicial do jovem César:

O Brasil ele limita bastante, então acaba até limitando os nossos sonhos, eu sempre tive um sonho de se tornar um jogador de futebol profissional, essa era a minha expectativa, mas devido às necessidades, eu tive que abandonar. Comecei estudar tive a necessidade de continuar, de começar a trabalhar também, para ajudar em casa, ajudar a minha família, essas coisas todas e acabei abandonando o futebol e terminando os estudos. Minha expectativa era se tornar um hardware, mexer com manutenção de computadores essas coisas, mas para isso eu precisava de recursos financeiros para poder entrar no curso, conseguir meu certificado (César).

Podemos dizer que o reino das necessidades é condição primeira em todos os aspectos da vida do jovem César. Em sua narrativa, relembra a dimensão do sonho de ser jogador, pois era muito esportista na adolescência, depois o sonho de ter uma profissão na área de tecnologia para a inserção no mercado de trabalho, o qual também não foi possível, pois teve que aceitar o primeiro emprego para pagar o curso e ajudar nas despesas de casa.

¹¹ Segundo Abramo e Branco (2005) “o projeto juventude buscou propiciar mudanças e avanços na maneira de os poderes públicos compreenderem as demandas da juventude nas múltiplas dimensões envolvidas: trabalho, educação, saúde, cultura, lazer, esportes, vida artística, sexualidade, direitos, participação, segurança e várias outras”.

Com relação aos acidentes de trabalho, sabe-se que normalmente as empresas e o Estado responsabilizam-se pelo pagamento de indenizações aos trabalhadores, muitas vezes por determinação judicial. Mas, certamente, esses recursos não resolvem as graves consequências psicossociais na vida desses trabalhadores vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, pois necessitam, por um longo período ou permanentemente, do Poder Público, ou melhor, do Estado, através de políticas públicas de atenção e reparação à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, ao lazer etc.

Por isso, ressaltamos a importância de políticas sociais como a Reabilitação Profissional, dentre outras, a fim de garantir o acesso a uma formação educacional e cultural para posterior reinserção profissional no mercado de trabalho, de maneira minimamente digna e protegida, conforme o trabalho decente defendido pela OIT: “aquele desenvolvido em ocupação produtiva, justamente remunerada e que se exerce em condições de liberdade, equidade, seguridade e respeito dignidade da pessoa humana (BARZOTTO, 2019, p. 60)”.

Nesse sentido, a OIT vem lutando para que os trabalhadores tenham uma proteção plena, diante do alarmante índice mundial de desemprego, especialmente para os jovens, os quais, quando não encontram um trabalho decente, aceitam qualquer ocupação “desprotegida” e/ou “informal”, sem garantias de proteções legais relacionadas ao trabalho e à saúde. Em consequência disso, observamos as repercussões psicossociais na vida desses jovens trabalhadores.

Posto isso, essa análise inicial dialoga com a reflexão do sociólogo francês Robert Castel¹²:

A liberdade que favorecia as empresas era demasiado forte, demasiado selvagem para os que podiam apenas suportá-la. A liberdade e o individualismo triunfantes comportam uma face sombria: a individualidade negativa de todos aqueles que se encontram sem vínculos e sem suportes, privados de qualquer proteção e de qualquer reconhecimento. O Estado Social foi construído como uma resposta a tal situação. Acreditou poder esconjurar-lhes os riscos, tecendo, em torno da relação de trabalho, sólidos sistemas de garantias (CASTEL, 2015, p. 45).

¹² Ver sua obra clássica *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, na qual, em síntese, o sociólogo francês analisou como se estruturou a sociedade moderna com base na sua condição salarial, através de caracterização sócio-histórica do lugar ocupado pelo trabalho assalariado e como, a partir dos anos 1960, foi desencadeando os conceitos de precariedade, de exclusão, de desfiliação e de vulnerabilidade.

O autor observou a realidade europeia, sobretudo a sociedade francesa, evidenciando que determinados grupos de trabalhadores vivem de maneira incerta e à margem das relações com o trabalho. Portanto, com a escassez de trabalho, dependem cada vez mais da proteção social do Estado, que também passa por mudanças devido à centralidade da condição salarial.

Por fim, cabe sinalizar algumas contribuições de sociólogos brasileiros que serão fundamentais para esta análise: Ricardo Antunes com o seu mais recente livro *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, Giovanni Alves com o seu livro *“Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório”* e Ruy Braga com o seu livro *“A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista”*¹³.

1.3.1 Desemprego, mercado de trabalho e juventude: o que pensar?

Em 31 de maio de 2019, durante palestra proferida pelo professor Ricardo Antunes no Sindicato dos Bancários de Guarulhos, foram apresentadas algumas estatísticas, por exemplo: a PEA do Brasil está em aproximadamente 100 milhões de trabalhadores; os trabalhadores desempregados chegam a quase 20 milhões (13 milhões de desempregados e 6,8 milhões de desalentados, trabalhadores desempregados de longa data que já procuraram, mas desistiram de procurar empregos). Apresentou ainda que os trabalhadores em empregos precários são aproximadamente 10 milhões. Desse modo, quase 30% dos trabalhadores da PEA encontram-se em situação de desemprego e de subemprego no Brasil.

De acordo com a PNAD Contínua¹⁴, o mercado de trabalho brasileiro no 2º trimestre de 2018, com relação à taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais, na semana de referência (em %), o Brasil representa 13,2%. Na distribuição da população desocupada por grupo de idade no Brasil, a classificação por porcentagem é a seguinte: em primeiro lugar está o grupo de 25 a 39 anos com

¹³ No prefácio do livro, Michael Löwy resume que o autor, utilizando os instrumentos teóricos do marxismo e da sociologia pública (M. Burawoy), e examinando criticamente os resultados da sociologia do trabalho brasileira, nos propõe uma leitura inovadora da história social do Brasil, do populismo fordista ao lulismo hegemônico atual, tendo como vetor analítico a “política do precariado”.

¹⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), segundo trimestre de 2018 (16 de agosto de 2019).

34%, em segundo está o grupo de 18 a 24 anos com 32% e em terceiro de 40 a 59 anos com 22,7%. Portanto, na distribuição de desocupação por idade, a faixa-etária pesquisada é a mais atingida pelo desemprego.

Segundo o sociólogo Ruy Braga¹⁵, o número de jovens que nem estudam e nem trabalham (conhecidos como os “*nem nem*”), no Brasil, subiu de 7 milhões para 12 milhões no último ano, e o desemprego juvenil representa a taxa mais elevada no mundo inteiro. Esses dados demonstram o quanto o mercado de trabalho está desperdiçando essa força de trabalho, causando efeitos deletérios do ponto de vista social para a juventude brasileira, principalmente, com relação à inserção profissional no mercado de trabalho, agravada pela desigualdade social e as novas tecnologias. Braga aponta a educação como caminho, assumindo esse papel, conectada à agenda de emprego do país.

Adentrando os resultados da pesquisa, com relação ao perfil socioprofissional e à acidentalidade, observa-se que do montante de 27 empresas que já responderam para o INSS, 88,5% negaram a readaptação profissional dos jovens trabalhadores e 11,5% ofereceram outra função para readaptação, porém, os resultados dos treinamentos foram insatisfatórios. Cabe ressaltar que normalmente as empresas negam vagas em outra ocupação para os seus funcionários, porque não têm a obrigatoriedade de cumprir a lei de cotas ou não dispõem de funções compatíveis com as limitações clínicas dos trabalhadores.

Posto Isso, esse resultado nos faz pensar que os jovens, ao concluírem o programa de reabilitação, mesmo com qualificação profissional para exercerem outra profissão, obrigatoriamente têm que retornar para as suas empresas de vínculo, as quais negaram a readaptação no início do programa.

Em consequência disso, as possibilidades são relativamente altas de entrarem para as estatísticas de jovens desempregados e, a partir de então, com os agravos às condições de saúde (sequelas e deficiências). Além das consequências psicossociais para o desenvolvimento pessoal, profissional e social, após os acidentes de trabalho, conforme a avaliação de Selligmann-Silva (2011, p. 11): “os riscos de doenças profissionais e de acidentes de trabalho marcam fortemente a subjetividade dos trabalhadores, assim como a vivência de tais eventos e de suas decorrências, inclusive eventuais sequelas e limitações”.

¹⁵ Em palestra proferida em 06 de maio de 2019, no programa jornalístico Globo News Painel. Disponível em: <www.g1.com.br/globonews>. Acesso em: 06 jun. 2019

Ademais, essa hipótese também tem respaldo em pesquisas de fixação (realizadas pela pesquisadora após conclusão do programa e alta do INSS), as quais revelam que quase a totalidade dos trabalhadores reabilitados pelo INSS, na época da pesquisa, encontrava-se desempregada após a conclusão do programa (por treinamento ou por curso). Portanto, foram demitidos no retorno às empresas.

Outro resultado significativo para reflexão, é que o número de afastamentos dos jovens trabalhadores é relativamente baixo para essa faixa-etária – apenas 10,6% do total de 350 trabalhadores afastados por acidente de trabalho em programa de reabilitação de Guarulhos. De fato, esse resultado está distante da realidade de muitos trabalhadores jovens, que se encontram nas mais diversas modalidades de emprego, como, por exemplo, na informalidade (contrato por dia, intermitente por horas e até contrato zero hora). Há, ainda, os trabalhos precarizados, os quais, mesmo com registros de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), temporários ou terceirizados, não estão no RGPS, uma vez que existe um elevado número de acidentes de trabalho subnotificados pelas empresas.

Em outras palavras, observa-se que muitos jovens trabalhadores sofrem algum tipo de acidente de trabalho e nem constam nas estatísticas previdenciárias, visto que uma parcela significativa deles sequer trabalha com registro em carteira. Segundo o economista Leandro Horiê¹⁶ do DIEESE, ocorre uma “queda no emprego formal entre 2014 e 2017 (3,2%) ao mesmo tempo em que ocorre aumento da informalidade (assalariado informal 1%; contrato precário 2,1%)”.

Conforme boletim emprego em pauta do DIEESE¹⁷, do total de trabalhadores que passaram a se declarar como subocupados no quarto trimestre de 2018, 38% não estavam trabalhando no trimestre anterior, ou seja, eles conseguiram algum trabalho, mas com jornada inferior à desejada. Além disso, a forma de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho é extremamente desigual. Entre os que começaram a trabalhar como assalariado informal, a proporção de subocupados foi nove vezes maior do que entre os que conseguiram trabalho com carteira assinada (26% e 3%, respectivamente).

¹⁶ Revista “O mundo do trabalho em crise” do “5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde”, São Paulo, 2018, p. 27.

¹⁷ Boletim nº 12 - abr./mai. de 2019.

Ainda segundo o mesmo boletim, o futuro dos trabalhadores não é animador. Não há perspectivas reais de crescimento da atividade econômica a curto prazo. Na perspectiva do mercado de trabalho, a reforma trabalhista incentiva formas de contratação com jornadas consideradas insuficientes pelos trabalhadores, como o trabalho por contrato parcial e o intermitente. Assim, não há nada indicando a possibilidade de redução do número de subocupados para os mesmos patamares do período anterior à crise.

Segundo relatório DIEESE¹⁸, o mercado formal nos anos recentes publicado pelo

(...) No Brasil, um grande contingente da população encontra-se ainda em condições de trabalho precário, as taxas de desemprego ainda são muito altas comparadas às de outros países, e a população em idade ativa é crescente, requerendo a criação de novos postos de trabalho. Estimular o mercado interno produtivo, proteger o mercado de trabalho, assegurar e ampliar a proteção social são os principais desafios para a sociedade brasileira, e em especial para o movimento sindical, nesse momento de crise (DIEESE, 2019, p. 12).

Segundo o Observatório do Trabalho de Guarulhos, o mercado de trabalho formal em 2018 apresentou a seguinte movimentação:

Tabela 1 – Guarulhos: Movimentação por Faixa Etária (2018)

Faixa Etária	Até 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Total
Admitidos	990	32.249	19.297	31.120	16.197	6.172	213	106.238
Desligados	253	24.473	18.898	32.228	17.328	8.925	705	102.810
Saldo	737	7.776	399	1.108	1.131	2.753	492	3.428

Fonte: MTb-CAGED. Adaptado.

Na faixa-etária, de 18 a 29 anos, a porcentagem de trabalhadores admitidos foi de aproximadamente 49% do total de 106.238 e de trabalhadores desligados foi de aproximadamente 43% do total de 102.810, ou seja, uma taxa de apenas 6% a mais de jovens admitidos com relação aos demitidos durante o ano de 2018 no Município de Guarulhos.

¹⁸ Nota Técnica, número 80, março 2019.

A partir da entrevista com o jovem Mauro, após o relato de suas experiências profissionais em empregos formais e informais, cabe registrar a sua reflexão sobre o mercado de trabalho para os jovens:

Ah tá bem difícil (...) bastante gente desempregada e quando isso acontece...geralmente...tipo assim, quem é mais qualificado vai se encaixando (...) Tipo você chega na empresa e a pessoa tem algo mais que você então já vai, ele já sai na sua frente e se outro tiver mais ainda então sai mais na frente ainda então tá meio concorrido, meio concorrido se a pessoa não tiver estudo, curso, especialização, cada vez mais assim tá mais concorrido (...) (Mauro).

É porque tá difícil (...) complicado. Aí quando gera muito desemprego aí o que que acontece? A pessoa que fazia um cargo na empresa ela vai ser obrigada a fazer dois (...). Praticamente, a pessoa que o setor que tinha 10 funcionários, 5 funcionários vai ter que dar conta, ele vai demitir 5 e 5 vai ter que dar conta do trabalho (Mauro).

Mauro justifica que o elevado número de desempregados tem relação com a concorrência dentro das empresas, pois, com as demissões, os trabalhadores acumulam trabalho e funções. Com relação à contratação de empregados, cada vez é exigido mais qualificação profissional. Por isso, o jovem enfatiza a necessidade de melhor profissionalização (cursos e especializações) dos trabalhadores.

(...) Eu, ah...sempre tem que acreditar na esperança. Que vai melhorar. Ah...você vê que quer, que cresceu nos últimos tempos, cresceu bastante esse negócio de informalidade. Sim, é está aumentando e a moto sempre foi assim, eu não sei por que, eu não sei se fica caro para a empresa (...) teve também essas empresas *start up* agora vir para o Brasil, e você vê muita gente que...como é que fala? Devido ao desemprego comprou uma moto e vou me cadastrar no aplicativo (...) (Mauro).

O jovem Mauro, destaca ainda que, o trabalho informal sempre dominou o mercado de trabalho para a categoria de motoboys e acredita que seja em função da redução de despesas com direitos trabalhistas para as empresas. Também relaciona o aumento da informalidade com a entrada das empresas de aplicativos no mercado, atraindo os jovens motoboys desempregados.

Ah sem registro é ruim, porque você perde seus direitos. No caso, principalmente no serviço, não era para ser assim. Era justamente o da moto porque o risco é maior...de acidente...o risco é maior de

acidente...aí no caso você se acidentou, se você não tiver registrado você simplesmente...você não vai poder (...). Sou...sou registrado e aí eu consegui no caso ter esse auxílio (Mauro).

Mauro finaliza dizendo que só tem direito ao benefício de acidente de trabalho porque estava registrado na época do acidente numa empresa de pequeno porte.

Crise financeira do Brasil é estrondosa, é enorme, é assim, ainda a gente não tentou de se colocar no mercado de trabalho, então eu não tenho uma visão...de como...estão as coisas hoje (...). Mas eu acredito que para o jovem, acho que se torna mais fácil se recolocar no mercado de trabalho, eu acho que se torna mais fácil, ainda mais se qualificando (...). Sei que hoje as coisas não são tão simples assim para ninguém, mas se a pessoa busca uma qualificação (...). Acho que se torna mais fácil hoje, falando aqui no Brasil (...) (César).

Já a reflexão do jovem César enfatiza a grave crise econômica e política do Brasil, mas acredita, mesmo assim, que o jovem trabalhador, ao buscar uma boa qualificação profissional, terá mais facilidade no mercado de trabalho.

Diante do cenário atual de desemprego, informalidade e precariedade, dominando as possibilidades de trabalho para a juventude, indagamos: a) o que fazer diante do descaso das empresas em absorver essa demanda de trabalhadores com deficiência? b) Qual a esperança de trabalho decente e digno para esses jovens?

Para finalizar, nas palavras de Antunes (2018, p. 91):

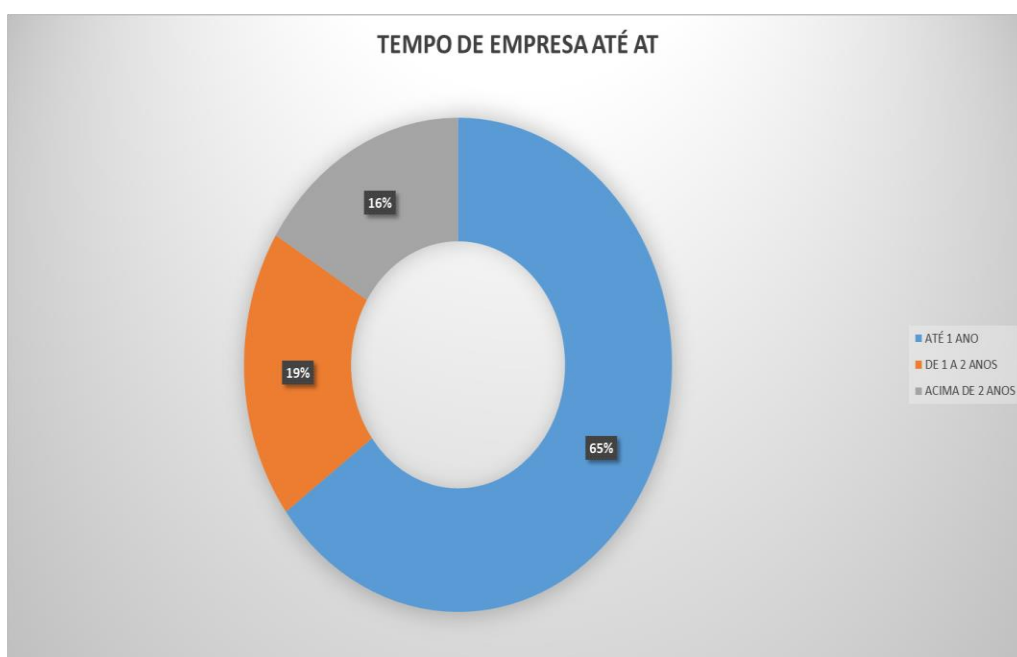
(...) A classe trabalhadora, portanto, é composta – isso é decisivo hoje - da totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados.

O autor defende um conceito ampliado de classe trabalhadora, mas exclui os pequenos empresários, os gestores do capital e os que vivem de juros e da especulação, pois considera que esses trabalhadores são parte constitutiva da classe dominante, portanto, têm o papel de controle na gestão do capital e seu processo de valorização. Então, hoje, mesmo que a classe-que-vive-do-trabalho seja ampliada, de maneira simplificada, é ainda constituída pelos trabalhadores desprovidos dos meios de produção.

1.3.2 Condições e organização do trabalho: para quem?

Neste tópico vamos analisar os resultados a partir de uma das hipóteses do estudo: a partir dos acompanhamentos de orientação socioprofissional, observa-se que os acidentes de trabalho com esse segmento de jovens trabalhadores ocorrem, expressivamente, num curto tempo de experiência profissional nas empresas. Desse modo, percebe-se que as condições degradantes e a própria organização do trabalho, impostas aos trabalhadores, contribuem para a ocorrência desse grave fenômeno do mundo do trabalho.

Figura 8 – Tempo empresa até o AT



Fonte: Prontuários dos segurados em Programa de Reabilitação Profissional da APS de Guarulhos

O gráfico acima refere-se ao tempo de empresa até os acidentes de trabalho. Segundo os dados, 65% dos jovens acidentaram-se com menos de um ano de empresa, 19% entre 1 e 2 anos e 16% com mais de 2 anos.

A seguir, analisaremos as situações de trabalho dos dois jovens trabalhadores entrevistados: César, que trabalhava numa grande empresa no setor da indústria e Mauro que trabalhava numa pequena empresa no setor de serviços:

Eu entrei na empresa foi aonde eu começo a trabalhar, e aí na empresa as coisas na empresa acabou mudando o rumo da minha trajetória. Foi ali que eu acabei sofrendo um acidente, (...) acabou finalizando ali, porque nesse trabalho na empresa e as coisas ali, começaram as coisas estavam acontecendo muito rápido para mim, eu acabei me destacando na empresa eu era muito esforçado, comecei como auxiliar de dentro de produção, e pelo meu esforço e dedicação fui promovido, eu ia ser promovido a (...) operador de máquina(...)estava fazendo até o treinamento já para receber essa promoção, e com cinco meses que eu estava ali trabalhando, tinha acabado de passar da experiência que era três meses, acabei sofrendo um acidente (...) (César).

Para César, o seu esforço e a sua dedicação foram aspectos que possibilitaram rapidamente a sua promoção de auxiliar de produção¹⁹ para operador de máquina²⁰. Conforme as definições das funções, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), auxiliar de produção não é responsável pelo controle dos equipamentos de produção. Vale registrar que até o episódio do acidente, a prometida promoção ainda não havia se concretizado.

Então, evidencia-se que a empresa foi negligente, pois o jovem foi desviado de sua função e, após apenas um rápido treinamento de uma semana, assumiu sozinho a responsabilidade de operar uma máquina, sem treinamento adequado, formação ou experiência mínima para exercer tal função.

Com relação às características das empresas nos respectivos ramos de atividades, os jovens analisam:

Grande porte (...) Mais investimento, tem pessoas que vêm de outros países para comprar material na Empresa, para exportação para vender fora do país então (...) Outra empresa grande comprou essa empresa. (...) Mas vinha o pessoal lá do...acho que da China e do Japão uma coisa assim, vinha comprar material aqui para revender lá, então a Empresa é bem conhecida. No caso agora a outra Empresa é conhecida também (César).

(...) tem outras também que muitas empresas, de muitas agências de motoboy chegou à falência ou tá indo mal da perna também por causa de outra também que chegou aqui no mercado e por quê? Eles estão chegando, aí oferece o preço mais barato e aí como é que

¹⁹ Segundo a CBO, preparam materiais para alimentação de linhas de produção; organizam a área de serviço; abastecem linhas de produção; alimentam máquinas e separam materiais para reaproveitamento.

²⁰ Segundo a CBO, é responsável pelo controle dos equipamentos de produção, promovendo o desenvolvimento de produtos de modo que prepare materiais para alimentação de linhas de produção, organize a área de serviço, abasteça linhas de produção, alimente máquinas e separe materiais para reaproveitamento.

fala, consegue mais empresas então no automático consegue mais motoboy, porque a demanda é grande, os motoboys, pô vou sair do meu ali vou para lá vou cadastrar esse aplicativo vou lá no aplicativo e acabou bem dizer tomou o serviço das outras empresinhas (...) fazer o quê...é a concorrência (...) São grandes empresas, empresas americanas, empresas colombianas (Mauro).

Em síntese, a empresa de grande porte do ramo industrial foi vendida para outra empresa bem conhecida no mercado, cujos produtos fabricados também são exportados para outros países – China e Japão – e as exportações trazem maiores investimentos para o Brasil. Muitas empresas de pequeno porte estão falindo, porque com a chegada das grandes empresas de outros países uma demanda grande de trabalhadores motoboys é absorvida por esse novo mercado de serviços por aplicativos.

Segundo análise de Giovanni Alves, a lógica das grandes empresas no atual estágio de desenvolvimento capitalista,

Ora, o novo complexo de reestruturação produtiva, que surge sobre a acumulação flexível e que possui vínculos sociometabólicos com a acumulação por espoliação, é um elemento compositivo do novo estágio do desenvolvimento capitalista que Chénais irá denominar “mundialização do capital” e a qual ele identifica com a constituição de um “regime de acumulação predominantemente financeirizado”. O que significa que o predomínio da “financeirização” foi o principal veículo de constituição de um regime de acumulação por espoliação, tendo em vista que incrementou a velocidade, intensidade e amplitude ser-precisamente-assim do capital, propiciando, desse modo, um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado (CHENAIS, 1998 apud ALVES, 2011, p. 29-30).

Assim, verifica-se que esse regime de acumulação por espoliação, na era da acumulação flexível, é ainda mais perverso, porque expressa a precarização total das condições de trabalho e a exploração sem limites do trabalhador. De modo que,

o capitalismo mundial, sob a dominância financeira e a vigência das políticas neoliberais, tendeu a promover a perpétua sublevação das condições de produção (e reprodução) das mercadorias (o que explica as condições sócio-históricas da flexibilização do trabalho) (CHENAIS, 1998 apud ALVES, 2011, p. 20-30).

Cabe enfatizar que, apesar de ser uma crise brutal do capital mundializado, o seu resultado provocou mudanças nos modos de produção capitalista,

aumentando o poder do capital sobre o trabalho. Diante de tal fenômeno, não houve uma ruptura entre o modelo de produção capitalista anterior (fordismo) e o sistema atual de acumulação flexível, conhecido como toyotismo (modelo japonês de Produção Toyota), mas uma reposição dos elementos essenciais da produção capitalista. Na verdade, no *fordismo puro* da década de 1920, segundo Gramsci (2008)²¹, esse modelo do início do século também adotava elementos no toyotismo, do que do fordismo mais recente, aumentando ainda mais os poderes de flexibilidade do capital”. Exemplificando:

[...] A flexibilidade da força de trabalho expressou a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar o trabalho assalariado à lógica da valorização, por meio da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias (inclusive, e principalmente, da força de trabalho). Mais do que nunca, o foco do novo complexo de reestruturação produtiva a atingir as empresas capitalistas é a gestão do trabalho vivo e da força de trabalho (é o que salientaremos como sendo a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital). É por isso que a acumulação flexível se apoia, principalmente na flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados de trabalho (e ainda, de seus produtos e padrões de consumo) (ALVES, 2011, p. 18-19).

Na análise de Alves (2013), o toyotismo como ideologia orgânica da produção de mercadorias surgiu no bojo da maquinofatura, na medida em que a “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pelo capital tornou-se o seu nexo essencial. O capitalismo manipulatório inaugura a era da maquinofatura como derivação lógica (e ontológica) da grande indústria.

Refletindo sobre a situação do jovem César, a captura da sua subjetividade, pode ser interpretada, a partir do momento em que a empresa promete que será promovido rapidamente para operador de máquina, bem como que o outro trabalhador, responsável pelo treinamento, também assumirá outra máquina. Em sua narrativa o jovem, repetidamente, menciona que estava no treinamento para receber a promoção. Essa ideia, em seu imaginário ainda sem experiência profissional, lhe traz satisfação e expectativas, as quais ocultam a percepção dos perigos e dos riscos no ambiente laboral bem como da condição de superexploração imposta pela organização do trabalho.

²¹ Ver detalhes em Antonio Gramsci “Americanismo e Fordismo”, Caderno 22, São Paulo, Editora Hedra, 2008.

Segundo Alves (2011), a nova geração incorpora mais rapidamente a linguagem empresarial, na qual o trabalhador deixa de ser “empregado” e torna-se “colaborador”. Essa mudança de linguagem do capital constitui um novo universo locucional adequado ao mundo novo da colaboração de classe. O autor sinaliza, ainda, que a constituição de novos coletivos e a nova linguagem, com seus valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, atingem com mais intensidade o espaço de sociabilidade da juventude trabalhadora.

De fato, observa-se que essa categoria, denominada pelo autor de “captura da subjetividade”, realmente é introjetada no trabalhador como valores, cujos métodos organizacionais em empresas privadas e públicas objetivam, única e exclusivamente, as metas institucionais. O jovem trabalhador pode incorporar mais rapidamente essa linguagem corporativa, uma vez que não tem experiências profissionais de longa data para compreender as recentes mudanças do mundo do trabalho.

Nas próximas passagens, observa-se ainda o funcionamento da linha de produção:

(...) Então essa rodagem é uma borracha mais consistente, então esse é o meu material de trabalho, também tem os...é talão que chama, que é para dar formato à rodagem, (...) a máquina, ela é como se fosse um tambor (...) que ficava aproximadamente da altura da cintura e você colocava essa rodagem a primeira mais a primeira mais fina (...)e a segunda que vinha por cima e a rodagem que era mais grossa, e os talão por baixo e fechado, aí apertava-se o botão da máquina, ela trabalhava sozinha e fechado e aí você apertava mais uma vez o botão, ela começava a rodar sozinha alguns segundos, e esse trabalho todo durava em média de 35 segundos mais ou menos, depois disso e foi nessa hora que a máquina tava roletrando (...) (César).

Segundo Antunes (2018, p. 151), as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho. Em outras palavras, trata-se de um modelo de gestão que simultaneamente se organiza visando o envolvimento da subjetividade inautêntica, o controle da subjetividade dos trabalhadores, mecanismo necessário para a obtenção de altos índices de produtividade, e se configura cada vez mais como incapaz, pela própria intensidade concorrencial e instabilidade do

mercado, de garantir condições de trabalho minimamente adequadas à saúde física e mental dos trabalhadores.

(...) Fazendo esse trabalho de uns 5 segundos que a lona de borracha que ficava na parte superior da máquina escapou caiu no meu braço e a máquina em movimento puxou o meu braço para dentro, e isso era aproximadamente entre 11h00 e 11h30 da manhã, e quando isso aconteceu é a lona de borracha que ficava na parte inferior da máquina, ela travou e evitando que pudesse com a força da máquina que quando puxou meu braço, evitando que arrancasse até o meu braço (...). Porque ela tem força e aí a lona travou, mas meu braço, meu braço tava preso já na máquina eu caí bati o rosto na máquina, e caí meio que desacordado (...) (César).

O médico psiquiatra francês Christophe Dejours, em sua obra *A loucura do trabalho*, um estudo sobre a psicopatologia do trabalho, ressalta que a ansiedade responde então ao ritmo de trabalho, de produção, à velocidade e, através destes aspectos, ao salário, aos prêmios, às bonificações. A situação do trabalho por produção é completamente impregnada pelo risco de não acompanhar o ritmo imposto e de “perder o trem” (DEJOURS, 2015, p. 95).

Atualmente, verifica-se que a lógica da produtividade do sistema capitalista atinge todos os ramos de atividades, impondo uma intensificação do ritmo de trabalho, igualmente responsável pelo desgaste físico e mental dos trabalhadores.

A seguir, algumas particularidades do trabalhador do setor de serviços:

Sim, já trabalhei em restaurante (...) Que entrega lanche, entrega marmitex (...) Tem que completar dois, são duas jornadas, geralmente nos restaurantes é mais corridos (...) Você corre um pouco a moto, e tá é mais corrido (...) (Mauro).

O jovem relata que no restaurante recebia uma taxa em dinheiro por dia e por entregas de marmitex, então, quanto mais entregas ele fazia, mais ele ganhava, porém sem nenhum contrato de trabalho. Com isso, exige-se produtividade para aumentar os ganhos e, nessa corrida para ganhar um pouco mais, obrigatoriamente aumentava ou dobrava a jornada de trabalho diária, além de aumentar os riscos de acidentes. Na agência de motoboys, o jovem também trabalhou na informalidade e recebia um valor fechado por dia.

(...) aí depois eu fui eu fui trabalhando a gente, a gente chama de agência de motoboy(...) que que é essa agência? Eles tem os clientes, a gente fica tipo à disposição dos clientes dele, que a gente chama de esporádico que é tipo assim é a pessoa tá lá, dentro da agência (...) da agência isso, isso que a gente chama esporádico e tem outra parte também que é pela agência também, que a gente chama de contrato(...) Eu trabalhei em autopeças também, mas por essa agência, a agência tem o cliente que é a autopeça X e precisa de cinco motoboys lá, que esteje lá (...) Terceiriza, isso a autopeça ela terceiriza a parte de logística (Mauro).

Nas palavras de Antunes (2018), estamos numa nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda a era moderna, aumentando os modos de ser da informalidade e da precarização.

Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, na transição para o século XXI passamos a estar diante de novas modalidades e modos de ser da precarização e a terceirização tem sido um dos seus elementos mais decisivos (ANTUNES, 2018, p. 156).

O mercado mas o trabalhador no caso motoboy tem que se ligar que talvez aí ele tava registradinho e lá na onde ele entrou não, então ele tá perdendo o direito dele. (...) Que às vezes você perde direito a uma cesta básica que aqui dá, ali não, (...) e vai para os aplicativos ele tem que ter noção que eles estão perdendo o direito deles (...). Na hora que acontecer algum acidente, eles não vão estar cobertos(...). Não sei, que é tipo a coisa parece que está mudando parece que está aumentado essa coisa de PJ que chama que é pessoa jurídica, esses negócios de MEI tal (Mauro).

O jovem Mauro reflete sobre as novas modalidades de trabalhos precários, como alternativas ao desemprego: a pejetização, o micro empreendedorismo individual e a uberização, ou seja, o trabalhador individual é obrigado a ser empresário de si mesmo, seguindo a lógica das inovações tecnológicas, geridas por grandes empresas que estão nesse nicho de mercado, cujos capitais estão aplicados no mercado especulativo, conforme seu próximo depoimento, salientando que seu pai trabalha atualmente como uber, como alternativa ao desemprego:

Isso só que ele é carro, teve kombi, teve um caminhão e aí ele acabou perdendo o caminhão dele né? Fundiu o motor, aí ele vendeu mais barato aí tá no uber agora aí. (...) Não é nem porque ele quer, né? Não é o que ele quer, é porque tem que colocar comida em casa, então tem que se virar né? Na onde tipo, por que que essas empresas deu tanto certo, tão certo? Porque...Ah eu não sei como é

que funciona, mas a Uber abriu o capital dela agora né? Então ela tá na bolsa de valores (...) (Mauro).

Enfim, após todas as reflexões sobre as novas modalidades de empregos, o jovem defende que a melhor opção é o trabalho formal com garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.

1.3.3 Trabalho e saúde: relação ainda possível?

Medicina do trabalho, Saúde Ocupacional e Saúde do Trabalhador são mais do que três disciplinas voltadas para um mesmo objeto: constituem três abordagens distintas. Historicamente, o consenso tradicional aponta que surgiu primeiro a *Medicina do Trabalho* e que ela abrigou a análise das causas e danos referentes aos acidentes de trabalho, a investigação de agentes etiológicos de patologias laborais e a implementação de medidas de proteção aos trabalhadores (WAISSMANN, 2000 apud SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 110).

Segundo Seligmann-Silva (2011), a Saúde Ocupacional geralmente é adotada nas empresas e segue a lógica positivista, com embasamento causa-efeito, sem considerar a complexidade dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho em suas dimensões social e subjetiva. Já o campo que diz respeito à saúde em sua relação com o trabalho internacionalmente assume distintas visões de ordem política e ideológica. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) assumiu *Saúde do Trabalhador* uma vez que essa denominação corresponde ao objetivo da área.

Desse modo, a partir das narrativas do jovem César, reafirmamos o quanto a empresa praticou sucessivas negligências, ao descumprir suas obrigações com relação à saúde e às medidas de proteção aos trabalhadores. Então, qual é, afinal, o papel dos setores de Saúde Ocupacional e de Segurança e Saúde do Trabalhador dentro das empresas?

Não, eu acho que eles não investem na segurança, se **até mesmo o sistema de segurança da máquina fosse através de sensor, esse acidente não teria acontecido** não teria acontecido e também não é só, existe outros casos dentro da empresa de acidentes também, que muitas pessoas se machucam e é mesmo assim eles não investem

na segurança, e eu acho que se eles investissem na segurança ia diminuir a quantidade de acidentados dentro da empresa (César).

Ademais, “Os acidentes de trabalho, quando acontecem como decorrências da negligência das empresas, configuram um tipo de violência que, pela definição da OMS, deve ser reconhecido como problema de saúde pública” (DAHLBERG; KRUG, 2006 apud SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 304).

(...) Foi bem rápido, até mesmo a empresa quando passei o período de cicatrização do meu braço, eu passei esse período e precisei fazer fisioterapia. A empresa, ela arcava com os recursos de transporte, só que aí o tempo foi passando a empresa acabou deixando de lado, que eles não quis mais pagar, eles pagavam para mim o táxi para mim tá se locomovendo que é mais fácil, e passando um tempo eles cortaram esses benefícios e acabou dificultando para mim, e até mesmo tempo foi passando eles cortam o meu recurso do convênio, e aí dificultou bastante para mim então começou bem e depois houve sim uma decadência(...). Foi caindo, eles foram meio que me deixando de lado, isso aí me prejudicou bastante (César).

Na reabilitação profissional é comum que, com o passar do tempo, as empresas cancelem o convênio médico dos trabalhadores. Além disso, mesmo que o trabalhador esteja bem para o retorno ao trabalho, muitas empresas preferem manter o trabalhador afastado pelo INSS. Como César, muitos trabalhadores relatam seus sofrimentos ao sentirem-se descartados pelas empresas, às quais tanto dedicaram-se enquanto tinham saúde para trabalhar.

Com relação às repercussões psicossociais (sofrimento, rupturas na construção inicial de sua identidade profissional, isolamento social etc.) após o acidente, destacamos o depoimento do jovem César:

(...) E aí poucos dias depois do acidente, eu fiquei sabendo que o acidente foi um pouco mais grave do que eu pensei, porque eu acabei tendo uma lesão de plexo braquial e perdendo movimentos do meu braço e as minhas perspectivas de engrenar, fazer o curso entrar na área de hardware acabou sendo cortado (...) (César).

Para a psiquiatra Edith Seligmann-Silva (2011), em seu estudo Trabalho e desgaste mental, o modelo do conceito de desgaste mental pode ser também um paradigma integrador, pois permite compreender as interações entre:

a) os “fatores” ambientais e psicossociais objetivados pelos estudos do work-stress; b) o mundo subjetivo e a identidade ²² permanentemente envolvidos nas transformações se seus micro e macrocontextos e nas elaborações de sentido vinculadas às transformações – aproximando-se assim também da PDT; c) as diferentes esferas da vida social onde se desenvolvem relações de poder - que, quando desvantajosas para a integridade e estabilidade mental do trabalhador, acarretarão o desgaste (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 137).

Seligmann-Silva (2001) aponta, ainda, que o desgaste mental também ocorre em razão do ritmo acelerado de trabalho e pode ser considerado uma das causas de acidentes no trabalho.

No próximo depoimento, o jovem César explicita sua difícil aceitação do acidente até os dias atuais e que sua vida foi marcada por sofrimentos e dificuldades, salientando as suas estratégias psicológicas para superação do trauma.

Devido a minha limitação isso é um fato, só que eu sempre fui uma pessoa muito esforçada, é difícil você se adaptar à situação, você não consegue se acostumar e não consegue aceitar, mas eu sempre fui uma pessoa que a vida sempre me ofereceu muitas...muito sofrimento e eu sempre consegui me sobressair, sempre conseguia me adaptar essas coisas e consegui me esquivar, então sempre eu conquisto as coisas na base do esforço e se a vida tá me oferecendo mais uma vez essas dificuldades, mais uma vez eu vou tentar vencer essas coisas, utilizando meu esforço a força de vontade(...) (César).

Segundo Dejours (2015), em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma *história individual*, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa, no sentido de torná-la mais de acordo com as suas necessidades fisiológicas e seus *desejos* psicológicos, isto é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada.

Nos próximos depoimentos, Mauro indica elementos sobre as condições de trabalho e a exposição aos riscos laborais à saúde:

²² Segundo Seligmann-Silva (2011), os conceitos adotados de subjetividade e identidade sob a perspectiva dinâmica da psicologia social, consideram subjetividade e identidade como processos em permanente transformação, dotados de historicidade e mobilizados em múltiplas interações que podem ter caráter estruturante, desestruturante e reestruturante.

Ah assim é aquela adrenalina. Porque no trânsito igual eu falei a gente passa muito pelo corredor sempre atenção lá (...).Tipo assim a gente anda muito no corredor motoboy anda muito no corredor, quando você tá iniciando o trabalho, você é jovem entrei jovem então é, você não passou por muita coisa, então você no corredor que é o certo você andar menos que 40 já é arriscado não, você vai andar a 80, sei lá você vai andar a 60 por hora, que você não tem a bagagem do cara que de 5 anos, de 3 anos tem (...) Então, uma coisa que aumenta também eu acho que os acidentes tal é isso aí, é cara que chegando muito, cara que perdeu o trampo, o outro não tá satisfeito com o trampo sai, ah não, vou para rua, esse cara não tem a bagagem de 2, 5 anos tem, então eu acho que influencia (...) (Mauro).

Para ele, normalmente o jovem motoboy gosta de adrenalina, por isso corre um pouco mais do que o permitido, mas também porque muitas vezes trabalham em duplas jornadas (dia e noite) para melhorar a renda. E somente com o tempo de experiência terá mais consciência dos riscos da profissão.

(...) Então ele entra já nesse círculo vicioso que ele arruma, tem um de dia, mas ele... é... também arruma um à noite, aí ele vê que, tipo, ele se cansa muito rápido(...) **Você tá pondo sua mão de obra, seu tempo, que o tempo é precioso, tempo não se recupera e o risco né?** Em consequência a saúde, porque a gente tá sol e chuva sol, sol e chuva direto, né? Que a gente, pô tá calor, tá calor ah você tá só de camiseta, mas não sabe que aqui você tá com câncer de pele, pode ter pego câncer de pele.(...) A mão fica diferente, você pegar a mão de quem é um motoboy você pegar na mão de quem trampa em firma, outras coisas é diferente, exposto ao sol direto (...) (Mauro).

Mauro desabafa em seu depoimento que, mesmo gostando muito da profissão de motoboy, tem consciência dos riscos à sua saúde e pretende, assim que concluir o programa e retornar para a empresa, somente esperar a estabilidade de um ano, pois já sabe que não terá outra ocupação para ele. Assim, pretende sair da empresa e espera conseguir outro emprego formal, pois está estudando para ter outra profissão.

Gosto muito de moto, então se eu conseguir arrumar um serviço, eu ser... ah, vamos supor... aquele curso não consegui passou um ano, não consegui tive que voltar para a empresa, vou trabalhar aquele ano ali ainda, mas a hora que eu puder eu vou sair fora, vou sair fora porque é aquilo você pensa em ganhar mais, mas a sua saúde tá indo embora, a saúde tá indo embora (...) (Mauro).

Outro resultado relevante da presente pesquisa foi revelar que as doenças relacionadas ao trabalho não aparecem para a totalidade dos jovens trabalhadores entre 18 e 29 anos, conforme o levantamento do perfil socioprofissional. Já para o grupo de trabalhadores de 30 ou mais, conforme observamos nos acompanhamentos socioprofissionais, até constam os afastamentos de doenças ocupacionais, porém, em proporções bem menores com relação aos acidentes típicos e de trajeto. Muitas vezes, o reconhecimento dos acidentes ocorre através de CATs emitidas pelos sindicatos das respectivas categorias profissionais, uma vez que as empresas omitem os acidentes de trabalho. Mas esse reconhecimento dos acidentes pelos sindicatos não garante a mudança de benefício pela perícia médica do INSS.

Desse modo, podemos dizer que há um ocultamento das doenças relacionadas ao trabalho para esse universo pesquisado de trabalhadores, mas possivelmente essas doenças existam no universo dos alarmantes índices de subnotificações. Conforme estudo recente realizado pela Fundacentro

a subnotificação chega a 589%, que comparou os registros da Previdência com os achados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde. A razão é de sete vezes os números oficiais em média, o que daria 31.038.091 acidentes em seis anos, com 115.388 mortes. “Com a reforma trabalhista isso ainda piora, porque aumentou a precarização do trabalho, demissões, pejotização, essas situações todas que a gente já está falando há bastante tempo. Esses números não são reais, mesmo os que estão na carteira de trabalho”, reforça Gilmar Ortiz²³.

A obra *Precarisation sociale, travail e santé*, sob a direção das sociólogas Béatrice Appay e Annie Thèbaud-Mony (1997)²⁴, apresenta pesquisas sobre as referidas temáticas. Retrata, ainda, que o campo da saúde no trabalho permite uma abordagem articulada entre o paradigma atual dicotômico e os trabalhos científicos que tendem a estudar o tema da precariedade, de um lado da exclusão dissociada dos processos que a constroem, como, por exemplo, da organização social do

²³ Engenheiro de segurança do trabalho, mestre em Trabalho, Saúde e Ambiente pela Fundacentro, membro da Pastoral Operária. Consulta à Revista “O mundo do trabalho em crise” do “5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde”, São Paulo, 2018, p. 32.

²⁴ Detalhes em APPAY, Beatrice; THÉBAUD-MONY, Annie. (sous la direction). *Précarisation sociale, travail e santé*. Paris: Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO), 1997.

trabalho, e por outro lado, os trabalhos científicos que dão atenção somente à lógica estrutural dos fenômenos sociais.

O mesmo se aplica ao estudo da reestruturação produtiva, do papel desempenhado pela evolução das relações sociais na determinação das formas de organização do trabalho e dos processos de precariedade da saúde no trabalho e proteção social (APPAY; THÉBAUD-MONY, 1997, p. 08).

Consideramos essa ideia interessante, uma vez que as pesquisas, apesar de confluírem para campos de análises específicos, podem ser complementares e não excludentes. Assim, podemos dizer que, como agentes públicos das políticas sociais, defendemos políticas universais e, por ora, alcançamos somente políticas de inclusão social, sem perder de vista a própria dinâmica dos limites impostos ao Estado Capitalista e sua relação social com a totalidade da produção e reprodução na sociedade do capital.

1.3.4 Educação, cultura e sociabilidade: alternativas possíveis?

Inicialmente, vamos apresentar alguns dados relevantes de pesquisas sobre as temáticas que envolvem a juventude. Cabe registrar que essas pesquisas do Projeto Juventude reuniram esforços de muitos pesquisadores e políticos para a construção de um debate nacional na tentativa de implementar políticas públicas voltadas para os jovens, mais precisamente, a partir dos anos 2003, num período histórico de construção de políticas de inclusão social no Brasil, logo no início do primeiro mandato do ex-presidente Lula.

Espera-se que essas pesquisas secundárias contribuam para as análises das particularidades dos jovens trabalhadores entrevistados, a fim de compreendê-las em suas relações sociais em âmbitos privado (famílias, amigos, vizinhos) e público (trabalho, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, cidadania etc.).

De acordo com a pesquisa nacional sobre o perfil da juventude brasileira, os jovens, ao serem indagados sobre quais são os assuntos que mais lhe interessam atualmente, deram as seguintes respostas:

38% escolheram educação;
 37%, emprego/ atividades profissionais;
 27%, cultura/ lazer;
 21%, esportes/ atividades físicas;
 20%, relacionamentos amorosos;
 16%, família;
 13%, saúde;
 10%, segurança/ violência;
 7%, drogas;
 7%, governo/ política;
 7%, sexualidade;
 6%, temas gerais;
 6%, amizades;
 5%, economia/ finanças.
 (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 139-140).

Vemos que 75% dos jovens escolheram a educação e o trabalho; 65% escolheram a educação e a cultura e 49% escolheram a cultura/lazer e esportes como assuntos que mais lhes interessam. A partir desse diagnóstico, podemos pensar que

a enorme relevância para os jovens do trinômio educação-cultura-emprego, de tal maneira que não se deverá acolher como autorizadas as leituras mais simplificadoras que se limitem a associar as preocupações com o trabalho a iniciativas voltadas para a constituição de uma demanda por força de trabalho estimulada por atividades e/ou ocupações apenas restritas ao mundo da agregação de mais valor de mercado (ABRAMO; BRANCO, 2005, p. 240).

Em suma, o papel da orientação (social e profissional) aos jovens não deve limitar-se apenas a prepará-lo para o mercado de trabalho. Os dados demonstrados acima sugerem a integração das políticas sociais e que atuem a partir de uma perspectiva de educação para a cidadania.

A seguir, elencamos alguns depoimentos de César e Mauro, a fim de pensarmos esses desafios:

Sim, assim antes do acidente eu era muito ativo (...). Era muito ativo eu praticava muito esporte, tanto que lá em casa é se deixar é 24 horas no canal de esporte como eu falei para senhora, eu tive o sonho em ser um jogador de futebol eu gosto disso, hoje também passei a gostar também de basquete ou acompanho, então nessa parte assim eu sou muito ligado, sou muito tem química sabe? E antes do acidente era muito ligado isso desde que abandonei o futebol, sempre no tempo livre eu tento procurar praticar esportes essas coisas, sempre gostei então eu me dava bem, uma pessoa

bem sociável (...) Era bem ligado às pessoas, relacionamento com as pessoas muito bem, hoje essas coisas todas são limitadas em questão do esporte, essas coisas todas eu acompanho, mas hoje é um pouco...é difícil para mim a prática (...) (César).

O jovem, na adolescência, praticava atividades esportivas (futebol e basquete) e, com isso, exercia a convivência em grupo, conforme ele afirma, antes do acidente era muito ativo e sociável. Observa-se que esse interesse pelo esporte ainda é presente em sua vida, quando diz acompanhar os esportes pela televisão, no entanto, nota-se que, após o acidente de trabalho, ocorre uma transferência da sociabilidade pública para a esfera privada.

(...) eu sou bem caseiro quase não saio de casa é difícil eu sair de casa (...) Por causa dessa limitação do braço, que me limita bastante, meu relacionamento com o pessoal de casa é perfeito (...) A gente não conversa muito sobre isso, mas é claro quando as coisas apertam eu preciso desabafar, preciso conversar sempre tem alguém ali disposto ou disposta a me ouvir (...) Então ali eu tenho a minha família me acolhe bem, assim os amigos também eles, eles aceitam a situação sempre que podem sempre me trazem uma palavra de incentivo,(...) só que hoje eu não tô tão próximo das pessoas de fora como era antes (...) (César).

Para o jovem, a família é o seu lugar privilegiado de convivência social, sente-se muito bem e acolhido na esfera familiar. Mantém relações com alguns amigos e salienta que eles aceitam bem a sua deficiência.

Importante relembrar o histórico inicial do jovem na Reabilitação Profissional, o quanto a dimensão do isolamento social contribuiu para a não adesão aos tratamentos de reabilitação física e emocional no CEREST e continuidade no curso profissionalizante presencial. Hoje, o jovem já consegue fazer um curso de teologia presencial, mas, com relação ao programa profissional de reabilitação, adaptou-se melhor na modalidade de educação à distância na área de tecnologia. Posto isso, nota-se que a sua sociabilidade na esfera pública permanece limitada após o acidente.

Analisando os discursos de Mauro

Eu fiz pelo EJA (...), foi bom também gostei, consegui terminar (...) E isso vai ajudar também para mim fazer o curso (...) muitos cursos aí ou até concurso público também pede escolaridade (...) Eu consegui terminar, hoje eu tenho pelo menos Ensino Médio concluído (Mauro).

É então eu não sabia, aí eu com medo tipo, pô não com medo, também vai ficar em casa sem fazer nada, então pô vou estudar, aí eu pegava um dinheirinho do INSS que sobrava pagava umas continhas, sobrava aí eu comecei a fazer esse curso (...) Então (...), é um campo bom de trabalho sim, ele é bastante concorrido (...) tanto é que agora no concurso público abriu duas vagas só, para técnico em radiologia (Mauro).

Quando iniciou o programa de reabilitação, e com medo de ter alta no INSS, Mauro aproveitou para concluir o Ensino Médio enquanto estava afastado na perícia médica, e já estava cursando o técnico de radiologia, por conta própria:

Não sou muito de sair não, em casa eu sempre tive bom relacionamento com a minha família, com meu pai, minha mãe, meus irmãos (...) também não eu vou para a igreja mas assim, vou de vez em quando mas nunca participei de grupos assim, de jovens, nunca participei também não (...). Não, não tive, principalmente quando aquela idade dos 12 anos, é? Que aí que acho que seria fundamental para...como é que fala? Encaminhar, encaminhar o adolescente (Mauro).

Mauro também considera a convivência familiar como sendo o principal espaço dentre as suas relações sociais. Nunca participou de grupos de jovens, mas destaca a importância da participação logo no início da adolescência. De acordo com BRENNER; DAYRELL, CARRANO (2015, p. 177),

a convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais.

Segundo BRENNER; DAYRELL, CARRANO (2015), a partir da pesquisa nacional (2015), feita com um grupo de jovens de 18 a 20 anos, com relação à participação em grupo de jovens no seu bairro ou qualquer parte da cidade: 85% responderam que não participam de nenhum grupo. Já os 15% que participam de grupos de jovens, as atividades principais são: 4% em grupos religiosos, 3% em grupos de música, 2% em grupos de dança, 2% em grupos de teatro e 1% em grupo de futebol. Logo, a participação em grupos de atividades culturais é a mais significativa (7% somando os três grupos – música, dança e teatro). Para os adolescentes de 15 a 17 anos, a proporção não é muito diferente (79% não participam e 21% participam de grupos).

Portanto, mesmo com alguns avanços, por exemplo, com a implantação dos Centros de Educação Unificados (CEUs), Centros de Juventudes (CJs) e Centros de Crianças e Adolescentes (CCAs) em regiões periféricas, continuam ausentes políticas públicas para a juventude, sobretudo, que considerem as particularidades dos jovens com algum tipo de deficiência, como: acessibilidade, isolamento, invisibilidade social etc.

No próximo relato, o jovem Mauro ressalta a importância de atividades como a orientação profissional logo na adolescência antes da inserção no mercado de trabalho, dentre outras atividades importantes como: esportes e idiomas, talvez no contraturno escolar para que seja acessível para todos os jovens.

Isso é, ajudar eles a ter uma posição que eles se adaptem melhor já para ter aquele ensino dali talvez já ir para um mais ou menos um, igual já tem (...). No caso (...), você cursa o colegial e o colegial técnico (...). No caso, (...) ele estuda e depois ele estuda a tarde, vamos dizer assim eles estudam uma profissão que ele queira seguir (...). Já tem isso né? Mas acho que não é acessível para todo mundo. (...) É evitaria sim, e já tipo sei lá, acho que melhoraria a qualidade de vida também né (...) Dava mais oportunidade (...) Tem muitos jovens inteligentes (...) Tipo, ter mais variedade de esporte na escola também seria legal, é sei lá colocar mais, não só em inglês na escola seria legal sei lá de repente outra língua e o que eu penso é isso tipo entreter o jovem sabe? (Mauro).

Quando foi questionado a respeito do que pensava sobre a prevenção de acidentes de trabalho, fez as seguintes reflexões sobre campanhas e eventos sociais e ainda propostas de educação no trânsito:

(...) Conscientizar, tipo fazer mais na parte social, tipo vai ter, sei que é até difícil até da pessoa ir, mas fazer mais eventos (...) outra coisa que eu penso assim também poxa às vezes você...esses CET, STT aqui em Guarulhos, tipo eles poderiam conscientizar, sabe assim? Para num farol, não sei se ideia boa, mas para no farol põe invés de anotar quem tá fazendo infração lógico, apresentação, mas é, se ele para, eu acho que se ele parasse ali no farol visse uma pessoa, saísse andando assim, carro parou no farol, aí parou uns 10 carros, ele saísse andando, pô cara, põe o cinto aí (...), isso aí você não tem noção, você bate ali você bate a 50, a 60 por hora, você pode sofrer um acidente (...) (Mauro).

Por ora, cabe registrar o resultado de uma pesquisa sobre acidentes de trabalho com jovens realizada na França pelo Departamento de Epidemiologia do

INRS²⁵, um estudo comparativo entre os jovens que fizeram ou não a formação, bem como o treinamento de salva-vidas resgatador do trabalho.

Cabe registrar que na França, depois de 1993, o ensino profissional de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) foi implantado na educação escolar a partir de uma parceria entre o Ministério de Educação Nacional e o Fundo Nacional de Seguro de Saúde dos Trabalhadores, devido à ocorrência muito frequente de acidentes de trabalho entre jovens e porque são mais vulneráveis aos riscos de acidentes. Segundo as estatísticas do Fundo Nacional de Seguro de Doença para Trabalhadores Assalariados (CNAMTS), 10 a cada 100 jovens menores de 25 anos, ou seja, 10%, são feridos no trabalho, enquanto a frequência anual é de cerca de 4% de acidentes para os demais funcionários.

O objetivo da pesquisa foi avaliar os impactos da formação inicial em SST nos casos de acidentes de trabalho entre jovens trabalhadores com menos de 30 anos, após a transição da escola para o mercado de trabalho. Outro critério de escolha foi de que jovens precisavam estar trabalhando depois da conclusão dos estudos pelo menos por dois anos durante o período da pesquisa. Segundo um dos resultados do estudo: os jovens que relataram ter recebido educação sobre saúde e segurança ocupacional tiveram metade dos acidentes no trabalho do que outros.

1.3.5 Movimentos de jovens trabalhadores (precários): saídas possíveis?

Para finalizar, destacamos, os conceitos teóricos de que mais nos aproximamos para esta análise e algumas características dos movimentos recentes de jovens precarizados em expansão na Europa.

Na análise sociológica de Braga (2012), ao longo dos “trinta anos gloriosos” do capitalismo (1945-1973), o crescimento do “salariado”, isto é, da classe de trabalhadores assalariados cuja reprodução é regulada pelo direito à cidadania, ao menos apontava para um horizonte (BRAGA, 2012).

²⁵ O *Institut National de Recherche et de Securite pour la prevention des accidents du travail et des maladies professionnelles* (INRS) realizou um estudo epidemiológico sobre acidentes de trabalho, intitulado *Avaliação do impacto da formação inicial em saúde e segurança no trabalho sobre a ocorrência de acidentes de trabalho em menos de 30 anos*, defendem os autores Stéphanie Boini-Herrmann e Michel Grzebyk. A coleta dos dados, através de questionários, ocorreu entre 2009 e 2014 em sete regiões da França (Nancy-Metz, Lille, Nantes, Rennes, Dijon, Besançon e Aix-Marseille), em particular, em 204 escolas. Um total de 755 alunos participaram da pesquisa, todos aprendizes matriculados no último ano do CAP/ BEP, Bacharel/ Patente Profissionais (BTS).

De modo breve, nesta passagem o autor refere-se à realidade francesa, especialmente no início dos anos 1980, com o governo de François Mitterrand, quando, mesmo com suas políticas neoliberais, houve um enfrentamento do avanço da precarização do trabalho, através de garantias de direitos e cidadania. Houve, na verdade, uma institucionalização da precarização.

Importante ressaltar que Braga (2012) dialogou com o sociólogo francês Robert Castel²⁶, dentre outras coisas, para a construção da categoria do “precariado” brasileiro, mas discorda em algumas particularidades como, por exemplo, a relação da cidadania fordista com a totalidade da relação salarial:

o esgarçamento crescente dos vínculos estabelecidos por empresas e Estados com certos grupos sociais teria colocado para fora do salariado cerca de um quarto da população adulta: excluído da cidadania fordista e a meio caminho entre a sedução autoritária e o resgate das políticas públicas, o precariado alcançou o centro da agenda política europeia (BRAGA, 2012, p. 17).

O pensamento sociológico de Braga se opõe ao argumentar que a precariedade é parte constitutiva da relação salarial, portanto, sua formação é consequente da mercantilização do trabalho, da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, se apoia no conceito de superpopulação relativa de Marx²⁷,

que muito antes de o fordismo histórico ensaiar seus primeiros passos, Marx já havia exorcizado esse espírito ao associar o aumento da ocupação industrial à formação de uma população excedente em relação às necessidades ordinárias das empresas (BRAGA, 2012, p. 17).

Para Braga (2012), os trabalhadores excedentes (desempregados e precários) são necessários para o modo de (re)produção capitalista, para a acumulação despótica do capitalismo.

Dessa maneira, ao concluir as análises dos jovens trabalhadores, entendemos que o conceito de “precariado” defendido pelo sociólogo brasileiro e de superpopulação relativa de Marx explicam esse contingente de trabalhadores. Para

²⁶ Em detalhes no livro de Robert Castel, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

²⁷ Ver detalhes “Diferentes formas de existência da superpopulação relativa. A Lei geral da acumulação capitalista” in Karl Marx, *O Capital: Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013 (Marx e Engels), p. 716-723.

Braga (2012), o precariado compõe a parcela urbana e rural de trabalhadores com pior remuneração, então, seria o proletariado mais precarizado, excluindo os trabalhadores mais pauperizados e o lumpemproletariado.

Na palestra de abertura do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho²⁸, o professor Ricardo Antunes enfatizou que na Europa, diante da escalada da precarização no mundo do trabalho em tempos neoliberais, começaram a eclodir mobilizações espontâneas que surgiram da união de jovens trabalhadores precários, organizados em coletivos e associações, fora das organizações dos partidos políticos e dos sindicatos, em crise.

Em 2001, os jovens precários iniciaram um movimento internacional em Milão, conhecido como marcha *MayDay* e na Itália, em 2004, na cidade de Trento, surgiu outro movimento chamado San Precário – devido à criação, satírica, de um santo protetor dos trabalhadores precários –, organizados por assembleias dos coletivos de precariados (formados por jovens, imigrantes, com ou sem qualificação) de várias cidades italianas.

Esses movimentos de coletivos precários começam a espalhar-se pela Europa e pelo Mundo. Em 2011, o movimento Geração à Rasca, em Lisboa (Portugal) reuniu 200 a 300 mil pessoas em 11 cidades. A partir dessa manifestação surgiram o Movimento 12 de março e os Precários Inflexíveis, os quais organizavam-se em associações e construíram um canal de denúncias para os trabalhadores. No mesmo ano, na Espanha, surge o famoso movimento dos “nem nem” (nem estudam nem trabalham) conhecido como Movimento dos Indignados, eram jovens de 18 a 23 anos lutando contra as altas taxas de desemprego de aproximadamente 54% nessa faixa-etária.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Diante do cenário apresentado, concluímos que, possivelmente, a totalidade dos 37 jovens trabalhadores em programa de reabilitação profissional, compõe o contingente populacional em condições de trabalho precários. As narrativas das trajetórias profissionais dos dois jovens entrevistados, cujas experiências

²⁸ Revista “O mundo do trabalho em crise” do “5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde”, São Paulo, 2018.

profissionais foram na informalidade e mesmo nas empresas com vínculos formais, evidenciam as condições degradantes de trabalho a que sempre foram expostos.

As graves consequências dos acidentes de trabalho na atual organização do trabalho refletem na (re)construção das trajetórias profissionais dos jovens trabalhadores, sobretudo sob a lógica da precarização das relações de trabalho na contemporaneidade.

Ao analisarmos as condições de trabalho a partir das reflexões do jovem motoboy sobre a sua profissão no mercado de trabalho, notamos que, com a uberização, muitos jovens trabalhadores encontram a informalidade como alternativa ao desemprego, a exemplo dos jovens “ubers eats” que utilizam suas bicicletas para trabalhar em longas jornadas diárias e ainda concorrem com os motoboys.

Conforme nos ensina Antunes (2018), o contingente juvenil e outros trabalhadores, como alternativas ao desemprego, se tornaram os novos proletários de serviços na era digital. Com isso,

é diante desse cenário que novos desafios se impõem aos sindicatos. De nossa parte, cremos que a ferramenta sindicato ainda é imprescindível, enquanto perdurar a sociedade do capital, com sua exploração do trabalho, suas precarizações, seus adoecimentos e seus padecimentos corpóreos físicos, psíquicos etc. Mas é preciso dizer que há inúmeros desafios a serem enfrentados (ANTUNES, 2018, p. 151).

De acordo com Vitor Filgueiras²⁹, existe uma tendência fortíssima do empresariado brasileiro a ocultar o adoecimento ou acidentes. Isso é deliberado, tende a se agravar e não se restringe ao mercado de trabalho informal. Assim, defende que a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é instrumento importante de políticas públicas de saúde do trabalhador e sua omissão, por outro lado, tem impactos negativos no financiamento dessas políticas, sobretudo no sistema previdenciário, responsável pelos benefícios de acidentes de trabalho.

Dito isso, tornam-se imprescindíveis ações concretas e permanentes do Estado (Ministério Público, Ministério do Trabalho e órgãos afins), dos sindicatos e da sociedade civil em geral, a exemplo das campanhas já realizadas pela pastoral

²⁹ Professor de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi auditor fiscal do trabalho do Ministério do Trabalho durante 10 anos. Consulta à Revista “O mundo do trabalho em crise” do “5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde”, São Paulo, 2018, p.32.

operária ligada à igreja católica, a FUNDACENTRO e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) para a ampliação da fiscalização, da sensibilização e da visibilidade da problemática dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e da SST, bem como, para que as empresas cumpram as cotas de contratação de trabalhadores com deficiência ou reabilitados do INSS.

As marcas físicas e psicossociais desses jovens trabalhadores vítimas de acidentes do trabalho só serão superadas a partir do momento em que lhes forem devolvidas as chances de uma “reabilitação integral e plena” que envolva a saúde, o trabalho, a Previdência Social, a Assistência Social, a educação, a cultura etc. e sobretudo de um trabalho decente, conforme preconizado pela OIT, além dos devidos direitos e garantias fundamentais (artigo 5º) e direitos sociais (6º e 7º) aos trabalhadores, muito bem defendidos na Constituição Federal de 1988.

A partir da análise das entrevistas com os jovens trabalhadores, como agentes públicos da Previdência Social, espera-se que mais reflexões possibilitem ações públicas de rupturas com o duplo isolamento: do Serviço de Reabilitação Profissional e dos trabalhadores atendidos por esse serviço público. Com isso, afirmamos que somente a partir de uma atuação articulada com políticas sociais transversais, será possível garantir a proteção social integral aos trabalhadores com deficiência. Não mais limitada ao pagamento de benefícios sociais mínimos diante de suas incapacidades laborativas, visto que a Constituição Federal de 1988 garante a proteção integral aos trabalhadores com deficiência.

De acordo com a definição da categoria “precariado”, consideramos, após a análise das particularidades dos jovens trabalhadores, que eles compõem essa categoria, uma vez que também apresentam potencial laborativo para retorno ao trabalho e a proteção social do Estado. Porém, identificamos que alguns trabalhadores em reabilitação profissional, mais velhos e até mais jovens, dependendo do nível de incapacidade laborativa, ou seja, os incapacitados com sequelas mais graves (esmagamento, amputações etc.), devido às dificuldades de reinserção no mercado de trabalho através da cotas para pessoas com deficiência, em situação de desemprego ou desprotegidos pelo Estado (ao receberam altas indevidas do INSS), podem compor a superpopulação relativa pauperizada, que, nas palavras de Marx:

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos para o trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios (MARX, 2013, p. 719).

Por fim, defendemos que as saídas contra a precarização estrutural do trabalho e a superexploração dos trabalhadores, na atual época histórica de avanço do capitalismo mundial, só serão possíveis com o avanço das lutas sociais e do trabalho, no Brasil e no mundo, em busca da construção de outra ordem societária anticapitalista, verdadeiramente humana, justa e livre, em direção à sociedade socialista.

Figura 9 – Precários Inflexíveis (Portugal)



Fonte: Revista “O mundo do trabalho em crise”, São Paulo, 2018, p 14.

2. REFLEXÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

*Do rio que tudo arrasta,
se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas
as margens que o
comprimem.
(Poema Do rio que tudo arrasta,
Bertold Brecht)*

O objetivo deste capítulo é refletir, de forma conceitual, sobre a categoria trabalho e as transformações mais significativas do mundo do trabalho, bem como compreender o fenômeno recente da precarização estrutural, a partir de meados da década 1970 até a presente década do século XXI, com ênfase nos processos histórico, econômico, social e político, no cenário do capitalismo contemporâneo mundializado.

2.1 As transformações e a precarização estrutural do trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo

Historicamente, o trabalho na sociedade foi precursor do processo de humanização do homem, da relação do ser social com a natureza e da socialização humana, portanto, o trabalho nem existiria sem a atividade vital do homem. Assim, entendemos o trabalho como condição privilegiada de humanidade e uma atividade essencialmente humana, conforme afirma Karl Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Em síntese, é através do trabalho que o homem transforma a natureza e a si próprio, desenvolvendo-o de forma consciente. A diferença entre o ser humano e os animais é que esses realizam suas atividades de forma instintiva, de forma inconsciente. Portanto, os animais, na relação com a natureza, visam suas

necessidades imediatas e os homens visam, além dessas, principalmente suas necessidades *mediatas*, na construção e transformação do meio em que vivem. Desse modo, só o homem é capaz de construir ferramentas para transformar a natureza e a sociedade.

Desde a sua origem, o modo de produção capitalista, dirigido pela burguesia (classe dominante) dona dos meios de produção, revolucionou os instrumentos de produção, ou seja, as relações de produção e, conseqüentemente, todas as relações sociais. Logo, desde o início do capitalismo, o capital controla o trabalho, porque detém os meios de produção.

Na verdade, antes de analisarmos a relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista contemporânea, é importante termos clareza de que trabalho, independente de qualquer ordem societária, significa atividade vital no processo de produção e reprodução entre homem e natureza, no qual toda matéria natural extraída da natureza, primeiramente, é para satisfazer o homem, suprimindo suas necessidades úteis à própria vida e à de outros homens.

O trabalho deve ser compreendido em determinado tempo histórico, ou seja, na dinâmica viva de cada sociedade, considerando todas as dimensões – históricas, econômicas, políticas e sociais. As contribuições analíticas de Marx foram pioneiras, superando as ideias dos demais pensadores de sua época, sobretudo do ponto de vista da economia política, pois sua análise do trabalho não foi uma abstração observada somente no âmbito das relações econômicas de produção. O autor considerou a esfera da atividade subjetiva do homem em suas relações de produção e reprodução da vida social.

Nesse sentido, a tese da centralidade do trabalho na sociedade está intrinsecamente ligada ao homem que trabalha, ou melhor, à classe trabalhadora. De modo que, na teoria marxiana, o trabalho é entendido como uma categoria ontológica, como espaço privilegiado de humanização. Nas palavras de Marx (1978, p. 118-119),

O trabalho parece ser uma categoria muito simples, como uma representação de trabalho em geral. Entretanto, economicamente nesta simplicidade, o trabalho é uma categoria tão moderna como são as relações que engendram esta abstração. Por exemplo, o sistema monetário situa a riqueza de forma ainda mais objetiva, como coisa exterior a si, no dinheiro. Deste ponto de vista, houve um grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial colocou a fonte de riqueza não neste objeto, mas na atividade

subjetiva, no trabalho comercial ou manufatureiro. Contudo concebia apenas essa atividade, limitadamente, como produto do dinheiro

Outra questão importante é que o trabalho é fundante na construção do ser social e da sociabilidade humana, como nos ensina Luckács. Assim, o autor pressupõe que antes de todo o processo, o homem deve construir uma consciência a partir da realidade social concreta, além de conhecer o processo de trabalho e seus meios, objetos e matérias-primas, necessários para uma determinada finalidade.

[...] tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha, é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças, da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. (LUCKÁCS, 1980, p.16, apud ANTUNES, 2005, p. 68).

Nesse sentido, Marx também afirma:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (MARX, 1983, p. 172).

Ou seja, o mundo do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, deve ser compreendido primeiramente em suas particularidades, para entendermos a universalidade, uma vez que para Marx (1978), o universal só se realiza no particular. O trabalho e suas transformações contemporâneas no mundo do trabalho, assumem formas e características muito mais complexas, tanto nas relações de produção e reprodução social como nas relações sociais e principalmente nas formas de ser da classe trabalhadora.

Em meados da década de 1970, o episódio da crise estrutural do capital nos países capitalistas centrais (Estados Unidos, Japão, Inglaterra, entre outros da União Europeia) provocou uma série de transformações societárias, impulsionando uma sobreacumulação e uma concorrência brutal em escala global, diferentemente de crises anteriores, que atingiram um conjunto particular de países. Esse é o caráter novo da crise, conhecido como mundialização do capital e suas novas formas de reestruturação produtiva, alterando suas bases produtivas, com o fenômeno

conhecido como flexibilização ou acumulação capitalista flexível, cuja finalidade é salvar o sistema do grande capital.

[...] O regime da acumulação flexível tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na objetividade (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados (HARVEY, 1992; CHESNAIS, 1996; MÉSZAROS, 2002 apud ALVES, 2011, p. 12).

Ainda na análise de Alves (2013), o toyotismo como ideologia orgânica da produção de mercadorias surgiu no bojo da maquinofatura, na medida em que a “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pelo capital tornou-se seu nexo essencial. O capitalismo manipulatório inaugura a Era da maquinofatura como derivação lógica (e ontológica) da grande indústria.

O capitalismo global é o capitalismo da mundialização do capital e do complexo da reestruturação produtiva, com a nova divisão internacional do trabalho e o poder global das corporações transnacionais. O capitalismo global é o novo capital flexível, em que se dissemina o espírito da toyotismo com a nova ideologia orgânica da produção de mercadorias. Difunde-se o novo e precário mundo do trabalho (ALVES, 2013, p. 39).

Alves (2011) coloca como problemática central do nosso tempo, em que o campo de disputa do capital nessa forma de produção social (maquinofatura) se dá diretamente no campo da subjetividade da classe trabalhadora, no seu sentido mais radical. E aponta a urgência e necessidade da criação de uma práxis humana capaz de transformar a história e a atual sociedade de classes, ou seja

O homem tecnológico é o homem rendido à manipulação/captura da subjetividade pelo capital, cuja disputa íntima o dilacera (o que explica o surto de adoecimentos mentais no mundo do trabalho). Põem-se, nessa etapa de desenvolvimento da manufatura, processos ideológicos de dessubjetivação de classe e a corrosão radical do ser genérico do homem (o sociometabolismo da barbárie). Instaurou-se, desse modo, a crise da pessoa humana em sua dimensão radical. Coloca-se como questão estratégica da emancipação humana a centralidade da formação de classe e a necessidade de controle social (ALVES, 2013, p. 27).

Segundo Antunes (2009), nas últimas décadas, presenciamos profundas transformações no interior do mundo do trabalho, tanto nas esferas da materialidade

como da subjetividade, em virtude das complexas relações entre as formas de ser e existir da sociabilidade humana. O autor criou a expressão classe-que-vive-do-trabalho, para demonstrar a amplitude do ser social que trabalha, conferindo validade hoje ao conceito de classe trabalhadora, tanto na teoria marxiana quanto na teoria lukacsiana. Esse conceito nos remete a Marx (1978, p. 116), quando diz que “a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem”. Assim, para conhecermos os modos de ser dos trabalhadores, temos que entender esses sujeitos sem retirá-los de sua condição de classe trabalhadora.

Desse modo, são muitas as metamorfoses no interior do mundo do trabalho na contemporaneidade, que vão alterar significativamente os modos de ser e as identidades dos trabalhadores, inclusive, em suas condições objetivas e subjetivas, como parte constitutiva dessa classe-que-vive-do-trabalho.

Na análise de Netto (1996, p. 105)

Tudo isso quer dizer que, entre nós, as transformações societárias em curso no capitalismo tardio que se “flexibiliza” vão se processar combinando as suas sequelas específicas com a cronificação daquelas que marcaram a “modernização conservadora” operada pela ditadura do grande capital e não foram senão agravadas subsequentemente. Nessa angulação, para a sociedade brasileira, o ingresso no patamar tardo-burguês significa que a “dívida social” vai combinar-se com as implicações altamente negativas que a “flexibilização” capitalista tem acarretado para os mais amplos contingentes populacionais em todos os quadrantes em que se efetiva.

Em resumo, no cenário brasileiro, as transformações societárias com o advento da flexibilização capitalista têm seu desenvolvimento de forma tardia, conseqüentemente, têm uma dívida social histórica com o conjunto da classe trabalhadora.

Enfim, o sistema capitalista mundial vive uma instabilidade estrutural há muitas décadas, especialmente, por conta da financeirização da riqueza capitalista associada à mundialização do capital. A crise financeira mais recente, a partir de 2008, é explicada pelos especialistas como uma crise estrutural de valorização da queda de taxa média de lucros, por isso o capital colocou a precarização estrutural do trabalho como elemento central, cuja finalidade é o aumento dessa taxa. Logo, para atingir esse fim, as grandes corporações globais do capital necessitam do aumento da superexploração da força de trabalho.

Nos livros *Adeus ao Trabalho e Sentidos do Trabalho*, Ricardo Antunes, além de dar centralidade ao trabalho e suas novas mutações, defende que, na entrada do século XXI, adentramos uma era de precarização estrutural do trabalho em escala global, cuja finalidade seria a recuperação da crise do capital às custas da superexploração do trabalho, explorando até a *alma do trabalhador*. Portanto, segundo o autor, essa seria a fase mais perversa da precarização do trabalho e mais destrutiva das condições de vida da classe-que-vive-do-trabalho.

Na análise de Alves (2013, p. 31),

Embora a “grande crise” de 1973-1975 possa ser considerada uma crise de lucratividade, o mesmo não ocorreu, por exemplo, com os ciclos de crises do capitalismo global (1986-1987, 1996-2001 e 2008-2011). Pelo contrário, após a crise primordial de meados da década de 1970, a primeira recessão mundial após a Segunda Guerra Mundial, impulsionou-se como movimento contratendencial à queda da taxa média de lucros no plano do sistema mundial do capital os seguintes fenômenos sócio-históricos: (1) a mundialização do capital e abertura de novos mercados capitalistas; (2) o complexo de reestruturação produtiva e a ofensiva do capital na produção, instaurando a era de precarização estrutural do trabalho; (3) financeirização da riqueza capitalista com a hegemonia do capital financeiro. Essa profunda reestruturação capitalista que caracterizou os ‘trinta anos perversos’ contribuiu no final da década de 1980 para a recuperação relativa da taxa média de lucratividade das corporações globais.

Desse modo, entende-se que a precarização estrutural do trabalho e a flexibilização das relações de trabalho são estratégias essenciais para a dominação do capital. Portanto, para a compreensão de tal fenômeno, é fundamental, entendermos a teoria do valor trabalho e da superexploração da força de trabalho.

Ao longo da década de 1980, o fenômeno da mundialização do capital nos países capitalistas centrais com o aval das políticas neoliberais de desregulamentação e inovações financeiras, acumulou a maior parte dos lucros no mercado financeiro e não no investimento produtivo. Assim, essa dinâmica de acumulação capitalista inaugurou o capitalismo global a partir de 1990, conhecido como o capitalismo das “bolhas financeiras” e crises financeiras com instabilidade estrutural nas esferas produtivas e comerciais.

Nesse processo, o fenômeno da intensificação da precarização do trabalho foi a estratégia fundamental para a extração da mais-valia absoluta e relativa na formação do valor (capital-dinheiro), através do crescimento da exploração da força

de trabalho.

Para Graça Druck (2007), reconhecida estudiosa da temática, a questão-chave da precarização do trabalho é a vontade suprema do capital de retirar todos os limites possíveis da exploração do trabalho/trabalhador e, atualmente, sem processos de regulação social e política pelo Estado Capitalista.

2.2 A precarização do trabalho nas políticas sociais do Brasil

Este tópico refere-se a uma análise a partir de dois artigos recentes, publicados em anais de congressos (SOUZA; PAULA, 2017; 2018), cujas análises discorrem sobre as políticas sociais que compõem a Seguridade Social Brasileira (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), com destaque à centralidade do trabalho e à precarização do trabalho nessas políticas públicas bem como suas repercussões para o conjunto dos trabalhadores.

Em síntese, trata-se de uma reflexão crítica sobre as políticas sociais e seus impactos severos no cotidiano profissional dos trabalhadores e na vida dos trabalhadores beneficiários dos direitos sociais, ocasionando muitos limites e desafios para os agentes públicos formuladores e executores dessas políticas.

Sob a ótica do capitalismo contemporâneo, observa-se que, no atual contexto neoliberal, embora o Estado absorva algumas demandas dos trabalhadores por benefícios sociais, ao fazê-lo, procura imprimir uma direção que esteja de acordo com as necessidades de acumulação do capital.

Negando, implicitamente, a intermediação e o agenciamento do Estado, o capital absorve as demandas dos trabalhadores, no interior do processo de formação de uma cultura de consentimento da privatização da seguridade – em especial na esfera da previdência e saúde –, ao mesmo tempo em que se difunde e socializa a necessidade de ampliação de programas de assistência social, voltados para os pobres, procedimento esse coerente com sua concepção de Estado Mínimo e com a necessidade de reduzir os impactos sociais dos ajustes econômicos (MOTA, 2008, p. 45).

Diante da expansão da ordem capitalista em sua fase monopolista, concentrador e centralizador de capital, em seu processo neoliberal, temos um aprofundamento da Questão Social, marcado por uma crise econômica mundial

que provocou transformações no mundo do trabalho, mediante reestruturação produtiva. Em consequência disso, tem-se o processo de Reforma do Estado, cujos principais objetivos são a redução dos gastos públicos e a retração de sua intervenção nas políticas públicas.

As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao fundo público, com a “desregulamentação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a “sociedade civil”, liberando-a da tutela do “Estado protetor” – e há lugar, nessa construção ideológica, para defesa da “liberdade”, da “cidadania” e “da democracia” (NETTO, 2012, p. 422).

O Estado capitalista experimentou profundas mudanças nos últimos anos, uma das mais importantes diz respeito à transferência para a sociedade civil daquilo que, historicamente, era de sua responsabilidade, com discurso de garantir independência e autonomia a essa sociedade. Sendo assim, um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital.

Nesse sentido, nos propomos a compreender o trabalho nesse determinado tempo histórico, ou seja, na dinâmica viva da sociedade, considerando todas as dimensões – históricas, econômicas, políticas e sociais. Nesse contexto, as contribuições analíticas de Marx (1978) ainda são pioneiras, superando as ideias dos demais pensadores de sua época, do ponto de vista da economia política, principalmente, pois sua análise do trabalho não foi uma abstração ou observada somente no âmbito das relações econômicas de produção, considerou a esfera da atividade subjetiva do homem nas suas relações de produção e reprodução da vida social.

No modo de produção capitalista o trabalho é socializado, enquanto a apropriação da riqueza socialmente produzida é privada, assim sendo, temos o trabalhador assalariado e o patronato, mas ao mesmo tempo temos um grupo de trabalhadores excluídos desse processo. Pois, ao fazer crescer a lucratividade do capital, a classe trabalhadora reduz as possibilidades dos meios de vida. Temos, assim, a constituição do exército industrial de reserva que, segundo Iamamoto e Carvalho (2004, p. 59)

(...) sendo um produto da acumulação, é, também, uma das condições para que esta se efetive. A existência de uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da população, é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital.

Nas décadas mais recentes do capitalismo, identifica-se um movimento tendencial em que a terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para ampliação de sua lógica (ANTUNES; DRUCK, 2014).

Para Antunes (2009), a crise estrutural do capital é um fenômeno complexo que vai além da denominada crise do fordismo e do keynesianismo, a partir da década de 1970. Essa crise exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava: a tendência decrescente da taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos; maior concentração de capitais, através das fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do *Welfare State* e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração de gastos públicos e sua transferência para o capital privado; incremento das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Nessa lógica, a aprovação da recente reforma trabalhista³⁰ caracteriza uma destruição dos direitos trabalhistas, pois ela desmonta a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), afetando a totalidade dos trabalhadores, inclusive a categoria de servidores públicos é alvo de ataques nas condições e relações de trabalho. Essa reforma propõe: reduzir salários, parcelar e diminuir o pagamento das férias; aumentar a jornada de trabalho para 48 horas semanais, aumentar a jornada de trabalho em locais insalubres, ampliar contratos temporários, impor jornada intermitente, pagar para o trabalhador só a hora trabalhada e mantê-lo à disposição da empresa.

³⁰ Lei 13.467 em novembro/2017, da reforma trabalhista.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu as políticas sociais como direito do cidadão e dever do Estado. Desse modo, a assistência social passou a compor o tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a Previdência Social.

Apesar dos avanços conquistados pela Carta Magna de 1988, sua aprovação ocorreu num momento de acirrado conflito entre as classes e de forte participação da sociedade civil na luta pelo alargamento da democracia. O neoliberalismo, de uma forma paradoxal, começa a ditar sua cartilha, promovendo um ajuste nas contas públicas, com privatizações, cortes nos investimentos públicos e expansão no setor privado.

No capitalismo, as políticas sociais constituem-se como uma das atribuições do Estado, a de ofertar bens e serviços sociais com vistas a enfrentar a pauperização da classe trabalhadora, além da garantia da reprodução e manutenção da ordem vigente.

É importante compreendermos que a política social possui um vínculo ontológico com a política econômica. Entre as duas existe uma unidade indissociável, em que os aspectos políticos e econômicos estão dialeticamente imbricados como fenômenos inseparáveis de uma determinada realidade, estando organicamente vinculada à acumulação do capital (ALVES, 2012, p. 42).

A compreensão da unidade entre a política social e econômica é fundamental, na medida em que expressam mudanças nas relações das classes sociais. A partir dessas políticas é possível mensurar as ações do Estado em determinado contexto de ofensiva capitalista.

Para Elaine Rossetti Behring³¹, a Política Social deve ser analisada através das mediações da totalidade, conjunto de determinações, como categoria, como modo de ser do ser social, como um processo social, sínteses de determinações políticas, sociais e culturais e produto histórico da luta de classes no capitalismo. A Política Social é movida pela contradição capital/trabalho, tendo, portanto, uma natureza contraditória³².

³¹ Professora Adjunta do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

³² Proferiu uma palestra no I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, II Seminário de Território e Gestão de Políticas Sociais e I Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental na UEL em junho/2015.

Na década de 1990, a situação econômica no Brasil se mostrou complicada. Um novo contexto, propiciado a partir do consenso entre forças conservadoras, os países subdesenvolvidos adentraram de forma subalterna e subordinada, nos ditames do capital internacional, no capitalismo hegemonizado pelo mundo das finanças. As forças tradicionais foram convencidas de que, nas novas condições da economia internacional, era necessário que houvesse mudança de estratégia em relação ao papel do Estado na sociedade, para manter o pacto de dominação conservador.

Parte-se do ideário de que as políticas públicas ofertadas pelo Estado são ruins e de má qualidade, o sucateamento dos serviços estatais reforçam essa lógica, além do processo de avaliação dessas políticas ser complexo, na medida em que a sociedade brasileira possui resquícios da cultura da ajuda e do clientelismo, opostas à perspectiva do direito e da universalidade.

As políticas sociais brasileiras, no decorrer de sua história, sempre se apresentaram de forma fragmentada, setorializada e desarticulada, limitando-se ao que se denomina seguridade social, sendo regulamentadas, como direito social no Brasil, tardiamente (1988), pois até a década de 1980, o modelo do *Welfare State* foi duramente criticado nos Estados Unidos e nos países europeus, em decorrência da proposta neoliberal. Nesse contexto, vale assinalar que

A universalização dos serviços sociais não aconteceu no Brasil, pois o acesso aos mesmos dependia do vínculo empregatício e do enquadramento aos parâmetros de vulnerabilidade social que ultrapassam a linha da pobreza, direcionando os processos de triagem e seleção que “*beneficiam*” os mais pobres/miseráveis, dentre os outros pobres (ALVES, 2012, p. 45. Grifo do autor).

Os países centrais vivenciam o desmonte dos direitos sociais desde a década de 1970, até os dias de hoje. No Brasil, não vivenciamos o Estado de Bem-Estar Social. Contudo, quando temos no Brasil o processo de redemocratização e as conquistas formais dos direitos sociais, ao mesmo tempo vivenciamos a reestruturação produtiva do capital.

O capital, nesse processo de financeirização, se apropria do fundo público para garantir o superavit primário, diminuindo de forma significativa o

investimento nas políticas sociais. O fundo público tem sido uma espécie de socorro à crise do capital em países centrais.

No mesmo caminho seguiram os países em desenvolvimento, agora rebatizados de “emergentes” a partir da adesão ao Consenso de Washington. Lembrando que estes países tinham se endividado gravemente após os dois choques do petróleo (1973 e 1978). O endividamento bancário foi arquitetado por meio de sistemas dos grandes bancos internacionais no mercado interbancário do eurodólar, que reciclava os chamados petrodólares. O aumento do endividamento externo dos países da América Latina e do serviço da dívida em relação à capacidade de exportações deles marca a primeira onda de crises financeiras nesses países (SALVADOR, 2010, p. 44).

As reflexões aqui realizadas nos levam aos seguintes questionamentos: como sobreviver dignamente na sociedade do capital, em que o trabalho é instrumento de alienação, onde trabalhadores não podem recusar a situação de terceirização e precarização das condições de trabalho e o desalento do desemprego? Tais problemáticas fazem parte da vida do homem nessa sociedade do capital.

2.3 As dimensões da precarização do trabalho no âmbito da Previdência Social brasileira

O fenômeno da precarização do trabalho também é observado no âmbito da Previdência Social, ao mesmo tempo em que o Governo implementa a agenda de políticas neoliberais com a finalidade da privatização das empresas estatais e das políticas sociais, como, por exemplo, educação e saúde. No caso do sistema previdenciário, observa-se a construção de um sistema de previdência privada com os fundos de previdência complementar ligados ao mercado financeiro público e privado, prevalecendo a lógica do seguro social e não a da proteção social.

O sistema de Seguridade Social brasileiro foi garantido com a Constituição Federal de 1988, para a proteção social dos trabalhadores, através de conquistas democráticas e de direitos conquistados ao longo de décadas. Logo após essas conquistas constitucionais, os governos aprovaram sucessivas contrarreformas da Previdência. A primeira no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1998; no Governo Lula, em 2003 e atualmente a proposta da contrarreforma em curso

desde 2016, do Governo Temer, após o *impeachment* da Presidenta da República, Dilma Rousseff. Muitos especialistas consideram essa reforma a mais regressiva e perversa para a classe trabalhadora, num contexto igualmente perverso do ideário neoliberal e da precarização estrutural do trabalho na dinâmica do capitalismo mundial. Para Goulart (2011, p. 29):

O objetivo do governo, entregar ao mercado financeiro 250 bilhões de reais por ano, ainda não foi realizado. Além de aprovar o que já aprovou, e de tentar aplicá-lo nos estados e municípios, ele precisa avançar sobre a Previdência Pública e Solidária dos trabalhadores do setor privado, o INSS. Este é o centro que ele precisa atingir para completar o serviço. Ele precisa transformar todo o sistema em um sistema de “capitalização” individual acabando com o atual sistema público e solidário, de repartição simples, em que uma geração sustenta a outra.

Recentemente, foi aprovada a Lei 13.467, de novembro/2017, da reforma trabalhista, visando desmontar a CLT e os demais direitos trabalhistas, afetando a totalidade dos trabalhadores, inclusive a categoria de servidores públicos, a qual é alvo de ataques nas condições/relações de trabalho no interior das instituições públicas e também nas ruas, em lutas sociais. Outro exemplo, é que a categoria de trabalhadores terceirizados corre sérios riscos de aumento de acidentes de trabalho com a permissão desenfreada da terceirização, visto que, já é a categoria considerada de maior grupo de risco de acidentes, segundo especialistas quatro em cada cinco acidentes de trabalho ocorrem em empregos terceirizados.

Druck (2017) aponta um conjunto de indicadores e dimensões da precarização social do trabalho para demonstrar sua manifestação na realidade:

1) as formas de mercantilização de força de trabalho; **2)** os padrões de gestão e organização do trabalho; **3)** as condições de (in)segurança e saúde no trabalho; **4)** o isolamento, a perda de enraizamento e de vínculos, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da discriminação afetando decisivamente a solidariedade de classe; **5)** o enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores; e, por fim, **6)** a “crise” do direito do trabalho, motivada pela ofensiva patronal, que questiona a sua tradição e existência, expressa hoje nos ataques à CLT, a exemplo das 101 propostas de modernização trabalhista formuladas pela CNI ou do projeto de lei 4330 proposto e defendido pelo empresariado, que libera a terceirização sem limites (DRUCK, 2017, p. 60-61).

Os servidores públicos federais vivenciam cotidianamente essas dimensões da precarização social do trabalho. Exemplificando algumas das mudanças atuais na organização e processos de trabalho no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):

1. A extinção do Ministério da Previdência Social praticamente no momento de posse do presidente Temer, anunciando claramente, o objetivo de acabar com a previdência pública e transferir os recursos dos trabalhadores para uma secretaria da Previdência vinculada ao Ministério da Fazenda, jogando o INSS para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e, recentemente, para o Ministério da Economia.
2. O projeto do INSS Digital, que visa a modernização dos processos de trabalho, mas sem o devido diálogo com os servidores para saber os reais problemas enfrentados no cotidiano profissional. Os polos digitais já estão em funcionamento, neles os processos dos benefícios são encaminhados para análise sem a presença dos trabalhadores segurados. Há um volume muito maior de processos represados e parados nesses polos, prejudicando os trabalhadores que aguardam o recebimento dos benefícios. Além de dificultar o acesso aos benefícios previdenciários da população, na medida em que esse novo modelo exige acesso à internet, compreensão de termos técnicos da instituição e habilidades com a tecnologia. Também faz parte desse projeto, a implantação do teletrabalho, em que os servidores podem trabalhar de suas residências, para solucionar os problemas dos beneficiários.
3. A modernização conservadora ampliando a lógica das metas e da produtividade, aumentando a intensificação do trabalho.
4. O desmonte do Serviço Social e do serviço de reabilitação profissional, através de mudanças nos fluxos através de portarias e normativas. Recentemente, os dois serviços foram transferidos para a Diretoria de Benefícios.
5. A expansão da terceirização, sabe-se que a central de atendimento (135) já é terceirizada e as áreas fins (limpeza, segurança), com possibilidades de expansão para as áreas meios.
6. O quadro de servidores está cada vez mais reduzido com os pedidos de

inúmeras aposentadorias e sem previsão de novos concursos públicos, também sinaliza a expansão de contratações de estagiários.

Ainda segundo Druck (2017),

é que a terceirização do serviço público no Brasil é um dos mecanismos mais eficientes de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização, através de formas diversas de precarização do trabalho, pois a terceirização – através das OSs, Oscips, empresas privadas, empresas públicas de direito privado, parcerias, dentre outras –, é o meio principal que as forças políticas neoliberais encontraram para atacar o coração de um Estado social e democrático: os trabalhadores que constituem o funcionalismo público (DRUCK, 2017, p. 61).

Em síntese, os trabalhadores vivenciam todo esse processo de precarização do trabalho, mas se colocam em movimento contra a retirada de direitos, na Previdência Social, os trabalhadores estiveram em greve em 2015 durante 80 dias. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINSPREV), as pautas de luta dos trabalhadores foram: concursos públicos, melhoria nas condições de trabalho, fim do assédio moral, reajuste salarial, intensificação e metas de atendimento à população. Segundo a carta aberta à população do SINSPREV,

Os trabalhadores se colocam contrários às medidas do governo de retirada de direitos previdenciários da população, como por exemplo, as Medidas Provisórias 664 (Reduz o direito pela pensão por morte e o auxílio doença) e 665 (reduz os direitos ao seguro desemprego), que pioram regras anteriores e fazem a sociedade pagar a conta da “crise” com a retirada de conquistas históricas dos trabalhadores (SINSPREV, 2015).

Enfim, os trabalhadores enfrentam cotidianamente desafios, dificuldades e entraves, no entanto, percebe-se que também se organizam, sempre que possível. Notamos ainda que a politização desse debate permitirá a construção de formas de resistência e intervenções profissionais inovadoras em defesa da cidadania dos trabalhadores beneficiários e dos direitos sociais ou a reiteração de práticas assistencialistas e conservadoras no interior das instituições públicas.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A precarização do trabalho não se esgota no plano da formação do valor e da produção de mercadorias. Há, também, rebatimentos gravíssimos na subjetividade dos trabalhadores, inclusive na forma de adoecimentos laborais físicos e mentais. Segundo Luckács (1978), é a precarização do homem-que-trabalha, do trabalhador assalariado, no sentido da desefetivação do homem como ser genérico e da dessubjetivação de classe, decorrentes dos desmontes dos coletivos de trabalho.

Atualmente todos os serviços públicos, como saúde, educação, assistência e Previdência Social, também passam por esse processo de reestruturação, com a precarização do trabalho, expressa na falta de concursos públicos, aumento expressivo do assédio moral, contratação de trabalhadores terceirizados com vínculos empregatícios extremamente precários, condições péssimas de trabalho com espaços físicos sucateados, seguindo a lógica da valorização do serviço privado em detrimento do serviço público.

Finalmente, apresentamos alguns exemplos das dimensões da precarização no INSS, com graves repercussões para a saúde dos trabalhadores, principalmente nos quadros de adoecimentos mentais, pelas mudanças e intensificação nos processos e no modelo de organização do trabalho.

3. SERVIÇO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática (FREIRE, 2003, p.61).

O objetivo deste capítulo é contextualizar o serviço previdenciário, bem como apresentar as dimensões do trabalho em equipe multiprofissional e um breve cenário do programa de reabilitação profissional, nível nacional e local do Município da APS de Guarulhos.

3.1 Reabilitação profissional e Previdência Social: contexto histórico-político

O serviço de reabilitação profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) compõe o tripé dos principais serviços de atendimento e de acompanhamento aos trabalhadores segurados da Previdência Social brasileira, juntamente com a perícia médica e o Serviço Social.

A Previdência Social brasileira foi estruturada em 1923 no governo do presidente Getúlio Vargas, com a criação da primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAPs) dos ferroviários. Em 1943, num segundo momento desse mesmo governo, foi instituído o serviço de reabilitação profissional, cuja finalidade era a assistência aos incapacitados para o trabalho através de uma portaria ministerial determinando que “as caixas de aposentadorias e pensões organizassem serviços de reeducação e readaptação de segurados e aposentados por invalidez” (SOARES, 1991, p. 131 apud TAKAHASHI, 2000, p. 30).

Esse serviço previdenciário, desde a sua criação, sempre foi associado à readaptação profissional dos trabalhadores acidentados e adoecidos no trabalho. Destaca-se, também, a legislação pioneira sobre a Reforma de Acidentes de Trabalho, decreto-lei 7.036, de 10 de novembro de 1944:

- Considera-se acidente do trabalho, para os fins da presente lei, todo aquele que se verifique pelo exercício do trabalho, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional, ou doença, que determine a morte, a perda total ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho **(Art. 1º)**.
- A readaptação profissional, que é devida a todo incapacitado do trabalho, tem por objeto restituir-lhe, no todo ou em parte a capacidade na primitiva profissão ou em outra compatível com as suas novas condições físicas **(Art. 90)**.
- A readaptação profissional para o trabalho será realizada através do serviço de readaptação profissional, que funcionará na forma determinada em regulamento, e efetuar-se-á não só mediante a prática da fisioterapia, da cirurgia ortopédica e separadora, mas ainda do ensino conveniente em escolas profissionais especiais **(Art. 91)**.

No entanto, mesmo com a garantia, nas referidas legislações, do direito à readaptação profissional do trabalhador acidentado no trabalho ou acometido por doença profissional, o primeiro serviço de reabilitação profissional foi implantado somente em 1960, ou seja, após 16 anos de sua regulamentação, no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), de São Paulo, considerado um centro piloto de reabilitação.

Segundo Bregalda (2012), esse primeiro centro de reabilitação profissional:

Tinha uma direção geral que era um médico ortopedista, uma chefia administrativa que era uma assistente social [...] e depois tínhamos os setores administrativos de compras e pagamentos [...], tinha o pessoal de administração de recepção e registro de arquivo médico e estatística, tinha a cozinha e uns setores que eram diretamente ligados a nós. Todos eram funcionários, ninguém era terceirizado à época e nós tínhamos setor de órteses e próteses, mercado de trabalho, pesquisa e mercado de trabalho e os grupos de serviço social, psicologia, farmácia, enfermagem, e setor de fisioterapia, setor de terapia ocupacional e oficina de Reabilitação Profissional. A chefe da oficina era uma terapeuta ocupacional. [...] o Centro de Reabilitação Profissional de São Paulo contava com 354 funcionários divididos em 19 equipes, havendo um médico, um psicólogo e um assistente social em cada equipe e, no decorrer do tempo, passou a haver um terapeuta ocupacional e um fisioterapeuta para cada uma delas, depois para cada duas, sendo observada a redução gradativa desse número de profissionais, com as aposentadorias e a ausência de novas contratações específicas (STRUFFALDI, 2011, p. 01, apud BREGALDA, 2012, p. 45).

Na mesma época, foi promulgado o decreto-lei 48.959, de 19 de setembro de 1960, sobre a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), unificando as normas e diretrizes de todo o sistema previdenciário (CAPs e IAPs) para os trabalhadores contratados pelo regime CLT. Sobre a Reabilitação Profissional, destacam-se:

- A assistência reeducativa e de readaptação profissional, sob a denominação genérica de "reabilitação profissional", visa a proporcionar aos beneficiários da previdência social, quando doentes, inválidos ou de algum modo física ou mentalmente deficitários, com a amplitude que as possibilidades administrativas, técnicas e financeiras e as condições locais permitirem, os meios de reeducação ou readaptação profissional indicados para que possam trabalhar em condições normais (**Art. 170**).
- A prestação da reabilitação profissional será realizada pelas instituições, de acordo com as normas gerais que forem expedidas pelo Departamento Nacional da Previdência Social, com a audiência do Conselho de Medicina da Previdência Social e a participação das instituições de previdência social, as quais obedecerão, entre outras, às seguintes bases técnico-administrativas:
IV - a prestação da reabilitação profissional ficará a cargo, em cada instituição, de "Centros de Reabilitação Profissional", integrantes dos Órgãos Locais e tecnicamente subordinados a um Departamento especializado da Administração Central (art. 378, item X) (**Art. 171**).

A LOPS foi considerada um marco institucional da reabilitação profissional pelo sistema previdenciário, consolidando também outros dois serviços: serviço social e perícia médica. Pela primeira vez, nota-se um discurso mais técnico-político e com estatuto de política pública, tanto pelos trabalhadores desses serviços como pelas lideranças sindicais da época.

Em 1967 ocorreram dois importantes processos políticos para a construção do sistema previdenciário em âmbito nacional: a fusão das CAPs e dos IAPs, dando origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e a estatização do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT). Esses fatos consolidaram a expansão das unidades executivas de reabilitação profissional ou centros de reabilitação profissional em território nacional. O SAT era proveniente das empresas e recolhido, exclusivamente, pela Previdência Social e os recursos eram destinados obrigatoriamente para a execução dos serviços de reabilitação profissional destinados aos trabalhadores acidentados e adoecidos no trabalho.

Nessa época, o regime político brasileiro era a Ditadura Militar (1964-1984), com um Poder Público centralizado e de autoritarismo burocrático no interior de todo

o sistema público. Do ponto de vista econômico, era considerado um período com forte tendência desenvolvimentista, conhecido como Milagre Econômico, que contribuiu para um aumento expressivo dos acidentes de trabalho e, conseqüentemente, colaborou para o processo de expansão dos centros de reabilitação profissional em todo o País.

Os Centros de Reabilitação Profissional (CRPs) foram implantados nas grandes cidades, normalmente nas capitais brasileiras e os Núcleos de Reabilitação Profissional (NCRs) nas cidades menores. Em 1993, essas unidades totalizavam: 46 unidades executivas, sendo 21 CRPs e 25 NCRs.

Os Centros e os Núcleos de Reabilitação Profissional, unidades de maior e menor porte, respectivamente, dispunham de setores assistenciais terapêuticos, oficinas de ensino e treinamento profissionalizante, pesquisas de mercado, bem como recursos materiais e humanos (BREGALDA, 2012, p. 45).

De acordo com Takahashi (2000), nas décadas de 1970 e 1980, as unidades de reabilitação profissional receberam elevados investimentos financeiros e humanos, uma vez que a meta do governo era alcançar um modelo nacional de excelência. No entanto, a cobertura e a abrangência dos serviços não alcançavam o elevado índice de trabalhadores acidentados e adoecidos no trabalho, pois na Previdência Social sempre houve a prevalência da prestação de benefícios em detrimento aos investimentos na saúde do trabalhador, em especial, no tocante aos acidentes de trabalho e às doenças ocupacionais.

O Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) foi criado em 1977, cujas atividades médico-assistenciais e de reabilitação física e profissional eram de sua responsabilidade. Mas em 1990, através do Decreto nº 99.350 foi instituído o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), juntando o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS) com o INPS, centralizando no direito ao recebimento dos benefícios. Então, a partir dessa nova estrutura, a cobertura à saúde não era mais de responsabilidade da Previdência Social.

Cabe destacar, o papel relevante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, que estabeleceu o Seguro Social como direito fundamental de proteção aos trabalhadores, através de

conferências internacionais da OIT, formadas por representantes dos trabalhadores, empresas e governo, aprovando diversos acordos sobre seguridade social. Dentre eles, destaca-se a Convenção nº 102, de 28 de junho de 1952, que institui as normas mínimas de seguridade social e traz o seguinte conceito de seguridade social:

Seguridade social é a proteção que a sociedade proporciona aos seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma derivariam no desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e morte e também a proteção em forma de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos (SILVA, 2011, p. 90).

Em síntese, a seguridade social, a partir da Constituição Federal de 1988, foi baseada na combinação entre os modelos europeus e o sistema brasileiro de proteção social já existente, resultando na ampliação do sistema, conforme explica Boschetti (2004, p. 113-114),

A seguridade social instituída pela Constituição Federal de 1988, apesar de apresentar caráter inovador e intencionar compor um sistema ou um padrão amplo de direitos sociais, acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência).

O contexto de elaboração da Constituição de 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC), foi considerado um movimento democrático ímpar na história brasileira, sobretudo após 20 anos de regime ditatorial, impulsionado por muitas mobilizações sociais, participação popular direta e indireta e intercâmbios interinstitucionais.

Importante ressaltar que o movimento da reforma sanitária também impactou diretamente nas mudanças dos serviços da Previdência Social, resultando na proteção à saúde dos cidadãos como um Direito Universal, portanto, na proposta de um sistema universal de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), o qual foi regulamentado com a Constituição de 1988 e com a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que, dentre as competências universais de atenção à saúde, incluiu os serviços de reabilitação física.

Assim, dentre as mudanças ocorridas na política de Previdência Social, com a criação do INSS, somente a reabilitação profissional e o pagamento dos benefícios durante o afastamento do trabalho permaneceram sob a responsabilidade da Previdência Social.

Segundo Takahashi (2006), no ano de 1994, um grupo de trabalho, durante o II Seminário de Atividades Previdenciárias, apresentou uma tese defendendo que o serviço de reabilitação profissional deveria ter caráter universal, bem como a saúde do trabalhador. Portanto, segundo o grupo, deveria ser transferido para o SUS, visto que os recursos dos serviços eram provenientes das empresas, através do SAT. Assim, sob a responsabilidade da Previdência Social ficaria somente o pagamento dos benefícios, enquanto o trabalhador estivesse incapacitado para o trabalho.

No mesmo período, também avançava o projeto privatista do sistema previdenciário, conforme ressalta Takahashi (2006), sobre a proposta de privatização do SAT e a transferência da reabilitação profissional para as mútuas

Em 1995, entretanto, surgiu o projeto de privatização do SAT (Seguro do Acidente de Trabalho) e, com ele, a proposta de transferência da Reabilitação Profissional para as mútuas, seguradoras privadas sem fins lucrativos, e para as seguradoras privadas com fins lucrativos. Os CRP(s), que já há alguns anos vinham sofrendo sucateamento de suas instalações e diminuição de seu quadro de pessoal, tornaram-se alvo de um processo mais explícito de desmonte, em nível nacional, com ameaças e assédio moral das chefias do nível estadual e do federal para que os serviços se enquadrassem nas propostas de redução do novo modelo de reabilitação profissional, burocratizado e de dimensionamento adequado ao papel de regulador de atuação junto aos serviços privados (...) (TAKAHASHI, 2006, p. 45-46).

Ao longo da década de 1990, o desmonte dos centros de reabilitação profissional iniciou-se com a disputa política dos recursos do SAT, que até então eram destinados, exclusivamente, aos serviços de reabilitação profissional. Com a regulamentação do decreto nº 2.172, de 05 de março de 1997, sobre os benefícios da Previdência Social, efetivou-se uma mudança estrutural nos serviços de reabilitação profissional. Resumidamente, essa mudança estrutural foi denominada

pelo referido decreto como Plano de Modernização da Reabilitação Profissional, por meio de resoluções normativas que consolidaram o fim de qualquer atividade terapêutica pelas equipes de reabilitação profissional.

O decreto instituiu um novo programa denominado Reabilita, entendido como um subprograma do serviço de perícia médica, cujas principais atribuições fortaleceram a reabilitação profissional nas empresas e apenas a homologação por parte do INSS, através da emissão do certificado de readaptação profissional. O plano também estabeleceu metas nacionais de segurados reabilitados, cujos esforços dependiam basicamente do empenho das equipes de referência compostas por perito médico e orientador profissional (Assistente Social, psicóloga, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional).

Entre 2008 e 2009 foram realizados concursos públicos no INSS para analista de seguro social com formações específicas, para preenchimento das equipes dos dois serviços: Reabilitação Profissional e Serviço Social.

Importante ressaltar que o concurso de 2009 foi específico para Assistentes Sociais e foi considerado uma conquista histórica protagonizada pela categoria profissional, aprovando aproximadamente 1.350 profissionais no Brasil, para atuarem primeiramente no Serviço Social e posteriormente no Serviço de Reabilitação Profissional.

Na verdade, observa-se que o plano de modernização da reabilitação profissional, prossegue no INSS até os dias atuais, com sucessivas alterações nos decretos e nas normativas institucionais. Especificamente, pesquisando os manuais técnicos de procedimentos, desde sua primeira edição (Despacho Decisório nº 2/DIRSAT/INSS, de 24 de novembro de 2011), ora observamos avanços conceituais³³ ora significativos retrocessos tecnicistas³⁴. Este último, em vigência de acordo com o novo modelo de gestão e de organização do trabalho.

3.2 Reabilitação profissional e saúde do trabalhador: fundamentos teórico-metodológicos e práticos

Neste tópico, cabe sintetizar algumas dimensões fundamentais para o trabalho da equipe multiprofissional, considerando que algumas atividades

³³ Manual Técnico de Procedimentos de Reabilitação Profissional, janeiro/2017.

³⁴ Manual Técnico de Procedimentos de Reabilitação Profissional, fevereiro/2018.

profissionais são vitais para a melhoria do processo de trabalho na reabilitação profissional.

O campo da saúde do trabalhador é considerado intersetorial e exige uma abordagem interdisciplinar para melhor direcionamento do trabalhador na sua relação trabalho-saúde, nos acompanhamentos terapêuticos e socioprofissionais, enquanto permanecer a sua incapacidade para o trabalho. Desse modo, envolve todos os níveis de atenção do SUS, a Previdência Social e mais diretamente a reabilitação profissional, o trabalho, a educação, a justiça, o meio ambiente, a cultura etc.

A Lei nº 8.080, Lei Orgânica da Saúde, de 19 de setembro de 1990 regulamenta a Saúde do Trabalhador, dialogando diretamente com a reabilitação profissional (BRASIL, 1990),

Entende-se por Saúde do Trabalhador, para fins desta Lei, o conjunto de atividades que se destina, através de ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores **(Art. 5º § 3º)**.

Assim, entendemos que essa política pública tem um papel importante de articulação na construção de ações intersetoriais com setores afins da sociedade civil (serviços públicos, empresas, sindicatos, associações dos trabalhadores etc.).

Posto isso, destacamos que, além da Constituição Federal de 1988 e da Lei 8.080, outras legislações fundamentam o serviço de reabilitação profissional do INSS: a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST), de

2011; a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST), de 2012 e o Manual técnico de procedimentos de reabilitação profissional, de 2017³⁵.

Segundo Maeno, Takahashi e Lima (2009), a reabilitação profissional, como política pública de inclusão social, tem o desafio de lidar com a complexidade da incapacidade humana, refletindo as transformações políticas e sociais do trabalho nas sociedades capitalistas, embasadas no acúmulo do conhecimento médico-acadêmico e de outras disciplinas derivadas (fisioterapia, terapia ocupacional, sociologia etc.), consolidando-se tanto nos contextos macropolíticos das políticas de proteção social quanto na dimensão micropolítica da organização dos serviços de atenção às pessoas com incapacidades.

Desse modo, o Serviço de Reabilitação Profissional ainda se pauta na avaliação médico-pericial centrada na doença, baseado no Código Internacional de Doenças (CID). Cabe enfatizar, que esse mesmo modelo, foi utilizado na avaliação da deficiência para fins de Benefício de Prestação Continuada (BPC) no INSS, mas foi substituído em 2007 pela Avaliação da deficiência e do grau de impedimento. O Decreto 6214/2007 instituiu o instrumental de avaliação baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

a CIF direciona seu interesse no conceito saúde e das condições de saúde, que implicam em mudanças sobre a prática da medicina, legislação e de políticas sociais destinadas a melhoria do acesso aos cuidados de saúde individuais e coletivos, considerando os aspectos sociais da incapacidade e dos mecanismos de identificação de impacto do ambiente social e físico sobre a pessoa (MARCELINO; LAZARO; SILVA, 2009, p. 68).

A avaliação da deficiência e do grau de impedimento é composta pela avaliação médica, realizada por Perito Médico, a qual considera as deficiências nas funções e nas estruturas do corpo e por avaliação social, realizada por Assistente Social, a qual considera os fatores ambientais, sociais e pessoais. Entrementes, ambas avaliam a limitação do desempenho de atividades e a restrição da participação social, de acordo com suas especificidades.

³⁵ Cabe enfatizar, que esse manual foi o único com avanços conceituais, mas as equipes de reabilitação tiveram pouco tempo para implementá-lo, uma vez que, com a mudança de governo e de gestão, foi substituído no ano seguinte (fevereiro de 2018) por outro manual totalmente tecnicista, o qual eliminou toda a base teórica e histórica do anterior.

Apresentar a utilização da CIF no BPC para a discussão do tema torna-se imprescindível, considerando o avanço que representa no âmbito da luta das pessoas com deficiência. A Reabilitação Profissional precisa avançar nessa perspectiva. De acordo com Maeno (2009, p. 56), é necessário

aprimorar procedimentos e instrumentos técnicos que permitam agregar à abordagem morfofisiológica do avaliado, os aspectos psicossociais e profissionais, inclusive identificando barreiras que restrinjam a participação social dos reabilitandos, bem como os facilitadores que possam superar essas barreiras.

Em 2011, os Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência Social foram os responsáveis pela implementação e execução da PNSST através do Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011, p. 1),

- I- A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho;
- II- A PNSST tem por princípios:
 - a) universalidade;
 - b) prevenção;
 - c) precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação;
 - d) diálogo social; e
 - e) integralidade;
- III- Para o alcance de seu objetivo a PNSST deverá ser implementada por meio da articulação continuada das ações de governo no campo das relações de trabalho, produção, consumo, ambiente e saúde, com a participação voluntária das organizações representativas de trabalhadores e empregadores;

No decreto fica aberta a possibilidade da participação de outros órgãos e instituições de áreas afins, incentivando a intersetorialidade e sua importância no campo da saúde do trabalhador. Ainda em consonância com os objetivos da PNSST, o Serviço de Reabilitação Profissional visa o resgate da cidadania e dos direitos básicos, a (re)qualificação profissional e a possibilidade de reinserção desses trabalhadores no mercado de trabalho.

Em 23 de agosto de 2012, através da Portaria nº 1.823, o Ministério da Saúde institui A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, a

qual no artigo 6º sinaliza como um campo de abordagem interdisciplinar (BRASIL, 2012, p. 1),

- Para fins de implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, dever-se-á considerar a articulação entre:
 - I- as ações individuais, de assistência e de recuperação dos agravos, com ações coletivas, de promoção, de prevenção, de vigilância dos ambientes, processos e atividades de trabalho, e de intervenção sobre os fatores determinantes da saúde dos trabalhadores;
 - II- as ações de planejamento e avaliação com as práticas de saúde;
 - III- o conhecimento técnico e os saberes, experiências e subjetividade dos trabalhadores e destes com as respectivas práticas institucionais.
- Parágrafo único. A realização da articulação tratada neste artigo requer mudanças substanciais nos processos de trabalho em saúde, na organização da rede de atenção e na atuação multiprofissional e interdisciplinar, que contemplem a complexidade das relações trabalho-saúde (**Art. 6º**).

Em âmbito municipal, o serviço público responsável pela implementação das políticas nacionais voltadas para a saúde do trabalhador é o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST), portanto, a articulação com a Reabilitação Profissional deve ser permanente, uma vez que acompanham os mesmos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e de doenças relacionadas ao trabalho.

O trabalho interdisciplinar, para ser efetivado, depende de uma equipe de profissionais conscientes e dispostos a trocar saberes, conhecimentos e experiências, que ultrapassem os entraves impostos pela organização do trabalho. Desse modo, espera-se que os profissionais, conhecendo as suas especificidades, aprendam a colocá-las a serviço de toda a equipe e a construir ações individuais e coletivas mais assertivas para a resolutividade de problemas complexos do processo de reabilitação, inclusive, envolvendo os próprios trabalhadores segurados nas problemáticas discutidas em equipe para que participem das decisões de sua própria vida profissional.

Para Japiassu (1976), primeiro pesquisador brasileiro a escrever sobre o assunto, a prática interdisciplinar exige a identificação de uma *problemática comum* a um grupo de disciplinas conectadas, na busca de princípios e de conceitos fundamentais, destacando as *diferenças* e as *convergências* desses conceitos, a fim

de uma aprendizagem mútua, com *tendência à horizontalização* das relações de poder entre os campos aplicados.

Em resumo, cada profissional deve respaldar-se em suas legislações profissionais e conhecimentos específicos para melhor intervenção na realidade, ou seja, a abordagem interdisciplinar requer do profissional que a sua disciplina esteja a serviço de toda a equipe.

Cabe lembrar que, na reabilitação profissional, toda a equipe técnica executa o trabalho de orientação socioprofissional, além da importância de não perder de vista o saber específico de cada profissional de saúde na avaliação de questões biopsicossociais sob a ótica interdisciplinar. Esse processo exige do profissional um conhecimento do universo e das transformações atuais do mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, dentre as atividades profissionais que já exercemos internamente, é necessário: a construção de um projeto profissional realista e viável com cada trabalhador, o conhecimento da dinâmica das políticas públicas, das profissões e dos cursos no território, do mercado de trabalho na atualidade etc.

Para que o orientador amplie esse olhar, é necessário que a instituição garanta esse espaço para a troca de experiências, formações e planejamento de ações coletivas dentro e principalmente fora do INSS.

Ao pesquisar as políticas públicas de educação profissional, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) Urbano, implantado em 2005 sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude e recentemente em 2011 transferido para o Ministério da Educação, defende uma concepção interessante de orientação profissional, a saber:

O Projeto de Orientação Profissional (POP) é uma atividade a ser desenvolvida de forma individual, embora o percurso de execução conte com momentos de trabalhos coletivos. Ele deve ser integrado aos outros componentes do currículo (escolarização e ação comunitária) durante todo o período do curso e contará com professores orientadores especializados nos Arcos Ocupacionais definidos pelo município. O POP demanda o levantamento e a análise de informações sobre as tendências e potencialidades do setor escolhido e da capacidade de absorção de novos trabalhadores, pela identificação de ações possíveis de serem tomadas pelas políticas públicas, visando ampliar as possibilidades de absorção desses trabalhadores(...) (BRASIL, 2005a apud NUNES, 2015, p. 106).

O manual técnico de procedimentos de Reabilitação Profissional de janeiro de 2017 (não mais vigente) estabelecia um conceito ampliado de reabilitação, a saber:

A (Re)habilitação Integral é uma ação intersetorial que requer a articulação de ações e projetos que envolvam as áreas da Saúde, Previdência, Assistência Social, Educação, Direitos Humanos, Cultura, Esporte e Trabalho (BRASIL, 2017, p. 21).

A partir dessa perspectiva, a Reabilitação Profissional precisa ser construída em um espaço de escuta, de vínculo, de confiança, de trocas e requer tempo. O processo de reabilitação profissional deve provocar o trabalhador a pensar nas suas potencialidades, na sua identidade e na sua cidadania, que o empodere individual e coletivamente para o enfrentamento dos sentimentos conflitantes que, via de regra, são mobilizados pela condição de afastamento do trabalho. O Programa de Reabilitação Profissional – PRP deve estimular os processos criativos para o enfrentamento das dificuldades e permitir ao trabalhador fazer suas próprias escolhas com responsabilidade, compromisso e principalmente com confiança em si, que lhe foi permitido exercitar durante o processo de Reabilitação Profissional (BRASIL, 2017, p. 22).

Contudo, temos uma direção para avançarmos na execução de trabalho social e interdisciplinar, com ações educativas planejadas e dialogadas coletivamente, através de projetos socioprofissionais alternativos dentro e fora da instituição, ocupando o espaço territorial de Guarulhos (escolas, espaços terapêuticos em saúde, centros culturais, parques, escolas profissionalizantes, sindicatos, associações de bairro etc.).

Enfim, destacamos, o depoimento do jovem César sobre a Reabilitação:

Eu cheguei na reabilitação, eles explicam o que é a reabilitação, eu entendi perfeitamente o que é a reabilitação, né? Preparar a gente para do retorno do mercado de trabalho, e a gente para isso a gente tem que se qualificar, porque hoje já não tem, não existe mais a possibilidade para mim continuar exercendo a mesma função que exercia na empresa, então para mim se alocar em outra área na empresa, até mesmo em outro lugar preciso de qualificação, e é um ponto positivo né? É uma oportunidade que estão dando para a gente voltar ao mercado de trabalho, é um ponto positivo! Porque seria ruim se a gente ficasse encostado, né? Ninguém se preocupando com a nossa causa, e eles meio que se preocupa com a nossa causa e por isso que eles oferecem para a gente, essa possibilidade de qualificação para voltar no mercado de trabalho é um ponto positivo, acho positivo sim (César).

Em síntese, em nosso favor, temos legislações muito bem elaboradas e equipe técnica para a realização do trabalho e, por enquanto, trabalhadores que necessitam de acompanhamento. Então, ainda é possível realizar uma reabilitação nesta perspectiva de desenvolvimento de potencialidades dos trabalhadores, superando as barreiras sociais e as condições desmobilizadas em que se encontram, devido à incapacidade laborativa e ao tempo de afastamento do trabalho.

3.3 Reabilitação profissional da APS do Município de Guarulhos (SP): um breve cenário

Este tópico refere-se a uma síntese realizada em conjunto com a Assistente Social do INSS Thaís dos Anjos Segura Gimenez, sobre a Reabilitação Profissional em nível nacional, e sobretudo em nível local.

A seguir, apresentamos os dados:

Tabela 2 – BERP (BRASIL)

Conclusão da avaliação inicial							Clientes em Programa (1)		Recursos Materiais	
	Anos	Clientes Registrados	Retorno ao Trabalho	Inelegíveis	Elegíveis	Clientes Reabilitados	Total	+ 240 dias	Quantidade de	Valor
Brasil	2015	42249	2271	7264	25652	13527	43774	27241	4546	8180273
	2016	46289	2973	9315	28488	16342	48329	31068	6096	8943291
	2017	57360	4897	8474	31518	17092	50962	31316	5925	10385110

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, 2017.

Tabela 3 – BERP (GUARULHOS/SP)

Conclusão da avaliação inicial							Clientes em Programa (1)		Recursos Materiais	
	Anos	Clientes Registrados	Retorno ao Trabalho	Inelegíveis	Elegíveis	Clientes Reabilitados	Total	+ 240 dias	Quantidade de	Valor
APS Guarulhos SP	2015	648	1	194	517	189	1294	984	0	0
	2016	519	12	149	672	186	1393	1025	0	0
	2017	448	4	123	496	200	1321	1069	0	0
	2018	277	18	151	635	267	1334	985	0	0

Fonte: BERP 2015, 2016, 2017, 2018.

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2017, a quantidade de clientes registrados nos serviços de reabilitação profissional nacional no INSS foi de 57.360 pessoas, o que correspondeu a um acréscimo de 23,9% em relação ao ano anterior. A quantidade de clientes em Programa de Reabilitação Profissional aumentou 5,4% no ano e o valor dos recursos materiais aumentou 16,1% no período.

Observa-se na coluna *Clientes Registrados* que houve aumento de beneficiários encaminhados ao serviço de Reabilitação Profissional no Brasil no período de 2015 a 2017. Já no município de Guarulhos, houve declínio, contrapondo os dados nacionais, ainda mais quando considerados os dados de 2018. Cabe informar que o único profissional do INSS competente para encaminhar o beneficiário ao Programa de Reabilitação Profissional é o perito médico.

Os dados *Elegíveis* correspondem aos beneficiários que reúnem condições para o cumprimento do Programa. Enquanto a APS Guarulhos diminuiu os encaminhamentos de beneficiários ao Programa no período de 2015 a 2017, observa-se que houve um aumento de segurados considerados Elegíveis no município.

Cabe ressaltar que Inelegibilidade ocorre quando há intercorrência médica (o beneficiário permanece em auxílio-doença) ou quando encaminhado para aposentadoria por invalidez. Ao serem considerados Elegíveis, mesmo em idade avançada e com baixa escolaridade, os beneficiários precisam cumprir o programa através de treinamentos e cursos profissionalizantes.

Em 2017, o percentual de *Clientes em Programa* no município de Guarulhos correspondia a 3% do total de beneficiários no Brasil. Outro dado relevante refere-se à disposição de recursos materiais. Enquanto no Brasil houve um investimento médio de R\$ 9.169.558,00 para compra de auxílios materiais, tais como: prótese, órtese, taxa de inscrição e mensalidade de cursos e/ou treinamentos profissionalizantes, o Boletim Estatístico de Reabilitação Profissional (BERP) de Guarulhos registou nenhum investimento. Cabe ressaltar que, de acordo com o Manual Técnico da Reabilitação Profissional, “são recursos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de reabilitação profissional e reinserção dos beneficiários no mercado de trabalho (BRASIL, 2018, p. 23);

Implemento Profissional é o conjunto de materiais indispensáveis para o desenvolvimento da formação/treinamento profissional compreendendo, dentre outros, materiais didáticos, instrumentos técnicos e equipamentos de proteção individual. O PR nas GEX/APS deve elaborar, em conjunto

com a instituição responsável pela capacitação, a listagem de instrumento de trabalho, privilegiando os itens básicos para o exercício de cada profissão. A prescrição desses recursos materiais deve conter especificação clara e detalhada, definindo as unidades e as quantidades a serem adquiridas, bem como o endereço para entrega do material. O PR preenche o Formulário de Prescrição/Proposta de Recursos Materiais (Anexo XVI), em duas vias, e o encaminha ao ATRP nas GEX, para sua validação e posterior autorização da chefia do SST e solicitação da compra ao Serviço/Seção de Logística da GEX (BRASIL, 2018, p. 46).

Portanto, para que ocorra a aquisição de recursos materiais, exige-se não só disponibilidade do Profissional de Referência em informar os recursos necessários, mas também um fluxo de trabalho que permita que a informação seja consolidada pelo Assessor Técnico da reabilitação profissional e enviada à logística, a fim de gerar a abertura de processo licitatório. Considerando a ausência de fluxo para aquisição de recursos e a complexidade de abertura de licitação no sistema público, algumas equipes acabam por não recorrer ao recurso financeiro da União.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Hoje presenciamos drásticas mudanças na organização do trabalho da reabilitação profissional e da Previdência Social como, por exemplo, a modernização através da implantação dos polos do INSS Digital e do Teletrabalho. Ainda não temos clareza de como ficarão o Serviço Social e o Serviço de Reabilitação Profissional nessa era digital, mas, certamente, os atendimentos presenciais serão reduzidos. Além disso, estamos acompanhando a fase mais perversa do desmonte/sucateamento dos serviços públicos, o retrocesso dos direitos trabalhistas e previdenciários, através da reforma trabalhista de 2017 e a contrarreforma da previdência em curso desde o *impeachment* da Presidenta da República Dilma Rousseff, protagonizado pelo provisório Governo Temer até a eleição presidencial em 2018, que elegeu o atual presidente Jair Bolsonaro.

Por fim, essas são algumas particularidades do trabalho na Reabilitação Profissional, que visam a garantia de direitos sociais fundamentais em favor do desenvolvimento do trabalhador reabilitado e/ou com deficiência, vista de forma integrada ao seu ambiente físico, social, cultural e político.

4. SEGURIDADE SOCIAL FRANCESA: UMA APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA DO BRASIL

Sob o reino das tutelas, a condição de assalariado asfixiava-se. Sob o regime do contrato, ela se desenvolve, mas, paradoxalmente, a condição operária se torna frágil ao mesmo tempo em que se liberta. Descobre-se, então, que liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade (CASTEL, 2015, p. 44-45).

O objetivo deste capítulo é apresentar uma síntese do funcionamento da Seguridade Social Francesa no campo da saúde no trabalho, bem como destacar alguns pontos relevantes de pesquisas e dos estágios de observação nas políticas públicas de inserção profissional dos trabalhadores com deficiência, a fim de refletirmos sobre as garantias de proteção social aos trabalhadores com deficiência na França.

4.1 A organização da seguridade social

A seguridade social francesa³⁶ é composta por quatro tipos de regimes:

- O regime geral, que cobre a maioria dos trabalhadores assalariados;
- O regime dos independentes, o Regime Social dos Independentes (RSI), segundo o qual qualquer pessoa terá direito de residência (proteção universal da doença);
- O sistema agrícola (MAS), responsável pela cobertura dos agricultores e trabalhadores agrícolas;
- Os regimes especiais, que são muitos: a Companhia Nacional de Ferrovias Francesas (SNCF), a Gestão Autônoma do Transporte Parisiense (RATP), Eletricidade da França (EDF-GDF), a Assembleia Nacional, o Senado, os clérigos etc.

A Seguridade Social é composta por um conjunto de instituições para a proteção social dos trabalhadores, em consequência de eventos ou situações de riscos. São quatro tipos de regimes que compõem a seguridade social, dentre eles, o regime geral, organizado em quatro ramos de riscos sociais:

³⁶ Disponível em: <www.securite-sociale.fr>. Acesso em: 15 jan. 2019.

- O ramo da doença (doença, maternidade, invalidez, morte);
- O ramo da família (incluindo deficiência e moradia);
- O ramo de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;
- O ramo da aposentadoria (velhice e viuvez).

O Fundo Nacional de Seguro de Doença para Trabalhadores Assalariados (CNAMTS) coordena o campo de acidentes de trabalho e doenças profissionais. O Fundo também implementa e gere uma política de prevenção de riscos profissionais a que os trabalhadores estão expostos (acidentes típicos, de trajeto e doenças profissionais). O financiamento é administrado pelo Fundo de Seguro de Saúde e pelos Seguros e Fundos da Pensão e Saúde Ocupacional (CARSAT) nas regiões.

4.2 O ramo de acidentes de trabalho (AT) e de doenças profissionais (MP)

Esse tópico trata-se de uma síntese a partir do Relatório *As missões do ramo AT/MP*³⁷.

O ramo AT/ MP está sob a responsabilidade de dois ministérios: da saúde e do trabalho, portanto, é fundamental uma boa articulação de todos os órgãos públicos nos três níveis, nacional, regional e municipal, para a implementação das ações do ramo. As principais redes de serviços são: o serviço médico, os fundos de seguro de saúde primário (CPAM) e os seguros e fundos de pensão e seguro de saúde ocupacional (CARSAT).

As três missões do ramo AT/ MP são: a) prevenção: prevenir e reduzir riscos ocupacionais; b) reparação: reconhecer e compensar as vítimas pelos danos sofridos; c) preços: garantir o equilíbrio financeiro da filial.

O Artigo L. 221-4 do Código de Seguridade Social refere que o conselho do CNAMTS delega a comissão de acidentes de trabalho e de doenças profissionais (CAT/MP) para votar o orçamento do ramo Fundo Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (FNPAT). A comissão é paritária, composta por cinco

³⁷ Rapport “Les missions de la branche AT/MP” par Marine Jeantet directrice des risques professionnels et Anne Thiebeauld, adjointe de la direction des risques professionnels - CNAMTS, Ecoles des Dirigeants de la Protection Sociale, n° 51, juin 2017.

representantes do empregador e cinco representantes dos empregados. Mais nove comitês técnicos regionais são responsáveis pela transmissão de pareceres técnicos do ramo sobre medidas de prevenção dos riscos ocupacionais.

Atualmente está em curso o programa de ação nacional (2016-2020), parte o plano de saúde ocupacional, em particular, a partir do acordo de gestão (COG) assinado em 2013 por vários ministérios, cuja prioridade é o desenvolvimento de ações preventivas em parcerias com outros atores de prevenção, a saber:

Os quatro eixos do COG AT/ MP são divididos em treze programas de ação com indicadores e prazos:

- fornecer prevenção de riscos com base na segmentação e avaliação,
- aumentar a eficiência, harmonizando melhor as práticas e os recursos da rede,
- reforçar a coerência da agência como seguradora solidária de riscos profissionais, desenvolvendo as relações contratuais,
- controlar os riscos e continuar a adaptar as regras de preços (JEANTET; THIEBEAULD, 2017, p. 35).

O acidente de trabalho deve ser declarado pelo empregador em 48 horas depois da ocorrência, sem contar os finais de semana e feriado. O processo inicia-se com o recebimento da Declaração de Acidente de Trabalho (DAT) e do Atestado Médico Inicial (CMI) com a descrição e detalhamento das lesões em decorrência do acidente ou da doença ocupacional e assinada por um profissional de saúde. Após essa investigação inicial, existem outros procedimentos, dentre eles, a inspeção de fatores de riscos por profissionais especialistas da CARSAT e a taxa de incapacidade permanente do trabalhador.

A avaliação da incapacidade permanente também é necessária para o cálculo de pagamentos de benefícios e de anuidade vitalícia, de acordo com o grau da incapacidade e/ou da deficiência.

Nos últimos dez anos observa-se um aumento do reconhecimento de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Durante esse mesmo período, nota-se o fenômeno da subnotificação de riscos ocupacionais, por haver uma transferência elevada de recursos financeiros para o ramo da doença no lugar do ramo AT/MP.

Nos casos de acidentes típico e de trajeto nota-se que há pouca subnotificação, pois os empregadores têm a obrigação legal logo no início ao emitir a

DAT. Em contrapartida, nos casos de doenças profissionais há muita subnotificação, pois depende dos relatos dos segurados e dos médicos, que muitas vezes não relatam por desconhecimento dos riscos ocupacionais e das doenças que aparecem depois de muito tempo de exposição ao risco ocupacional, mas também pelo medo do trabalhador de perder o emprego.

Desse modo, a gestão do ramo tem pensado estratégias de ações de conscientização de todos os envolvidos no processo (segurados, empregadores e profissionais de saúde), bem como implementado mudanças para simplificar os procedimentos médico-administrativos de investigação, na luta contra a subnotificação de acidentes de trabalho, especialmente, de doenças ocupacionais.

Desde dezembro de 2014, outro foco estratégico da gestão foi a implementação de políticas de serviço de apoio à saúde/riscos ocupacionais às vítimas de acidentes de trabalho graves (que representam 55% das despesas da filial AT/MP), inspirada em políticas de outros países. Primeiramente foi realizado um levantamento identificando que as sequelas que levam à incapacidade permanente têm relação direta com a desassistência profissional. Então, o objetivo é resgatar os cuidados da saúde desses trabalhadores e suas capacidades sociais e profissionais, na luta pelo retorno ao trabalho.

O primeiro ano dessa experiência resultou numa primeira amostra de aproximadamente 1.000 segurados elegíveis para o acompanhamento, oriundos de três doenças ocupacionais/patologias (traumatologia, dor lombar pós-traumática e estresse). A avaliação inicial demonstra vários aspectos de melhoras, mas com relação às empresas, os avanços profissionais continuam limitados e um estudo publicado pelo INRS, em dezembro de 2015, mostra uma certa eficiência no trabalho dos chamados “facilitadores” e aponta que um trabalho complementar de mediação com as empresas é primordial para promover a reinserção profissional do trabalhador.

Paralelamente a todas essas estratégias de gestão, o maior desafio da atual gestão do ramo de AT/MP é a implementação de ações de prevenção de riscos ocupacionais para que sejam evitados ou controlados pelos empregadores, garantindo saúde e segurança no trabalho, conforme preconiza a lei:

O artigo L. 4121-2 da CLT exige que o empregador implemente as medidas previstas no artigo L. 4121-1, com base nos seguintes princípios gerais de prevenção:

- evitar riscos;
- avaliar os riscos que não podem ser evitados;
- combater os riscos na fonte;
- adaptar o trabalho ao homem, nomeadamente no que se refere à concepção dos postos de trabalho, bem como à escolha do equipamento de trabalho e aos métodos de trabalho e de produção, em especial com vista a limitar o trabalho monótono e o trabalho ritmado e reduzir os efeitos destes na saúde (JEANTET; THIEBEAULD, 2017, p. 40).

Para tanto, o ramo AT/MP conta com o apoio de dois importantes institutos de pesquisas científicas e tecnológicas: o Instituto Nacional de Pesquisa e Segurança para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais (INRS)³⁸ e a Eurogip³⁹, ambos financiados por essa pasta, em acordo com a Diretoria Geral do Trabalho (DGT).

Finalmente, as contribuições do Seguro Acidente de trabalho são de responsabilidade exclusiva dos empregadores. O regime geral segue a lógica de um sistema solidário entre as empresas, por exemplo, quando uma empresa está inadimplente, a cobertura dos benefícios é garantida aos segurados vítimas de acidentes de trabalho dessa empresa. Para manter o equilíbrio financeiro do sistema de preços das empresas e garantir uma regra justa, foram construídas as categorias de tarifas de Alsace Moselle, de acordo com o tamanho das empresas: de 1 a 49 empregados (taxa coletiva), de 50 a 149 empregados (taxa mista) e acima de 150 empregados (taxa individual).

4.3 A inserção profissional de trabalhadores com deficiência na França

Blanc (2009) realizou um estudo que retrata um panorama das ações de inserção profissional realizadas na França desde 1987, que reúne 11 contribuições e

³⁸ **O INRS**, criado em **1968**, tem como função realizar estudos e pesquisas, treinamento, assistência, informação, cujo objetivo é identificar e analisar os riscos ocupacionais, seus perigos e rebatimentos para a saúde e segurança no trabalho, bem como desenvolver os meios para controlar esses riscos.

³⁹ **O EUROGIP**, criado em **1991**, atua como um observatório e um centro de pesquisas internacionais sobre recursos e ações de segurança e prevenção de acidentes e doenças profissionais, bem como de vigilância de saúde no trabalho, mais particularmente, em nível europeu.

complementa a sua obra anterior⁴⁰. A primeira parte do livro, intitulada *Ação pública e trabalho para trabalhadores com deficiência*, fala sobre a caracterização da intervenção pública e a incidência do trabalho sobre os trabalhadores com deficiência. A segunda parte, intitulada *As instâncias de mediação*, apresenta diferentes dispositivos e atores responsáveis pelo fortalecimento do acesso ao emprego. Por último, a terceira parte, intitulada *A recepção*, versa sobre três contribuições que reúnem uma tipologia de trabalhadores com deficiência ocupados e as evoluções do trabalho protegido.

De modo geral, as políticas destinadas às pessoas com deficiências são direcionadas para um público diversificado que compõe uma parte significativa das intervenções públicas. Esse público é constituído por: “vítimas de acidentes de trabalho, mutilados e inválidos de guerra, deficientes por doença (genética, profissional), deficientes psíquicos, deficientes sociais etc.” (BLANC, 2009, p. 16).

Para Blanc (2009), as especificidades dos trabalhadores com deficiências devem ser conhecidas por toda coletividade (família, comunidade, sociedade civil etc.) e articuladas pelos quatro dispositivos responsáveis pelas intervenções: as próprias pessoas com deficiência, o poder público, os mediadores e os empregadores/empresas.

Segundo Blanc (2009), a lei de 1987 é considerada um marco em favor dos trabalhadores com deficiência na França. Assim, destacamos as principais leis anteriores e posteriores à 1987:

- **Lei de 1924** obriga a cota de 10% do número total de empregados das empresas, para a contratação de trabalhadores mutilados de guerra;
- **Lei de 1945** cria a seguridade social, bem como a criação da reeducação funcional e da reabilitação profissional para os trabalhadores considerados inválidos;
- **Lei de 1957** ampliam os dispositivos de inserção e de proteção dos inválidos civis;
- **Lei de 1975** obriga a inclusão de pessoas com deficiência na educação e na formação profissional como uma questão de solidariedade nacional;

⁴⁰ Alain Blanc et Henri-Jacques STIKER, (dir.) *L’insertion professionnelle des personnes handicapées em France*, Paris, Desclée de Brower, 1998.

- **Lei de 1987** impõe uma obrigação de resultados de recrutamento de trabalhadores com deficiência com uma cota de 6%. Foi instituída a Associação para a Gestão do Fundo para a Integração de Pessoas com Deficiência (AGEFIPH), para a gestão de fundos arrecadados por empresas do setor privado com mais de 20 funcionários e para promover a integração profissional de pessoas com deficiência.
- **Lei de 2005** amplia a regulamentação da lei de 1987, que explicita o princípio da não discriminação e exige que o empregador implemente os ajustamentos necessários ao acesso ao emprego, para manter a evolução da carreira do trabalhador com deficiência. Assim, um campo de experiências sociais específicas foi inaugurado. Essa lei cria as casas departamentais para pessoas com deficiência (MDPH).

Segundo Blanc (2009), mesmo com os esforços desde 1987 do Poder Público francês, permanece um elevado índice de desinserção profissional das pessoas com deficiência, em virtude do desemprego estrutural, das dificuldades de igualdade no acesso ao emprego e das próprias condições e relações de trabalho nas empresas, que muitas vezes não estão preparadas para receber os trabalhadores com deficiência. Mas nota-se que foram muitos os esforços e os avanços dos setores do Poder Público e da sociedade civil na efetividade das legislações através das políticas voltadas para esse público. Contudo, esse debate não se esgota, visto que certas questões permanecem desafiando o poder público, como por exemplo:

(...) o desemprego de trabalhadores com deficiência; a importância de empresas com menos de vinte empregados no emprego de trabalhadores com deficiência; ações de subcontratação existentes entre empresas e estabelecimentos do setor protegido; as variações significativas na situação entre subcategorias constituem o conjunto de trabalhadores com deficiência (sexo, idade, ocupações e categorias sociais, etc.); as múltiplas ações e programas de intervenção da Associação para a Gestão do Fundo para a Integração de Deficientes (AGEFIPH) (BLANC, 2009, p. 19).

Para Serge Ebérsold⁴¹, hoje a participação social é central na defesa da cidadania das pessoas com deficiência, principalmente, na participação da vida econômica, conforme preconiza a lei de 10 de julho de 1987, sobre a inserção profissional para fortalecimento das possibilidades de participação, a fim de garantir a igualdade de oportunidades, prejudicada pelo encolhimento do mercado de trabalho. Para este fim, a lei defende a melhor colaboração dos agentes envolvidos com a proteção social desse segmento de trabalhadores. Em síntese, o autor defende que a participação social é o coração de reflexões em torno das pessoas com deficiência em nível nacional e internacional.

Por último, cabe registrar, alguns dos dispositivos públicos que atuam para concretizar a inserção profissional dos trabalhadores com deficiência, a partir da regulamentação das leis de 1987 e 2005:

Nível Nacional:

- Agência Nacional de Emprego (ANPE)
- Associação para a Formação Profissional de Adultos (AFPA)
- Associação para a Gestão do Fundo para a Integração de Pessoas com Deficiência (AGEFIPH) e o Fundo para a Inclusão de Pessoas com Deficiências no Serviço Público (FIPHFP): os financiadores

Nível Regional:

- Fundo de Seguro de Saúde e pelos Fundos de Seguro e Aposentadoria e Saúde Ocupacional (CARSAT)
- Sindicatos: Confederação Geral do Trabalho (CGT), Confederação Francesa, Trabalho Democrático (CFDT)

Nível Departamental (Municipal):

- Casas departamentais para pessoas com deficiência (MDPH) e Comissões departamentais para a autonomia das pessoas com deficiência (CDAPH)
- Reconhecimento da qualidade dos trabalhadores com deficiência (RQTH)

⁴¹ Ver detalhes Serge ÉBERSOLD. "Le champ du handicap, ses enjeux et ses mutations", in BLANC, Alain. "l'insertion professionnelle des personnes handicapées en France". Paris, Desclée de Brouwer, 1998, p. 281-282.

- Programas departamentais para a integração de trabalhadores com deficiência (PDITH)
- Medicina do Trabalho
- Pôle Emploi (agência do serviço público de emprego para os trabalhadores)
- CAP Emploi (agência do serviço público de emprego para os trabalhadores com deficiência)

4.3.1 CAP Emploi de Isère

Em 19 de fevereiro de 2019 realizei o estágio no CAP Emploi de Isère e foi possível conversar com o Sr. Eric Julo, diretor adjunto da instituição, serviço público de competência departamental, localizado na região de Fontaine/ Grenoble, para conhecer a estrutura e o funcionamento especializado de inserção profissional de trabalhadores com deficiência.

O CAP Emploi é um organismo do serviço público de emprego (SPE) de missão nacional e está vinculado ao Ministério do Trabalho, também conhecido como agência de investimento especializada (OPS) e tem como objetivo facilitar o acompanhamento ao emprego, a manutenção do emprego e, sobretudo, o acompanhamento do projeto profissional da pessoa com deficiência.

O Estado gere o financiamento através dos organismos AGEFIP e FIPHFP em território nacional, do Pôle Emploi e do CAP Emploi, este último para a inserção profissional dos trabalhadores com deficiência nas empresas públicas ou privadas, ou seja, esses são os principais gestores responsáveis pelo financiamento e articulação do serviço público de emprego dos trabalhadores com deficiência.

A rede Cap Emploi do departamento de Isère é formada por três agências e pontos de recepção dos trabalhadores com deficiência, situadas nas regiões de Fontaine, Vienne e Bourgoin, depois dos anos 2000. Em Isère, a associação OHE PROMÉTHÉE é a contratada para a operacionalização dos serviços.

A primeira fase do acompanhamento do trabalhador com deficiência é feita por um assessor do CAP Emploi, o psicólogo do trabalho, que faz o serviço de orientação profissional para a definição e a realização de um projeto para integração profissional com os parceiros e os empregadores. O outro assessor é o médico do trabalho que identifica e implementa as soluções que o ajudarão a mantê-lo no

emprego. Dessa forma, o programa individualizado de treinamento vocacional é adaptado às contraindicações médicas e à formação educacional e profissional.

Os profissionais do CAP Emploi, caso tenham necessidades de avaliações de especialistas, podem recorrer aos serviços da AGEFIPH, por exemplo, avaliação de diferentes profissionais de saúde, como terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, dentre outros, sobre as consequências do tipo de deficiência para determinado emprego e para garantir um projeto profissional compatível com as restrições médicas.

Quando o trabalhador com deficiência é avaliado como inapto pela medicina do trabalho, o CAP Emploi propõe um conselho que conta com um representante: da empresa, da medicina do trabalho, da formação profissional e do próprio trabalhador, cujo objetivo é a (re)adaptação em outro posto de trabalho.

As empresas são voluntárias para o recrutamento e exigem nível de formação superior. Mas como os trabalhadores com deficiência, normalmente, têm um nível de formação inferior, as empresas têm realizado contratos em “alternância” entre o tempo de profissionalização e o tempo de aprendizagem. Essa tem sido uma modalidade com boa evolução nos últimos três anos, permitindo a readaptação profissional do trabalhador com deficiência. A cada ano o CAP Emploi de Isère acompanha 3.600 trabalhadores com deficiência, com uma evolução de aproximadamente 2.000 contratos de trabalho.

Para finalizar, cabe mencionar, alguns números do relatório de atividades do Cap Emploi (2017, p. 1-2)⁴²;

Contratação de medidas de assistência:

- Custo médio de contratação: Em 2017, para os contratos de emprego de 1.989 e 1.840.239 € para financiamento da missão CAP Emploi, o custo médio de contratação ascende a: 925 euros.
- Contratos de duração mais longa que 12 meses representam 20% dos contratos a termo.
- 53% dos candidatos colocados tiveram uma duração mais longa de inatividade 12 meses (dos quais 38% maiores 24 meses)
- Evolução do número de cursos de formação: em 2017, 56% dos cursos foram financiados pela região Rhône-Alpes e 9,6% por Agefiph Auvergne Rhône-Alpes.

⁴² Esse relatório refere-se à um folheto oficial de autoria do serviço público CAP Emploi, disponibilizado em mãos, pelo diretor Sr. Eric Julo.

- Tipos de cursos de formação: 61% dos cursos de formação têm uma duração inferior a 300 horas e 23% têm uma duração superior a 600 horas.
- 53% dos trabalhadores atendidos sofrem de uma deficiência motora e 25,6% de uma doença incapacitante.

4.3.2 Comitê Regional CGT Auvergne-Rhône-Alpes

Em 26 de fevereiro de 2019 realizei o estágio no Comité Régional CGT Auvergne Rhône-Alpes e foi possível conversar com a Sra. Rosa da Costa, responsável pela pasta de saúde no trabalho dos trabalhadores com deficiência, para conhecer a estrutura e as estratégias sindicais para lidar com as questões de inserção profissional de trabalhadores com deficiência.

A função principal do sindicato é facilitar as demandas dos trabalhadores com relação ao mercado de trabalho como, por exemplo, negociações salariais e profissionais, garantia de melhores condições de trabalho, manutenção dos empregos etc. Nesse comitê regional, há um setor específico para atender as demandas dos trabalhadores com deficiências.

O comitê regional CGT está estruturado por território e por profissão. Cada estrutura territorial da França tem suas próprias atividades desenvolvidas pelos funcionários dos sindicatos e, especialmente, pelos militantes. Como a existência dos sindicatos está atrelada às profissões, a defesa e a garantia dos direitos dos trabalhadores perpassa a relação direta com as empresas.

Há muitos anos a região Auvergne-Rhône-Alpes fez a opção por desenvolver atividades relacionadas ao campo saúde no trabalho. Mas é importante registrar, que essas atividades não acontecem em todo território francês.

O papel do comitê regional consiste em desenvolver ações de formação e sensibilização de todos os militantes que atuam junto às empresas, para a compreensão das especificidades dos trabalhadores com deficiência: Quem são esses trabalhadores? Quais as suas necessidades? Quem são os atores públicos e privados responsáveis? Quais as legislações que os protegem?

Então, uma ação concreta é a formação dos militantes. Outra ação institucional é a participação na inspeção de trabalho, atuando com os sindicatos dos trabalhadores, levando as observações e as reflexões sobre saúde no trabalho e as especificidades dos trabalhadores com deficiência para os empregadores.

Em âmbito regional, além da atuação dos sindicatos nas questões de saúde no trabalho, o ramo AT e MP por meio da atuação da CARSAT faz um trabalho em prol da manutenção dos empregos e na prevenção de AT e MP. Outros importantes atores públicos, não só em nível regional, é a AGEFIPH, que também atua nas empresas, e o setor de medicina do trabalho, que inicia todo o trabalho de constatação da incapacidade e avaliação dos postos de trabalho.

Segundo a Sra. Rosa, todos os atores públicos envolvidos com a inserção dos trabalhadores com deficiência devem estar mobilizados e trabalhando conjuntamente, pois são os facilitadores no diálogo com as empresas e os trabalhadores. Na França, a cada ano, há mais trabalhadores incapacitados para o trabalho, de modo que há um problema para a saúde no trabalho e todos sabem as causas: o desemprego massivo, a produtividade cada vez mais acelerada, as crises econômicas e políticas, algumas empresas que ganham muito dinheiro, mas que não se preocupam com a responsabilidade social. Então, os desafios são muitos, mas a partir de 2005 também houve avanços, porque a lei foi mais forte e impôs mais obrigações às empresas.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir da experiência dos estágios no CAP Emploi de Isère no Comité CGT Auvergne-Rhône-Alpes, enfatizamos a importância da atuação dos sindicatos e da criação de dispositivos públicos, como a AGEFIPH, a partir da lei de 1987, para efetivar ações de sensibilização no cumprimento das obrigações legais das empresas na contratação de trabalhadores com deficiência.

Outra questão interessante observada é que o Poder Público francês oferece uma modalidade de formação em alternância, que alterna tempo de profissionalização e tempo de aprendizagem, de modo que as empresas fazem um contrato de alternância para os trabalhadores com deficiência. Enfim, essa modalidade de formação é importante ser pesquisada.

Observa-se, ainda, que na região pesquisada há um esforço e uma boa articulação do Poder Público francês, para a implantação de políticas públicas de proteção social aos trabalhadores com deficiência,

De modo geral, o desenho das políticas públicas que compõem a seguridade social francesa no campo da saúde no trabalho, certamente está mais próximo da universalidade no atendimento aos trabalhadores com deficiência. O Ministério da Saúde responsabiliza-se pelo acompanhamento da incapacidade das pessoas com deficiência, o Ministério do Trabalho responsabiliza-se pela reabilitação profissional desses trabalhadores. Ao ramo de AT/MP, por sua vez, cabe a gestão da seguridade social e do campo saúde no trabalho e está sob a responsabilidade de ambos os ministérios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É!
A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação...
É! É! É! É! É! É! É! É!...
 (GONZAGUINHA, 1982)

Neste tempo histórico de capitalismo mundializado e de invasão mundial de políticas neoliberais, evidencia-se que os capitalistas querem um mundo do trabalho sem proteção social. Portanto, os conflitos da relação capital/trabalho serão ampliados e as contradições dessa relação social serão cada vez mais evidentes e gritantes, notadamente com o aumento do desemprego estrutural, da superexploração da força de trabalho e da desregulamentação e retirada de direitos sociais pelo Estado capitalista brasileiro, que já garante direitos sociais ínfimos para os trabalhadores.

A Reabilitação Profissional é o único serviço dessa natureza no INSS, que garante um espaço para o trabalhador refletir sobre a perda significativa ou definitiva de sua capacidade laborativa, redescobrir e ressignificar seu potencial de trabalho e construir novas escolhas profissionais, para posterior retorno ao mercado de trabalho. Logo, reafirmamos a importância desse serviço previdenciário, sobretudo articulando-o com outras políticas sociais, a fim de garantir o direito ao trabalho como uma atividade vital da vida social. Portanto, através da (re)inserção profissional, os trabalhadores com deficiência poderão desenvolver novamente: a autonomia, a independência econômica, a cidadania e a participação social, rompendo com o preconceito e a discriminação social.

Conforme referido nas considerações parciais, espera-se do Poder Público brasileiro avanços na implementação de políticas públicas que contemplem as dimensões da Questão Social e suas repercussões na vida dos jovens trabalhadores acidentados no trabalho atendidos pelo Serviço de Reabilitação Profissional, bem como de todos os trabalhadores com deficiência que necessitam do sistema público previdenciário, inclusive, as pessoas com deficiência atendidas pelo Serviço Social

para avaliação social e acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Ademais, vale ressaltar que a realização da presente pesquisa só foi possível pela clara direção social do “Serviço Social”, como profissão, conforme nos ensina Marilda Iamamoto (2005, p. 59),

A questão social explica a necessidade das políticas sociais, no âmbito das relações entre as classes e o Estado, mas as políticas sociais, por si, não explicam a questão social. Aquela é, portanto, determinante devendo traduzir-se como um dos pólos-chaves da formação e do trabalho profissional. (...) O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão social. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social.

Assim, concluímos este estudo, com a seguinte questão:

- Ao constatar no Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, inaugurado em abril de 2019, o quanto o INSS gastou no período de 2012 a 2018, em torno de R\$ 82 bilhões, com benefícios acidentários para 4,7 milhões de acidentes de trabalho no mesmo período, indagamos: quanto será que o Estado e as empresas gastariam se, de fato, investissem em prevenção, segurança e saúde do trabalhador?

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALVES, A. A. F. **Assistência Social** - história, análise crítica e avaliação. Curitiba: Juruá, 2012[2008].

ALVES, G.; ANTUNES, R. L. C. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 fev. 2016

ALVES, G. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009.

_____. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013. (Projeto Editorial Praxis).

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: 2018.

ANTUNES, R. **Mesa 2**: Mundo atual, as acelerações na vida e no trabalho, as contradições, a saúde, os direitos e as lutas sociais. In: REVISTA O mundo do trabalho em crise do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde, São Paulo, 2018.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

APPAY, Beatrice; THÉBAUD-MONY, Annie. (sous la direction). **Précarisation sociale, travail e santé**. Paris: Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO), 1997

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLANC, Alain. **L'Insertion professionnelle des travailleurs handicapés : en France de 1987 à nos jours**. Presses Universitaires de Grenoble, septembre 2009.

BARZOTTO, L. C. **Novas tecnologias do trabalho**. In: REVISTA CIPA N° 475. São Paulo, abril, 2019. (Artigo Trabalho Decente - Caderno Informativo de Prevenção de Acidentes).

BOSCHETTI, I. **Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 79, p. 108-132, nov. 2004.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. **Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros**. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. 1 ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 175-214, 2005.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo: USP; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRASIL. DECRETO-LEI nº 7.036/1944. **Reforma da Lei de Acidentes de Trabalho**, de 10 de novembro de 1944.

_____. DECRETO-LEI nº 48.959-A/1960. Aprova o **Regulamento Geral da Previdência Social**, à fiel execução da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), de 19 de setembro de 1960.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

_____. LEI nº 8.080/1990. **Lei Orgânica da Saúde (LOS)**, de 19 de setembro de 1990.

_____. LEI nº 8.213/1991. Dispõe sobre os **Planos de Benefícios da Previdência Social** e dá outras providências, de 24 de julho de 1991.

_____. DECRETO-LEI nº 7.602/2011. **Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST)**, de 07 de novembro de 2011.

_____. Portaria nº 1.823/2012. O Ministério da Saúde institui a **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST)**, de 23 de agosto de 2012.

_____. Ministério da Fazenda. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2014**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2014.

_____. Ministério da Fazenda. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2017**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2017.

_____. **Manual técnico de procedimentos de Reabilitação Profissional**. Despacho decisório nº 2/DIRSAT/INSS, 2011.

_____. **Manual técnico de procedimentos de Reabilitação Profissional**. (Atualizado pelos Despachos decisórios nº 2/DIRSAT/INSS, 2017).

_____. **Manual técnico de procedimentos de Reabilitação Profissional**. (Atualizado pelos Despachos decisórios nº 2/DIRSAT/INSS, 2018).

BREGALDA, M. M. **Terapia Ocupacional e Reabilitação Profissional: práticas e concepções de terapeutas ocupacionais no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**. 2012. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, G. **Terceirização no Serviço Público: múltiplas formas de precarização do trabalho**. In: LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **O avesso do trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FILGUEIRAS, V. **Mesa 5: A reforma trabalhista brasileira e as repercussões sobre a vida e a saúde do trabalhador**. In: REVISTA O mundo do trabalho em crise do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde, São Paulo, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIMENEZ, T. A. S. **Benefício de Prestação Continuada: barreiras identificadas na avaliação social de requerentes que se autodeclaram com doença mental**. Artigo publicado 2016.

GOULART, S.; BICALHO, L. **Devolvam nossa previdência: privatização e resistência**. São Paulo: Editora Marxista, 2011.

GONZAGUINHA. Música **E vamos à luta**. Álbum de Volta ao Começo. Lado A. Faixa 5 (3:41), 1980.

_____, Música **É**, 1982.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. Caderno 22. São Paulo, Editora Hedra, 2008.

HORIÊ, I. **Mesa 3: América Latina resiste: o mundo do trabalho na crise do capital**. In: REVISTA O mundo do trabalho em crise do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde, São Paulo, 2018.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, Lima, Peru: CELATS, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

IANNI, O. **Construção de Categorias**. Transcrição da aula dada no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. 1º semestre de 1986.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1976.

JEANTET, M.; THIEBEAULD, A. **Les missions de la branche AT/MP**, Ecoles des Dirigeants de la Protection Sociale, nº 51, juin 2017.

LACAZ, F. A. de C. Seguridade Social e saúde do trabalhador: uma reflexão necessária. In: LOURENÇO, E. A. S. et al. (Org.). **Saúde do Trabalhador**: desafios para a Seguridade Social e Movimento Sindical. São Paulo: UNESP, 2012.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de Metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMJ, 1999.

LOURENÇO, E. A. S. et.al. (Org.). **Saúde do Trabalhador**: desafios para a seguridade social e movimento sindical. São Paulo: Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2012.

LOURENÇO, E. A. S. **Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores**. In: REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE Nº 123 (Especial). **Trabalho, Saúde e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Cortez, jul/set, 2015.

MAENO, M. **Reinserção de trabalhadores com lesões por esforços repetitivos no mercado de trabalho**. 2001. 117f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MAENO M.; TAKAHASHI M. A. B. C.; LIMA M. A. G. **Reabilitação profissional como política de inclusão social**. São Paulo: ACTA FISIATR, 2009

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Livro 1.

_____. **O capital**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 01.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARCELINO, M. A.; LAZARO, N.; SILVA, T. M. M. **Compreendendo a CIF**: princípios e conceitos de funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Brasília: (s e), 2009. Caderno do participante

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

MOTA A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **O avesso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. **O avesso do trabalho IV**: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

NUNES, F. P. **A formulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) como política pública**. 2015. 321f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ORTIZ, G. **Mesa 4: A situação do emprego, o mundo do trabalho, o empobrecimento e endividamento dos trabalhadores e suas famílias no Brasil.** In: REVISTA O mundo do trabalho em crise do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde, São Paulo, 2018.

PORTELLI, A. **Forma e significado na História Oral:** a pesquisa como um experimento em igualdade. São Paulo: EDUC, 1997.

SALVADOR, E. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

SELLIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental:** o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. L. L. **(Des)estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil.** 359f. Tese (Doutorado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUZA, A. D. S. **A Organização do Trabalho:** um estudo dos trabalhadores em Reabilitação Profissional do INSS. 2016. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista, Santos, 2016.

TAKAHASHI, M. A. B. C. **Avaliação em Reabilitação Profissional:** a experiência de adoecer por LER e o resgate da autonomia: uma trajetória singular. 2000. 109f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. **Incapacidade e Previdência Social:** trajetórias de incapacitação de trabalhadores adoecidos por LER/DORT no contexto da reforma previdenciária brasileira da década de 1990. 2006. 278f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária, 1:** a árvore da liberdade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa de mestrado. As informações existentes neste documento são para que você entenda perfeitamente os objetivos da pesquisa, e saiba da sua participação e importância, bem como que sua participação deverá ser espontânea. Após serem esclarecidas as informações a seguir, no caso de aceitar a fazer parte deste estudo, você deverá assinar ao final deste documento, que está em duas vias, sendo uma da pesquisadora responsável e a outra sua.

Informações sobre a pesquisa:

O título da pesquisa é **“O elo (des)construído: trajetórias de jovens acidentados no contexto do mundo do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS”**. Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo, que tem como objetivo analisar as particularidades dos jovens trabalhadores acidentados do trabalho, no contexto do mundo do trabalho e da reabilitação profissional do INSS/ APS do município de Guarulhos/SP. Para isso, é importante sabermos quem são e o que pensam os jovens trabalhadores sobre o trabalho, as condições de trabalho e de vida, antes de depois do acidente de trabalho. Para de fato, compreendermos as reais dificuldades na busca de novas profissões para posterior reinserção no mercado de trabalho, observando os desafios e as particularidades no contexto do mundo do trabalho e da Reabilitação Profissional. Será realizada uma entrevista pela pesquisadora, para compreensão da realidade de sua própria história de vida e de trabalho. Nesse momento da pesquisa de campo será utilizado um roteiro de entrevista elaborado previamente e o registro da pesquisa de campo será através de aparelho fonográfico e/ou de filmagem. Não são esperados riscos ou desconfortos relacionados a esse procedimento. As informações obtidas serão analisadas pela pesquisadora e não será divulgada a identificação de nenhum participante da pesquisa. Não haverá despesas, compensações ou benefícios diretos pela sua participação, que deve ser livre e voluntária. Você também tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa. Em qualquer etapa da pesquisa, você poderá ter acesso as responsáveis pelo estudo: Renata Soraia de Paula, pelo telefone celular (11) 97108-8890 ou pelo e-mail: renatasdepaula@gmail.com, e a orientadora professora Dra. Maria Lúcia Martinelli, pelo telefone (11) 3670-8512 ou pelo e-mail: mlmartinelli@terra.com.br. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), telefone (11) 3670-8466.

Eu, _____ RG: _____ acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li e que foram lidas para mim, descrevendo a pesquisa: **“O elo (des)construído: trajetórias de jovens trabalhadores acidentados no contexto do mundo do trabalho e da Reabilitação Profissional do INSS”** ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem utilizados, seus desconfortos e que não há riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Guarulhos, ____ de _____ 2019.

Assinatura do participante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante ou representante legal para a discussão neste estudo.

Assinatura do responsável pela pesquisa

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM BASE NA HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA

- Fale o que pensa sobre o trabalho e o mercado de trabalho para os jovens;
- Fale sobre o seu primeiro emprego e outras experiências profissionais;
- Explique como era a sua rotina de trabalho (jornada, condições, relações de trabalho etc)
- Relate como foi o acidente de trabalho, o atendimento hospitalar e os tratamentos de saúde.
- Relate como foi a sua chegada no programa de Reabilitação Profissional e o que você acha deste acompanhamento;
- Relate como é a sua convivência familiar, com os amigos e com a comunidade;
- Fale sobre os seus estudos e projetos profissionais